

Giovani Balbinot

Desenvolvimento econômico do município de Guaporé: a agroindústria da banha e do couro (1892 – 1980)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. João Carlos Tedesco.

Passo Fundo

2014

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar o desenvolvimento econômico do município de Guaporé, buscando delinear o complexo contexto que comportou o desenvolvimento do que convenhamos denominar de primeiro ciclo agroindustrial da banha e do couro, delineando os diversos fatores ligados aos gêneros de produção, estrutura viária de transporte, portos de escoamento, perfil do imigrante agroindustrial guaporense, assim como os fatores ligados ao acúmulo de capital na esfera comercial pelas casas de comércio locais. O recorte geográfico abrange o território da antiga colônia e posterior município de Guaporé. O recorte temporal abrange entre os anos de 1892, com a fundação da colônia de Guaporé, e a década de 1980, quando ocorre a decadência destes empreendimentos frigoríficos, salientando sempre que essa temporalidade é, muitas vezes, extrapolada para uma melhor compreensão dos fatos. O estudo encontra-se organizado de forma a manter um fio condutor baseado no desenvolvimento econômico, apresentando, primeiramente, o processo de imigração e colonização executado no Rio Grande do Sul, para então, no segundo momento, adentrar na fundação e desenvolvimento da colônia e do município de Guaporé colocando em relevância os fatores que contribuíram para o desenvolvimento agroindustrial em análise. No terceiro momento, o estudo foca no estabelecimento dos empreendimentos ligados à indústria da banha, dos embutidos e do curtimento do couro, assim como sua relação com o desenvolvimento econômico e social do município de Guaporé. Por fim, procuramos analisar e compreender os diversos fatores que concorreram para o processo de decadência desses empreendimentos, tanto no âmbito externo, como dificuldades no acesso a matérias primas e alterações no mercado consumidor, quanto no âmbito interno, com dificuldades no desenvolvimento de novos gêneros de maior aceitação no mercado, sendo que nesse ponto, o recorte histórico extrapola a temporalidade fixada anteriormente, pois se entende como imprescindível analisar todos os fatores que concorreram para esse processo de decadência econômica.

Palavras-chave: colonização, colônia de Guaporé, agroindústrias.

ABSTRACT

This research aims to analyze the economic development of the municipality of Guapore seeking outline the complex context that has involved the development of what we agree to call first cycle of agro lard and leather, outlining the various factors related to the genres of production, road structure transport, ports flow profile of the immigrant guaporense agribusiness, as well as factors related to the accumulation of capital in the commercial sphere the homes of local commerce. The geographic divisions covering the territory of the former colony and later city of Guapore. The time frame covers the years between 1892, with the founding of the colony of Guapore and 1980s, when the decay of these developments occurs refrigerators, always stressing that this temporality is often extrapolated to a better understanding of the facts. The study is organized in order to maintain a thread-based economic development, with the process of immigration and colonization run in Rio Grande do Sul, and then the second time, enter in the foundation and development of the colony, first, and the municipality of Guapore putting in relevant factors that contributed to the agro-industrial development in analysis. On the third point, the study focuses on the establishment of enterprises linked to the lard, the built and the leather tanning industry, as well as its relationship with the economic and social development of the municipality of Guapore. Finally, we seek to analyze and understand the many factors that contributed to the decay process of these developments, both in the external environment, such as difficulties in obtaining raw materials and changes in the consumer market as domestically, with difficulties in developing new genres of greater market acceptance, at which point, the historical view extrapolates temporality previously fixed, because we understand how essential to analyze all the factors that contributed to this process of economic decay.

Palavras-chave: Colonization, colony of Guaporé, agro-industries.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
I – A COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL	20
1.1 – Origem, desenvolvimento e significado do êxodo italiano	20
1.2 – Objetivos da política de imigração e colonização	27
1.3 – Estabelecimento dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul.....	34
II – FUNDAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA COLÔNIA DE GUAPORÉ	43
2.1 – Período precedente a fundação da colônia 1885 – 1892: demarcação da Colônia Guaporé	45
2.2 – Período de ocupação colonial 1892 – 1904: ocupação das terras e início das atividades agrícolas.....	49
2.3 – Período de expansão agrícola 1904 – 1918: a emancipação política e o incremento das atividades comerciais	56
2.4 – Período agroindustrial 1918 – 1940: fundação e desenvolvimento das agroindústrias	61
III – A BANHA E O COURO: ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO AGROINDUTRIAL DO MUNICÍPIO DE GUAPORÉ 1918 - 1960.....	67
3.1 – Imigrantes e comerciantes: a dinâmica do acúmulo de capital	67
3.2 – O porto fluvial de Muçum e o escoamento da produção regional.....	72
3.3 – A dinâmica entre a cultura do milho a criação do suíno	94
3.4 – A uva e a banha: especialização agroindustrial na região colonial italiana.....	98
3.5 – A fusão entre o capital comercial e o conhecimento técnico nos empreendimentos agroindustriais	103
3.5.1 – A sujeição da pequena propriedade rural	119
3.5.2 – Benefícios sociais e paternalismo industrial na relação entre trabalhadores e agroindústrias	122
IV – O PROCESSO DE DECADÊNCIA DAS AGROINDÚSTRIAS DA BANHA E DO COURO 1960 - 1980	134
4.1 – A emancipação dos distritos e a perda das áreas rurais.....	134

4.2 – A introdução dos óleos vegetais no mercado e a as consequências para a agroindústria da banha.....	139
4.3 – Os couros sintéticos e a administração de base familiar	147
Considerações Finais	155
BIBLIOGRAFIA	163

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados sobre as colônias italianas no Rio Grande do Sul	40
Quadro 2 - Produção agrícola do município de Guaporé 1912 – 1918.....	74
Quadro 3 – Tabela de fretes de Muçum a Porto Alegre	89
Quadro 4 – Municípios gaúchos de maior população suína em 1920.....	98
Quadro 5 - Produção de vinho de uva na região italiana – quantidade em litros – 1942 – 1946.....	99
Quadro 6 - Produção de banha agroindustrializada na região italiana – peso em quilos – 1940 – 1948.....	100
Quadro 7 - Participação do charque e da banha no valor total das exportações do Rio Grande Do Sul	102
Quadro 8 - Exportação do município de Guaporé 1912 – 1938.....	103
Quadro 9 - Exportação do Rio Grande do Sul segundo os mercados de destino	122
Quadro 10 - Participação dos principais setores no valor da produção da indústria de alimentos gaúcha - 1920-1980.....	142

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Região colonial italiana no Rio Grande do Sul.....	36
Figura 2 - Trabalho do imigrante na abertura de estradas	46
Figura 3 - Hotel Internacional no município de Guaporé - década de 1910	47
Figura 4 - Estabelecimento na estrada para o distrito de Muçum – década de 1910.....	47
Figura 5 - Rotas de povoamento da colônia de Guaporé.....	51
Figura 6 - Divisões distritais do município de Guaporé.....	57
Figura 7 - Carretas de mulas que realizavam o transporte dos gêneros produzidos em Guaporé	61
Figura 8 - Frigorífico Antonio Fonini & Cia.....	71
Figura 9 - Os quatro Jacobs da navegação fluvial no Rio Grande do Sul	76
Figura 10 - Vapor Brasil, uma das principais embarcações da companhia Arnt a transitar no rio Taquarí na década de 1920.....	77
Figura 11 - Estaleiro Mabilde em Porto Alegre, utilizado na montagem e construção das primeiras embarcações da companhia Arnt a navegarem no Taquarí.....	78
Figura 12 - Estaleiro e sede da Companhia de Navegação Arnt em Taquarí.....	79
Figura 13 - Vapor Serro Branco, embarcação de maior porte a ancorar no porto de Muçum, que transportava cargas e passageiros de Muçum a Porto Alegre na década de 1930.....	80
Figura 14 - Estivadores e marinheiros sobre uma gasolina ancorada no porto de Muçum durante o período de águas rasas na década de 1920.....	82
Figura 15 - Engrenagem do trapiche do armazém da companhia Arnt no porto de Muçum.....	83
Figura 16 - Roldanas por onde passavam os cabos de aço do trapiche do armazém da companhia de navegação Arnt no porto de Muçum.....	84
Figura 17 - Roldanas por onde passavam os cabos de aço do trapiche do armazém da companhia de navegação Arnt no porto de Muçum.....	84
Figura 18 - Carrinho de mão que realizava o transporte de mercadorias de menor volume e peso no interior do armazém da companhia de navegação Arnt no porto de Muçum.....	85

Figura 19 - Vagão que realizava o transporte de mercadorias de maior peso e volume no interior do armazém da companhia de navegação Arnt no porto de Muçum.....	85
Figura 20 - Foto panorâmica do Porto de Muçum na década de 1920, destacando as gasolinas ancoradas no porto, o trapiche e as escadas para o fluxo de mercadorias e passageiros, e o armazém da companhia Arnt.....	86
Figura 21 - Interior do armazém da companhia Arnt no porto de Muçum	87
Figura 22 - Panfletos de propaganda da companhia de comércio Arnt distribuídos na região do município de Guaporé I.....	88
Figura 23 - Panfletos de propaganda da companhia de comércio Arnt distribuídos na região do município de Guaporé II.....	88
Figura 24 - Tabela dos fretes cobrados pela companhia de navegação Arnt de Muçum a Porto Alegre.....	92
Figura 25 - Tabela de preços cobrados pelo transporte de passageiros na companhia de navegação Arnt de Muçum a Porto Alegre no ano de 1943.....	93
Figura 26 - Criação de suínos na pequena propriedade colonial.....	97
Figura 27 - Exposição do Curtume Guaporense na Festa da Uva de Caxias do Sul em 1950	118
Figura 28 - Sala de maquinas do Curtume Guaporense	127
Figura 29 - Funcionários do Curtume Guaporense	127
Figura 30 - Casas construídas para a moradia dos funcionários do Curtume Guaporense I.....	130
Figura 31 - Casas construídas para a moradia dos funcionários do Curtume Guaporense II	130
Figura 32 – Frigorífico Irmãos Soccol, Seganfredo & Cia. de Dois Lajeados.....	132
Figura 33 - Território atual do município de Guaporé	138

INTRODUÇÃO

O processo de industrialização brasileiro tem sido um dos objetos de grande atenção da historiografia brasileira contemporânea, entretanto, podemos observar que o foco dessa atenção tem, em sua maioridade, recaído sobre a industrialização desenvolvida no eixo que compreende Rio de Janeiro/São Paulo onde esse processo ilustra-se de forma mais aguda, relegando então ao segundo plano o desenvolvimento apresentado nos estados periféricos a esse eixo.

Sob essa mesma questão, observamos também inúmeros trabalhos que buscam analisar os processos de industrialização estaduais enquadrados sob a ótica do eixo Rio/São Paulo, desconsiderando suas peculiaridades e dinâmicas próprias.

Não obstante essas colocações, quando considerados os processos de industrialização estaduais, os trabalhos, frequentemente, incorrem no erro de promover análises e concepções desses processos como todos homogêneos, desconsiderando peculiaridades e dinâmicas próprias das regiões, fatores esses que se delineiam essenciais para a real compreensão dos processos de industrialização sucedidos nos estados.

Quanto ao desenvolvimento desses processos de industrialização no Rio Grande do Sul, esses expõem-se como especialmente relevantes à medida em que ilustram grandes questões relacionadas à dinâmica da passagem e diversificação de uma economia e sociedade fundamentalmente rural e estruturada sobre o latifúndio escravista para a pequena propriedade rural trabalhada pelo braço familiar e, por fim, urbana e industrial, assim como todas as implicações que essas transformações incorrem, como o desenvolvimento do mercado interno, incremento dos setores secundários e terciários, organização das forças e relações de trabalho sob a dinâmica industrial, reorganização das estruturas produção de matéria-prima, acúmulo de capital e interação desse com o trabalho e a tecnologia, urbanização e desenvolvimento social, dentre outras rupturas e reorganizações ocasionadas devido a essas passagens.

Partindo dessas duas breves reflexões, esta pesquisa pretende analisar o desenvolvimento econômico agroindustrial do município de Guaporé entre os anos de 1892 até a década de 1950, através do prisma dos empreendimentos Soccol, Seganfredo & Cia., Antonio Fonini & Cia. E Franciosi, Nardi & Cia., Rizzo & Cia. e Cortume

Guaporense, da Firma Corbetta, Termignoni & Cia., principais representantes do complexo agroindustrial guaporense, destacando a dinâmica das relações entre o processo de imigração, as produções de gêneros agrícolas de destaque na região da Colônia de Guaporé, a origem e desenvolvimento dos empreendimentos que formaram o complexo agroindustrial frigorífico e, por fim, as transformações ocasionadas pelo desenvolvimento desses.

Abarcando a temporalidade entre os anos de 1892 até a década de 1950, este trabalho dedica-se à análise de alguns aspectos da dinâmica histórica do desenvolvimento econômico e social da colônia e do município de Guaporé, sendo que a grande problemática desta pesquisa encontra-se em delinear quais foram as características e a dinâmica da transformação da economia agropecuária em economia agroindustrial no município de Guaporé, identificando e estabelecendo as interligações entre a agropecuária colonial e os ramos comerciais e agroindustriais, as forças que concorreram para o intenso surgimento e desenvolvimento das agroindústrias da banha e do couro, assim como quais foram as permanências, redefinições e rupturas ocasionadas pelo desenvolvimento desses empreendimentos nas questões ligadas à dinâmica de produção no meio rural centrada nas coloniais de base familiar, o processo de modernização produtiva e de introdução de tecnologia/maquinário no âmbito da produção agroindustrial e as possíveis alterações ocasionadas na relação trabalho/trabalhador/saber técnico, os caminhos da subordinação do trabalhador pelo capital agroindustrial, as repercussões da passagem da economia agropecuária para a economia agroindustrial no desenvolvimento urbano, econômico e social municipal e, por fim, os fatores que ocasionaram o declínio dos frigoríficos, do curtume e da economia guaporense.

Nosso trabalho busca, de maneira geral e sucinta, contribuir para a reconstrução e compreensão da história, da identidade e da realidade econômica regional guaporense, além de introduzir novas questões e fatores na dinâmica econômica colonial e estadual assim como sobre os processos de industrialização e agroindustrialização desses espaços.

Além de observar os assuntos anteriormente elencados, este trabalho propõe-se a responder diretamente algumas questões relacionadas ao horizonte da fundação e

desenvolvimento da Colônia de Guaporé. De início, buscamos responder quais as razões e objetivos que induziram o governo estadual à fundação da Colônia de Guaporé? O processo de demarcação das terras coloniais observou a dinâmica utilizada nas demais colônias oficiais de léguas, linhas - travessões e lotes? E, além disso, se havia ocupação do território anterior à fundação oficial da colônia. Os fluxos migratórios que ocuparam o território colonial compunham-se de contingentes populacionais provenientes diretamente da Itália ou de descendentes de imigrantes instalados nos núcleos de colonização iniciais? Quais as principais atividades econômicas que prosperaram entre os colonos que ocuparam as terras guaporenses? Qual o contexto econômico encontrado por esses produtores ao inserirem-se no mercado? Quais as heranças legadas pelo período colonial para a econômica do município de Guaporé?

No horizonte do município de Guaporé, buscamos responder quais as particularidades dos imigrantes que fundaram os empreendimentos agroindustriais guaporenses? Estes imigraram para dedicar-se as atividades agrícolas e artesanais coloniais ou apresentavam capital, conhecimentos técnicos e objetivos específicos? As agroindústrias guaporenses originaram-se a partir dos pequenos artesanatos coloniais ou desenvolveram-se imediatamente com características industriais?

A importância deste recorte selecionado fundamenta-se sobre a questão de que é possível observar, neste espaço geográfico e período temporal, as transformações econômicas anteriormente levantadas – estrutura latifundiária escravista pastoril, pequena propriedade rural familiar e, por fim, urbana e industrial - por meio da análise da organização da colonização nos moldes da pequena propriedade trabalhada pela mão de obra familiar, a organização da produção e o desenvolvimento das atividades agrícolas, a formação de um mercado consumidor interno, a constituição das atividades comerciais, a dinâmica do acúmulo de capital e o processo de desenvolvimento agroindustrial, as rupturas e reorganizações ocasionadas por esse último processo nas questões anteriormente elencadas, assim como as relações dessas questões com o contexto e a dinâmica econômica a nível macroeconômico.

A partir dos pontos anteriormente levantados, as principais questões e objetivos deste trabalho encontram-se em:

- Apresentar o processo de fundação e desenvolvimento da Colônia, posterior município de Guaporé, com enfoque para o âmbito econômico, abordando as questões ligadas aos determinantes da fundação da colônia, o processo de demarcação dos lotes, travessões e linhas, os fluxos de ocupação do território demarcado, assim como os temas referentes à organização da produção no regime da pequena propriedade, o trabalho baseado na mão de obra familiar, o desenvolvimento da produção colonial e os principais gêneros comercializados.
- Baseados no contexto herdado do período colonial, estabelecer, analisar e compreender as diversas forças que concorreram para a fundação e desenvolvimento das agroindústrias guaporenses da banha e do couro nas duas primeiras décadas dos anos de 1900 – abarcando de 1904 com a emancipação do município até 1918 com a fundação da primeira agroindústria analisada.
- Entre o período de 1918 até 1980 – década em que os empreendimentos em análise entram em decadência – identificar as rupturas, permanências e combinações ocasionadas pelo processo de desenvolvimento agroindustrial no âmbito da economia e da sociedade no município de Guaporé para, por fim, analisar os fatores internos e externos que levaram a decadência das agroindústrias da banha e do couro. O recorte temporal apresenta-se bastante amplo, todavia justificado por abranger do desenvolvimento à decadência dos empreendimentos analisados.

Para atingir os objetivos propostos nessa pesquisa, utilizamos essencialmente as fontes primárias localizadas no Arquivo Histórico do Município de Guaporé que possibilitaram, através da análise dos relatórios da Intendência Municipal de Guaporé, a compreensão do contexto econômico e social investigado.

A importância capital contida nos relatórios da Intendência Municipal de Guaporé encontra-se na questão desses apresentarem, entre os anos de 1912 a 1938, relatórios anuais sobre o desenvolvimento do município nos âmbitos econômico, político e social, com dados minuciosos relativos à quantidade e gêneros de produção e exportação municipais, além de delinearem os principais empreendimentos, estabelecimentos escolares, obras de infraestrutura, recenseamentos, divisões políticas e administrativas, eventos culturais, entre outros dados e eventos relevantes ocorridos nos anos relatados.

No que tange ao âmbito econômico, os dados relativos à quantidade e gêneros de produção e exportação são significativos, pois oferecem um panorama amplo sobre a formação e dinâmica econômica municipal durante o período em análise, permitindo um acompanhamento do desenvolvimento e da importância dos gêneros em análise, além de apontarem os principais empreendimentos econômicos guaporenses e dados sobre suas formações e desenvolvimentos, capital empregado, quantidade de empregados, matéria-prima, gêneros produzidos, mercados consumidores, tecnologia empregada e outros dados econômicos de destaque.

No âmbito social, os relatórios da Intendência fornecem dados relativos à urbanização, empreendimentos comerciais, obras de infraestrutura, prestação de serviços, dentre outros dados fundamentais para que, dotado das ferramentas teóricas pertinentes, possam estabelecer relações entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, assim como as rupturas e permanências ocasionadas pelo processo de desenvolvimento econômico.

Foram utilizados, também, os documentos contidos no Arquivo Histórico do Município de Muçum – Casa da Cultura Pe. Luchino Vieira, em especial, o acervo relativo ao porto e companhias de navegação, pois continham dados fundamentais para a compreensão dos fatores que possibilitaram o processo de agroindustrialização em análise, principalmente nas questões relativas ao escoamento da produção e ao deslocamento de pessoas na região.

Contudo, cabe ressaltar a inexistência de arquivos internos de qualquer gênero por parte das agroindústrias analisadas, assim como a ausência de fundadores e/ou empregados do período em análise que possibilitaram a reconstrução das questões relativas à dinâmica interna desses empreendimentos por meio das ferramentas da História oral. Esse fator, juntamente com a exuberância das fontes citadas anteriormente, orientou a pesquisa para as questões externas relativas à dinâmica entre o tripé: agroindústria/ economia municipal/ relações sociais.

No que tange aos recursos bibliográficos consultados, para fins de melhor compreensão, podemos destacar três momentos fundamentais de pesquisa e revisão bibliográfica: o primeiro, deve-se à questões referentes ao processo maior de imigração realizado no Império do Brasil, o segundo momento dedicou-se ao processo de

imigração e colonização realizada em território gaúcho, assim como sobre a fundação e desenvolvimento da colônia de Guaporé. O terceiro momento englobou as questões que tangem o desenvolvimento industrial no Rio Grande do Sul e nas colônias italianas, assim como sobre as implicações do desenvolvimento industrial nos âmbitos econômico e social. Por fim, é fundamental ressaltar quanto ponderado sobre o tema bibliográfico o fato de que, alguns autores, devido à autoridade sobre questões específicas abordadas, foram utilizados exaustivamente na condução da pesquisa e da reflexão.

Além das fontes bibliográficas e primárias dos arquivos históricos, faremos uso largamente dos recursos de entrevistas e da história oral com o objetivo principal de oferecer voz aos atores que participaram dos fatos e dos processos econômicos apresentados, trazendo então a luz, eventos e peculiaridades que são fundamentais para a melhor compreensão dos processos em análise. Utilizamos, em especial, entrevista com indivíduos diretamente ligados as atividades portuárias desenvolvidas em Muçum, entrevistamos também descendentes de imigrantes que dedicam-se as atividades agrícolas nas colônias e guardam a memória repassada por seus pais e avós, lideranças políticas que, frente a administração política do município, participaram diretamente do ciclo econômico em análise e, por fim, entrevistamos sujeitos que estiveram presentes no processo de decadência das agroindústrias analisadas.

Quanto à necessidade de um embasamento teórico, propusemos que a teoria fornecesse os pressupostos, ferramentas e habilidades necessárias para a compreensão da realidade histórica em análise, no caso, o contexto industrial gaúcho e guaporense, assim como as relações entre capital, trabalho e trabalhador. O embasamento teórico funda-se nas obras de Sandra Jatahy Pesavento¹, que por sua vez, utiliza a obra de Antônio Gramsci, para analisar e compreender a industrialização não apenas como um processo econômico, mas como um processo técnico, político e social, contando com uma combinação de forças produtivas específicas organizadas sob uma determinada relação de produção, com seu aparato hegemônico e coercivo.

¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa*. Porto Alegre: Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1989. ; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Pecuaría e indústria: formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha do século XIX*. Porto Alegre: Movimento, 1986. ; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho 1880-1920*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994. ; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980.

O trabalho apresenta uma estrutura baseada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, inicialmente, embasados especialmente na obra de Emílio Franzina², buscamos traçar os principais fatores e processos necessários a compreensão das origens e significados do êxodo rural apresentado pela Itália, em especial, a região do Vêneto, por apresentar-se como a principal região de origem dos imigrantes da colônia de Guaporé, para a América do Sul durante o período que compreende o último quarto do século XIX.

Passado este momento que busca traçar o perfil do imigrante italiano que cruzara o Atlântico rumo às terras do Novo Mundo, encetamos na questão da análise do contexto econômico, principalmente quanto à organização das forças produtivas do Império do Brasil. Para essa análise utilizamos, principalmente, a obra de Emília Viotti da Costa³. Para o tocante aos anos finais do período imperial brasileiro, o clássico de Celso Furtado⁴ por ter uma visão panorâmica do desenvolvimento econômico brasileiro até o período de análise, para, posteriormente, utilizarmos Jacob Gorender⁵, Suely Queiróz⁶, Roberto Conrad⁷, Paula Beiguelman⁸ e Otávio Ianni⁹ a fim de obter uma compreensão da organização das forças produtivas nos anos finais da escravidão e sua vinculação com a imigração sistemática empreendida pelos anos finais do Império do Brasil.

Nesse ponto, analisamos também a vinculação entre organização e a legislação fundiária, o financiamento da imigração e a colonização, debruçados sobre Edward Gibbon Wakefield, a fim de fornecer as ferramentas teóricas necessárias para a compreensão dessa dinâmica¹⁰ assim como Alberto Passos Guimarães¹¹ sobre a

² FRANZINA, Emílio. *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 2006.

³ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. .

⁴ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 13.ed. São Paulo: Nacional, 1975.

⁵ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1980.

⁶ QUEIRÓZ, Suely R. Reis de. *A abolição da escravidão*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

⁷ CONRAD, Roberto. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília: INL, 1975.

⁸ BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

⁹ IANNI, Otávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

¹⁰ TEDESCO, João Carlos. *Imigração italiana, colonização e ocupação da terra no Brasil: uma análise segundo a teoria de Wakefield*. História. Debates e Tendências (Passo Fundo), Passo Fundo, v. 5, n.1, p. 62-83, 2004.

¹¹ GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

formação do latifúndio no Brasil, além de Roberto Smith¹², José de Souza Martins¹³ e Ligia Osório¹⁴ sobre a questão da legalização da posse das terras devolutas e a transição do capital acumulado da posse do escravo para a posse da terra, ou seja, a libertação do escravo e o escravizamento da terra que permitiram a imigração para o Império do Brasil sob a ótica da elite agrária dominante. Através desse tema, buscamos ilustrar o contexto imperial que possibilitou e principiou o processo de imigração brasileiro ocorrido nas últimas décadas do século XIX.

Ao final desse capítulo, por fim, avaliamos o contexto econômico e o processo de implementar o desenvolvimento da imigração e colonização italiana em território gaúcho. Cabe destacar que, sobre essa questão, a literatura apresenta uma extraordinária abundância, ao ponto de propiciar uma possível Filosofia da História sobre a produção historiográfica acerca da imigração e colonização em território gaúcho, contudo, optamos por selecionar determinadas obras por tangenciarem os temas abordados nesse capítulo, dentre elas destacamos as obras de Mario Maestri¹⁵ e Dilse Piccin Corteze¹⁶ que fornecem uma visão contextual sobre a imigração e colonização, assim como Rovílio Costa¹⁷, Luis A. Boni¹⁸ e João Carlos Tedesco¹⁹ sobre o estabelecimento do imigrante no pequeno lote colonial, a organização e a dinâmica das forças produtivas e sua inserção na economia gaúcha. Cabe destaque também para o Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul²⁰ que, com as devidas observações por caracterizar-se como uma obra de comemoração, fornece dados relevantes para o desenvolvimento do capítulo.

Não nos cabe, porém, e não é de nosso interesse nesse capítulo e no decorrer desse trabalho promover uma análise de apologia da etnia italiana, de questões ligadas a

¹² SMITH, Roberto. *Propriedade da terra e transição*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

¹³ MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 2a Edição, São Paulo : Lech, 1981.

¹⁴ SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. Campinas: EdiUnicamp, 1996.

¹⁵ . MAESTRI, Mário. *Os senhores da serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul : 1875 - 1914*. 2. ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2000.

¹⁶ CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses va in América: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2002.

¹⁷ COSTA, Rovílio. *Assim vivem os italianos*. Porto Alegre: EST/UCS, 1982. V.I.

¹⁸ DE BONI, Luís Antônio (Coord.). *A presença italiana no Brasil*. v. 2, Porto Alegre/Torino: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

¹⁹ TEDESCO, João Carlos. *Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural*. Dos primórdios da colonização aos dias atuais. 1. ed. Passo Fundo: UPF/ACIRS, 2001. V. 1.

²⁰ BERTASO, Henrique D'Avila; LIMA, Mário de Almeida (Org.). *Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950.

trabalho, sacrifício e isolamento, progresso econômico e cultural, mas sim, no contexto geral do capítulo, buscamos identificar, analisar e compreender o processo de imigração e colonização, identificando seus objetivos, formas de organização e implementação e, principalmente, as características do desenvolvimento econômico apresentado pelos imigrantes italianos estabelecidos em território gaúcho. Para alcançar esses objetivos cabe dar destaque à obras organizadas por Eliane Cruxên Barros e José Hildebrando Dacanal²¹ que discorrem sobre o tripé Rio Grande do Sul, imigração e colonização, cuja importância ilustrou-se fundamental. De maneira geral, a relevância e a finalidade desse capítulo detêm-se em analisar e compreender o contexto econômico pré-definido em que o imigrante colonizador foi inserido, bem como observar o desenvolvimento apresentado por esse colonizador em uma sociedade previamente organizada.

O segundo capítulo adentra nas questões que tangenciam a fundação e desenvolvimento da colônia e no posterior município de Guaporé, com o recorte temporal entre os anos de 1885, período da ocupação pré-colonial do território analisado, e a década de 1950, apogeu e início da decadência do complexo agroindustrial pesquisado. Nesse capítulo procuramos esclarecer os motivos que levaram o governo estadual a fundar a colônia oficial de Guaporé, a demarcação dos lotes coloniais, a origem dos fluxos migratórios que ocuparam estes lotes, a organização das forças produtivas e o desenvolvimento econômico colonial, as rotas de escoamento da produção, assim como principais gêneros produzidos e os principais mercados de destino desta produção.

O capítulo apresenta um duplo objetivo. Primeiramente, busca trazer a luz documentos e informações sobre a fundação e o desenvolvimento da colônia e do município de Guaporé, contribuindo, então, para o conhecimento e a compreensão da realidade contemporânea. O segundo objetivo desse capítulo encontra-se em analisar, contextualizar e compreender o processo de desenvolvimento econômico que propiciou o desenvolvimento agroindustrial em análise.

Para alcançar esses objetivos, além da pesquisa realizada nas fontes primárias conforme apresentado na descrição metodológica, utilizamos, sobretudo, obras de

²¹ BARROS, Eliane Cruxên; DACANAL, José Hildebrando (Coord.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

Elaine M. Consoli Karan²² e Rovílio Costa²³ no que tange a demarcação e povoamento dos lotes colônias, Vicente Maia Filho²⁴, Lauro Nelson Fornari²⁵ e Telvino José Barp²⁶ quanto a reconstrução do desenvolvimento social e econômico alcançado nos primeiros anos do município. A obra de Giovani Girelli²⁷ mostrou-se fundamental no tocante a ilustração fotográfica das questões abordadas, assim como a obra de Cláudia Mara Sganzerla²⁸ nos levantamentos econômicos sobre o período pesquisado. Cabe menção as demais obras que tratam da fundação e desenvolvimento da Colônia de Guaporé ao abordar o processo maior de imigração e colonização, cujo destaque recai sobre as obras de Vitalina Maria Frosi²⁹ e Ciro Mioranza, além de Luiz de Boni.

O terceiro capítulo adentra nas questões diretamente ligadas ao processo de agroindustrialização do período em análise, avaliando as relações entre a produção de proeminência na região colonial de Guaporé, no caso, a produção de milho, sua consequente relação com o desenvolvimento dos rebanhos suínos, seguindo para a origem e desenvolvimento dos empreendimentos que formaram o complexo agroindustrial frigorífico, as transformações ocasionadas pelo desenvolvimento dessas atividades, e, por fim, dedica-se a analisar a coexistência das estruturas e organizações produtivas artesanais e industriais na economia guaporense.

Deste modo, o capítulo busca não somente analisar o desenvolvimento agroindustrial guaporense, mas delinear e compreender as diferentes forças que concorreram e contribuíram para o desenvolvimento desses empreendimentos, a relação entre a produção dos gêneros agrícolas coloniais com a dinâmica do capital comercial e agroindustrial, os vínculos com os mercados estaduais e nacionais, as relações entre empregadores e empregados, as permanências e rupturas nas relações de trabalho e

²² KARAM, Eliane Maria Consoli. *Raízes da Colonização*; em destaque a colônia Guaporé e município de Dois Lajeados. Porto Alegre:CORAGS, 1992.

²³ COSTA, Rovílio. *Povoadores das Colônias*: Alfredo Chaves, Guaporé e Encantado. Porto Alegre: EST Edições, 1997.

²⁴ MAIA FILHO, Vicente. *Domingo em Guaporé*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1985.

²⁵ THOMÉ, Lauro Nelson Fornari. *A colônia de Guaporé: passado e presente*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1967.

²⁶ BARP, Telvino José. *Centenário da Paróquia Santo Antônio de Guaporé*. Passo Fundo: Editora Bertier, 1997.

²⁷ GIRELLI, Giovani. *A transformação de Guaporé: evolução urbana e memórias*. Guaporé: Editora do autor, 2003.

²⁸ SGANZERLA, Cláudia Mara. *A lei do silêncio: repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945)*. Passo Fundo: Editora Universitária UPF, 2001.

²⁹ FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: Editora da UCS; Porto Alegre: Editora Movimento, 1975.

produção do âmbito rural e urbano, bem como a importância desses empreendimentos para o município do prisma econômico e social³⁰.

O quarto capítulo analisa o processo de decadência do complexo agroindustrial do couro e da banha ocorrido entre os anos de 1960 e 1980, encerrando a análise do ciclo de agroindustrialização do município de Guaporé. Para alcançar esse objetivo, o capítulo busca delinear e compreender os fatores de ordem interna e externa que concorreram para a falência destes empreendimentos, como a emancipação dos distritos e a perda das áreas rurais, a dificuldade com a obtenção de matéria-prima de qualidade, a alteração das características dos produtos consumidos pelos mercados e as dificuldades apresentadas pela administração dos empreendimentos. Nesse momento, cabe destacar a falta de arquivos e documentações por parte dos empreendimentos analisados que pudessem fornecer dados internos, o que orientou a ênfase da pesquisa a focar-se na importância dos empreendimentos agroindustriais para o município, conforme ilustrado nas fontes primárias consultadas e apresentadas anteriormente em coerência com a bibliografia sobre a colônia e o município de Guaporé.

³⁰ Sobre as questões ligadas às teorias sobre industrialização e agroindustrialização do Rio Grande do Sul e, mais especificadamente, a região de imigração e colonização italiana, utilizamos as obras TEJO, Limeira. A indústria rio-grandense em função da economia nacional. In: *Estatística industrial do Rio Grande do Sul – Ano de 1937*. Porto Alegre: Globo, 1939.; SÁ, Mem de. Aspectos econômicos da colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no RS*. Porto Alegre, Globo, 1950.; SINGER, Paul. *Desenvolvimento e Crise*. São Paulo: Difusão Européia, 1968.; SOUZA, Paulo Renato Costa. *Um modelo primário exportador regional: El caso de Rio Grande do Sul*. Santiago-Chile, 1973.; LAGEMANN, Eugênio. *A Industrialização no Rio Grande do Sul* (um estudo histórico). Porto Alegre: Globo, 1969.; HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. *Processo de Industrialização da Zona Colonial Italiana*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

Cabe mencionar que essas obras foram citadas devido a sua relevância e autoridade sobre a questão em análise, entretanto, inúmeras outras foram consultadas e agregaram fatores fundamentais para a análise e compreensão do processo de desenvolvimento agroindustrial guaporense.

I - A COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL

Neste capítulo, buscamos avaliar, de forma breve e sucinta, o processo de imigração e colonização italiana ocorrido em terras gaúchas durante o período que compreende as últimas três décadas do século XIX. Abarcamos a finalidade de identificar, analisar e compreender causas, objetivos, formas de organização e implementação, a fim de outorgarmos atenção especial ao desenvolvimento econômico apresentado por esses imigrantes.

A relevância desse capítulo encontra-se em apresentar o contexto e os objetivos pré-definidos em que o imigrante colonizador foi inserido no Rio Grande do Sul. Esses objetivos são, por conseguinte, fundamentais para a compreensão do desenvolvimento apresentado pela região de colonização italiana, que delineará a conjuntura econômica herdada pelo município de Guaporé.

1.1 - Origem, desenvolvimento e significado do êxodo italiano

O processo de imigração de italianos para o Rio Grande do Sul no último quartel do século XIX está, como todo processo de deslocamento populacional, ligado a fatores políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais. De contorno pouco analisado, vinculado à condição desses fatores, há dois âmbitos: o âmbito do território de saída e do território de chegada desse imigrante. Ou seja

A emigração representa um fenômeno demográfico e econômico caracterizado pela duplicidade de seus fatores formativos. Há uma área de partida e uma área de destino, estímulos “expulsores” e estímulos “atrativos”: a importância de cada um, ou mesmo o seu caráter decisivo, varia de acordo com as situações históricas, mas sempre nos remete a um quadro complexo, que é o da evolução do capitalismo a partir dos anos 50 do século XIX.³¹

³¹ FRANZINA, Emilio. *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 2006, p.34.

Acerca dessa constatação, para tornar possível a compreensão do processo de imigração e colonização de italianos em território gaúcho, devemos visualizar o contexto político, econômico e social da Itália, bem como o contexto do Brasil e da então Província do Rio Grande do Sul.

Do âmbito italiano, cabe a preocupação em apresentar uma história que não esteja limitada a narrar apenas alguns aspectos isolados do fenômeno migratório, contudo apresentar um esforço para explicar o contexto do processo de emigração de italianos, ao reconstruir suas principais etapas e suas motivações fundamentais, obtendo ênfase no período e na região que nos interessa.

A primeira consideração a ser feita sobre a emigração italiana encontra-se na necessidade de compreendê-la através de suas numerosas e distintas etapas, pois essa se apresenta como um processo mais que secular e, sobre o qual nunca é demasiado lembrar, manteve-se sob configurações levemente alteradas, transportando para fora da Itália alguns milhões de trabalhadores.

A partir das considerações referidas anteriormente, para nosso propósito e entendimento, dividimos este secular processo de emigração em dois menores períodos: o primeiro, compreende os anos entre a unificação italiana e o final do século XIX, abrangendo como principal característica as causas endógenas da expulsão dos trabalhadores e predominância desses nas áreas rurais setentrionais, como o Vêneto, direcionados a colonização agrícola da América do Sul. O segundo período compreende os anos entre a era giolittiana e, posteriormente, a estagnação dos períodos da guerra, os anos finais da emigração para a América, caracterizados principalmente pelo contexto da oferta de trabalho internacional e pela predominância de emigrantes da região do sul da Itália.³²

Entretanto, de acordo com os objetivos deste trabalho, nos cabe analisar com maior destaque o período entre a unificação italiana e o final do século XIX, pois nesse

³²FRANZINA, Emilio. Op. cit., p. 83. Entretanto, cabe destaque para a divisão conforme a quantidade do fluxo de emigrantes efetuada por Emilio Franzina, cuja observação é necessária por apresentar uma análise mais específica dos inúmeros períodos da imigração italiana: as origens do fluxo migratório 1861-1875; primeira fase da imigração italiana 1861-1886; êxodo dos campos e a imigração permanente de massa nos anos da disputa colonial 1887-1901; emigração do Sul da Itália para os Estados Unidos e a conclusão do primeiro grande ciclo migratório 1902 – 1927; medidas restritivas dos anos 20 ao segundo pós-guerra 1927 – 1948.

encontra-se o fluxo emigratório dirigido para a área e a temporalidade analisada nesse trabalho.

A divisão oferecida anteriormente apresenta-se de forma muito genérica, pois o período compreendido entre unificação italiana e o final do século XIX apresenta diversas características, proporcionando uma divisão em duas fases principais: a primeira fase marcada por iniciar próxima ao ano de 1876 e concluir-se por volta de 1886, envolvendo, especialmente, emigrantes caracterizados por serem ex-assalariados rurais, meeiros e pequenos proprietários, cujo maior objetivo era o de tornarem-se proprietários de terra por meio do processo de colonização agrícola promovida pelo Brasil nas regiões sul e pela Argentina de Mitre; a segunda fase, cujo fluxo emigratório ganhou proporções de massa, apresenta-se entre os anos de 1887 e 1901, envolvendo emigrantes das classes anteriormente citados, mas com o acréscimo de indivíduos ligados às atividades de artesãos, operários e profissionais liberais citadinos.³³

Na segunda fase observamos que o fluxo de emigrantes dirige-se para o Brasil, mas especialmente para a região de São Paulo. Algumas dezenas de milhares de trabalhadores alistados e com o deslocamento pago, cuja mão de obra seria empregada nas propriedades agrícolas monocultoras dedicadas ao cultivo do café, sob o regime de trabalhadores assalariados e de jornaleiros.³⁴

Então, depois de realizada as devidas distinções e recortes sobre toda a extensão do processo maior de emigração italiana para o Novo Mundo, cabe agora apresentar o contexto de expulsão dos emigrantes compreendido entre a unificação italiana e o final do século XIX, oriundo das áreas rurais setentrionais, em destaque a região do Vêneto, por esse caracterizar-se como o fluxo de origem dos emigrantes que estabeleceram-se na Colônia de Guaporé. Contudo, buscamos evitar as interpretações simplificadoras e tendenciosas, elencando as devidas causas da expulsão e o que buscavam os emigrantes que cruzaram o Atlântico em direção às regiões coloniais gaúchas.

As explicações mais superficiais sobre o processo de emigração buscam explicar o êxodo italiano do século XIX como apenas uma espécie de “válvula de escape” natural para a pressão gerada por uma crescente população europeia, ou seja, colocando a emigração como a solução para a crescente pressão demográfica dos países europeus.

³³ Idem. *ibid.*, p.83-84.

³⁴ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Essa teoria sugere que o processo de emigração simplesmente compunha um estágio do processo maior de desenvolvimento demográfico das nações europeias.³⁵

Contudo, embora o fator demográfico mereça grande atenção por apresentar o excedente demográfico passível de emigração e compor uma das causas do processo de emigração, não basta definitivamente por si só para explicar a emergência de tamanho processo de emigração, pois falha ao não explicar o porquê de um país com similaridade nas taxas de crescimento populacional entre as várias classes sociais, a emigração ter atingido somente certas classes sociais bastante específicas, enquanto não afetava as demais camadas sociais.³⁶

A emigração ilustra-se como um processo localizado no contexto econômico e social italiano, ao apresentar-se de maneira complexa, tornando imperativo agregar ao fator demográfico a situação em que se encontrava o indivíduo que realizaria a emigração.

O primeiro fator a ser considerado encontra-se nas transformações ligadas à tributação, agricultura e a indústria italiana durante e após o período do Risorgimento³⁷.

Após o período de 1860 a 1876, o novo estado italiano inicia um processo de intenso aperto tributário para cobrir os gigantescos gastos oriundos das campanhas de unificação, de organização e aparelhamento do novo estado e da construção de infraestrutura, principalmente redes ferroviárias, fundamentais para o desenvolvimento de um mercado interno e para a movimentação de produtos. No âmbito industrial, o novo Estado abre as fronteiras, assegurando que, segundo o princípio liberal, a abertura das fronteiras desenvolveria a miserável indústria italiana.

Neste contexto de arrocho fiscal e encarecimento do custo de vida, a situação dos meeiros e pequenos produtores da região norte³⁸ agrava-se devido à incapacidade da

³⁵ FRANZINA, Emilio. Op. cit., p.63.

³⁶ Idem. *ibid.*, p.64–65.

³⁷ Risorgimento foi a ação empreendida pela monarquia piemontesa de unificação dos Estados italianos, seguida pelo processo de modernização e desenvolvimento capitalista. Teve início com a anexação da Lombardia em 1859; a Emília-Romanha, parte dos Estados Pontifícios e o Reino das Duas Sicílias em 1860; o Vêneto e o Friuli-Venécia Júlia em 1866; o restante dos Estados Pontifícios em 1870; o Alto Ádige, o Trentino, o Trieste e a Ístria após o fim da Grande Guerra.

³⁸ No período do Risorgimento, a Itália mostrava-se como um país fundamentalmente agrícola, dotado de uma população de em torno de 26 milhões de habitantes e escassas terras agrícolas. A região norte foi a mais atingida pela crise tributária e agrícola, pois estruturava a sua produção sobre o regime de mezzadria - onde o trabalhador arrendava a terra e trabalhava, dividindo sua produção com o proprietário da terra - e o pequeno produtor minifundiário, ambos dedicados a policultura de subsistência, empregando baixíssima tecnologia e comercializando, principalmente, o excedente de trigo nos mercados locais, de onde retirava o capital necessário a sua sobrevivência. MAESTRI, Mário. *Os senhores da serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul : 1875 - 1914*. 2. ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2000, p.25.

pequena propriedade em modernizar a produção e, principal e fundamentalmente, devido à assombrosa crise ocasionada com o desenvolvimento de um mercado unificado e aberto aos produtos estrangeiros: os meeiros e pequenos proprietários viram-se privados economicamente dos seculares mercados locais pela concorrência dos produtos internacionais que agora alcançavam as várias regiões italianas devido ao desenvolvimento de um mercado único nacional criado pelo processo de unificação política e abertura econômica. Os pequenos proprietários viram-se retirados dos mercados tradicionais onde comercializavam sua produção pela concorrência gerada pelo desenvolvimento de um mercado nacional, os pequenos e isolados mercados regionais dissolveram-se com a unificação, fechando as portas para as produções locais.³⁹

A crise agrícola prejudicava de maneira devastadora a situação econômica e social dos pequenos proprietários, pois tornava os produtores inseridos nos mercados locais incapazes de resistir à concorrência do mercado nacional.

A situação dos meeiros (*mezzadri*) e camponeses (*bracciante*) mostrava-se não mais promissora, pois a concentração e capitalização das terras na Itália pós-Unificação prenunciava a estes poucas perspectivas de compra de propriedades de terra, mesmo que estes mostrassem ser econômicos e moderados⁴⁰ colocando-os na mesma situação dos pequenos proprietários.

Devido à situação de crise agrícola e agrária, os camponeses, meeiros e pequenos proprietários enxergavam na América e na emigração a saída de sua situação de miséria⁴¹ e, mais do que isso, a possibilidade de alcançar a propriedade da terra⁴², pois, ao contrário da terra natal, com estímulos promovidos pelo Estado brasileiro, esses poderiam mais facilmente tornarem-se proprietários, melhorando então suas condições econômicas e sociais.⁴³

Esse fator, em consonância com as considerações analisadas no tocante ao fator demográfico, apresentadas anteriormente, ilustra o porquê do processo de emigração ter atingido mais fortemente os setores agrícolas italianos, pois

³⁹ Idem. *ibid.*, p.26–28.

⁴⁰ FRANZINA, Emilio. *Op. cit.*, p.38–39.

⁴¹ COSTA, Rovílio. A família italiana da área agrícola do Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luís Antônio (Coord.). *A presença italiana no Brasil*. v. 2, Porto Alegre/Torino: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

⁴² CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses va in América: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2002.

⁴³ FRANZINA, Emilio. *Op. cit.*, p.71.

[...] se levamos em conta que a estrutura econômica da Itália, entre a unificação e a guerra, foi fortemente caracterizada pela predominância do setor agrário e que a composição social e profissional do fluxo, durante o mesmo período, foi marcada de modo evidente, praticamente em todas as fases, pela presença de muitos imigrantes saídos das classes rurais mais baixas, isto é, não somente de verdadeiros camponeses, mas também de meeiros e pequenos proprietários de terra.⁴⁴

[...] advertindo que o êxodo camponês da Itália não era quase nunca determinado pelo excesso populacional, mas quase sempre por causas econômicas e sociais, como a má distribuição da propriedade e o baixo nível dos salários, assim, na Itália, as províncias que mais alimentaram a emigração não são as mais populosas, mas as que são atormentadas pela malária e por mais contratos de trabalho agrícola.⁴⁵

As considerações sobre o processo de emigração italiana nos permitem visualizar, detalhadamente, os fatores que ocasionavam a expulsão da população rural de suas terras e regiões, ao ratificar as proeminências do fator expulsor. Entretanto, os argumentos destacados levantam outras questões embutidas de considerável importância, que contribuíram para perpetuar a emigração.

Fatores naturais vinham a agravar a situação de miséria econômica e social que assolava a população rural italiana, entretanto, é presente que esses fatores naturais, embora gerem uma ampliação no processo de emigração, certamente não ilustram-se como fatores principais do êxodo. Contudo, doenças como a cólera e pelagra, mais do que ilustrarem-se como fatores naturais, derivam principalmente do nível higiênico e da qualidade da alimentação das populações rurais, que, por sua vez, deriva da condição econômica ocasionada pela crise agrária e rural. Os fatores naturais promovem um aumento da emigração porque, além de serem derivados, agravam os fatores principais do processo de expulsão populacional: os elevados tributos, a concorrência no mercado nacional, os produtos agrícolas estrangeiros e de outras regiões, o anacronismo tecnológico rural e o processo de capitalização das áreas rurais.⁴⁶

Deve-se considerar também a influência exercida pelas empresas de navegação, as companhias de emigração, os agentes e os intermediários que, envolvidos com as atividades de engajamento, transporte e venda de terra para os emigrantes, prosperaram e enriqueceram, contribuindo para o incremento do processo de emigração italiano.

⁴⁴ Idem. *ibid.*, p.73.

⁴⁵ Idem. *ibid.*, p.86.

⁴⁶ Idem. *ibid.*, p.77.

Neste ponto, igualmente cabe destaque para a imagem concebida por setores comerciais italianos de que a emigração de trabalhadores e, conseqüentemente, de consumidores de produtos peninsulares garantiria o desenvolvimento de um futuro mercado acessível aos produtos peninsulares que, garantiria juntamente com a questão remissão de dinheiro dos emigrados para os familiares na terra natal, garantiria a entrada na economia italiana dos tão essenciais capitais para o processo de desenvolvimento capitalista⁴⁷.

Contudo, no tocante aos emigrantes destinados às colônias gaúchas, ambos os casos não mostraram desenvolvimento relevante, pois o italiano produzia ou adquiria os produtos necessários para sua subsistência nos mercados locais e tendia a trazer seus familiares para as colônias, e não enviar capitais para esses.

A despeito de fatores de expulsão anteriormente analisados, esses não se mostraram fortes para ocasionar e, principalmente, sustentar um processo de emigração que permaneceu ativo durante mais de um século e proporcionou o êxodo de dezenas de milhares de trabalhadores da Itália para o Novo Mundo.

O processo secular de emigração ilustra-se, não apenas como um efeito da transição de um país fragmentado politicamente, atrasado em sua estrutura agrária e organização agrícola para um estado unificado e desenvolvido industrialmente, mas como uma das esferas de ação do estado que promoveu a referida passagem ao ditar e imprimir-lhes características e modos.

É fundamental destacar a ação, postura e o comportamento das elites dirigentes – igreja, indústrias, grandes proprietários agrícolas e dirigentes estatais – e do estado italiano na ação de promoção e manutenção do processo de emigração, pois, para esses setores, a emigração funcionava como atenuante para os problemas sociais apresentados pela Itália no período da unificação, principalmente no tocante a questão do aumento demográfico e a sua relação com a situação de limitação dos recursos naturais e com a economia ainda fundamentalmente agrícola e atrasada tecnologicamente.⁴⁸

Então, o processo de emigração italiano apresentava-se como um paliativo para desenvolvimentos de conflitos na área rural, pois aliviava as tensões sociais, reforçava estruturas sociais arcaicas e funcionava como válvula de segurança⁴⁹, pois como podemos observar

⁴⁷ MAESTRI, Mario. Op. cit., p.28.

⁴⁸ FRANZINA, Emilio. Op. cit., p.87.

⁴⁹ MAESTRI, Mario. Op. cit., p.29.

O fato é sintomático, se pensarmos que a ausência de um movimento de resistência camponesa logo foi contrabalanceada pelo aparecimento de um tipo de reação mais submissa, se comparada à greve ou a formação de ligas, mas não menos peremptória: a emigração.⁵⁰

Logo, para compreender o processo de emigração italiana, deve-se manter, como plano de fundo, a atuação do estado italiano e das classes dominantes em seu conjunto na passagem de um Estado agrônomo e artesanal para um estágio de desenvolvimento industrial e capitalista, utilizando-se da emigração, de maneira abstrusa, como válvula de esvaziamento dos principais conflitos no campo.

1.2 – Objetivos da política de imigração e colonização

O processo de imigração e colonização europeia realizado na região sul mostrou-se como um caso a parte no processo maior de emigração de europeus para o Brasil. Enquanto o entendimento desse processo maior de imigração ocorreu apenas na medida em que analisamos a estrutura de produção vigente no Brasil e as mudanças ocorridas com essa durante o século XIX.

O Brasil, desde os primórdios da dominação política e econômica portuguesa no final da primeira metade do século XVI, sustentava uma estrutura produtiva e econômica amplamente alicerçada no latifúndio monocultor trabalhado pelo braço cativo de origem africana,⁵¹ cuja produção de gêneros tropicais dirigida para a exportação e comercialização no mercado europeu através da metrópole portuguesa.⁵² Como essa estrutura produtiva está diretamente atrelada ao mercado externo e seu estado varia conforme a aceitação e a concorrência dos gêneros tropicais, observamos o desenvolvimento da produção e da economia brasileira colonial através de ciclos, que caracterizam-se basicamente pela aplicação das principais forças produtivas da colônia

⁵⁰ FRANZINA, Emilio. Op. cit., p.135.

⁵¹ GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

⁵² GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1980.

para a produção do gênero de maior valor econômico e aceitação nos mercados europeus no momento, abandonando esse quando é alvo de concorrência ou desvalorização e voltando-se para uma nova cultura tropical de maior valor e aceitação, iniciando então um novo ciclo de produção.⁵³

Neste contexto de organização das estruturas produtivas, a metrópole portuguesa não dispunha de população o suficiente para abastecer de mão de obra as fazendas coloniais, assim como o português recusava-se a emigrar para os trópicos para engajar-se como trabalhador braçal, apenas aceitando a empreitada tropical caso tornar-se latifundiário. A saída encontrada pela metrópole foi suprir os latifúndios monocultores com braços cativos oriundos de suas feitorias na costa africana, além disso, as empresas armadoras e comerciais portuguesas lucravam consideravelmente com o comércio triangular.⁵⁴

Essa organização produtiva perdurou basicamente inalterada durante aproximados três séculos, inclusive após o processo de independência política ocorrido na primeira metade dos anos de 1820. No referido momento o Império do Brasil herdou de sua época colonial suas principais características econômicas, assim como os problemas gerados por essas características, que se intensificaram na segunda metade do século XIX com o processo de expansão do capitalismo.

O processo legislativo de gradual extinção da escravidão brasileira tem seu início com a aprovação pelo Império, em 4 de setembro de 1850, da Lei Eusébio de Queirós⁵⁵ – em homenagem ao ministro Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara que insistia na necessidade do Império tomar a decisão antes que a referida fosse imposta pela Inglaterra, mantendo assim a imagem da nação como soberana – que propunha, em linhas gerais, colocar em prática a Lei de 1831 que proibia o tráfico negreiro transatlântico.⁵⁶

Com o aumento da fiscalização brasileira nos portos e da fiscalização inglesa no Atlântico, não tardou para que o tráfico de cativos africanos para o Império cessasse, inaugurando a fase da tentativa de reprodução de cativos em terras brasileiras seguido

⁵³ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 13.ed. São Paulo: Nacional, 1975. Páginas 31 - 41.

⁵⁴ Idem. *ibid.*, p.20-22.

⁵⁵ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.; QUEIRÓZ, Suely R. Reis de. *A abolição da escravidão*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

⁵⁶ CONRAD, Roberto. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília: INL, 1975.

do processo de deslocamento de braços interno, à medida que a entrada de cativos cessou e a reprodução de cativos em território brasileiro mostrou-se insuficiente, temos o início do movimento de deslocamento de cativos interno das áreas de economia decadente para as novas plantações de café de São Paulo. Entretanto, ambas as soluções mostravam-se como paliativos temporários para o problema da mão de obra.⁵⁷

O segundo problema da manutenção da mão de obra escrava encontra-se no fator da incompatibilidade do cativo com o sistema capitalista que penetrava no Império do Brasil, contudo, não figura-se como uma questão de ordem quantitativa, como a apresentada anteriormente, mas um problema de fator qualitativo pois, o modelo escravocrata de produção brasileiro figurava-se como um obstáculo para o desenvolvimento capitalista e para as modernizações embutidas e introduzidas por este, já que necessitava de uma mão de obra livre, que vendesse sua capacidade de trabalho em troca de um salário, sendo então capaz de adquirir propriedades privadas, consumindo e fomentando o desenvolvimento e a expansão do mercado interno brasileiro, seguido do comércio, dos serviços e das indústrias.⁵⁸

Estes se mostravam com interesses tanto do Império do Brasil, que pretendia desenvolver-se economicamente, quanto da Inglaterra, que passando então pela Segunda Revolução Industrial, necessitava de novos mercados consumidores para seus produtos industrializados. Em linhas gerais, figuravam-se como os principais motivos da pressão para o fim do tráfico e do trabalho escravo brasileiro tanto no âmbito interno, quanto no âmbito externo.⁵⁹

No referido ponto, é oportuno destacar que o Império do Brasil dava sinais de que estava ciente dos problemas que envolviam o modelo escravocrata de produção brasileiro, entretanto, findar o sistema não era tarefa simples, pois quase três séculos desse sistema tornavam o Brasil refém das estruturas desenvolvidas e enraizadas, então a abolição precipitada e desorganizada da escravidão arruinaria estas estruturas produtivas e conduziria a nação a colapso e a bancarrota. Baseado neste contexto, os administradores do Império sabedores da necessidade da abolição da escravidão, mas

⁵⁷ Idem. *ibid.*, p.46-51.

⁵⁸ Idem. *ibid.*, p.73-79.; BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Brasiliense, 1981.; IANNI, Otávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

⁵⁹ LANDO, Aldair M. BARROS, Eliane C. Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul. In: BARROS, Eliane Cruxên; DACANAL, José Hildebrando (Coord.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p.17.

cientes do risco que a mesma traria para a organização produtiva e para a economia, adotam uma política gradualista de abolição da escravidão baseado em leis que foram libertando os cativos brasileiros enquanto encontravam soluções para os problemas de mão de obra gerados pela abolição.⁶⁰

Com o fenecimento do modelo escravocrata de produção brasileiro, a então lavoura de café brasileira, em pleno desenvolvimento, necessitava optar entre empregar os ex-escravos, (entretanto agora sobre o modelo capitalista de relações de produção) ou recorrer a novas opções, entre elas, destacando-se o braço imigrante.

É marcante ressaltar que as lavouras de café que já contavam com cativos necessitou, com o fim do modelo escravocrata de produção brasileiro, propiciar agora aos ex-cativos, salários para que permanecessem atrelados ao processo produtivo da lavoura. Entretanto, essa alternativa resolvia o problema da mão de obra, mas não o problema da inserção dos trabalhadores no sistema capitalista, já que o ex-cativo não se encaixava na dinâmica capitalista, pois a realidade de sua antiga condição, condição essa que conheceu durante grande parte de sua vida, o tornava incapaz de desenvolver e responder aos estímulos econômicos fundamentais do sistema: a situação escrava legara ao homem livre a situação de quase desconhecimento dos costumes da vida familiar, nem desenvolvera a ideia de trabalho para a acumulação de capital, de riquezas e de consumo, e, além disso, a rudeza e a simplicidade da vida cativa diminuiram em muito as suas necessidades de consumo.⁶¹

Em outros termos, reparamos que o trabalhador ex-cativo mostrava-se como uma força negativa para a dinâmica e o processo de desenvolvimento do capitalismo, pois esse, devido a sua herança cultural, apresentava um campo de necessidades e consumo em alto grau restringido. Tendo um campo de necessidades diminuídas e não possuindo a noção de acúmulo de capital e de riquezas, o ex-cativo, ao conseguir atender seus custos de subsistência com dois ou três dias de trabalho semanal, encerrava sua jornada de trabalho, pois não experimentava necessidade de aumentar seus afazeres nem seus ganhos, partindo abertamente contra a dinâmica da lavoura de café que carecia de ciclos sazonais de trabalho, necessitando de maior trabalho durante o período de colheita.

⁶⁰ FURTADO, Celso. Op. cit., p.172-183.

⁶¹ CONRAD, Roberto. Op. cit., p. 215-217.

Este comportamento do ex-cativo ofende a lógica e a dinâmica do processo capitalista de duas maneiras distintas, pois esse se assenta, basicamente, sobre o tripé do trabalho assalariado, da circulação de mercadorias e da propriedade privada⁶², e ao momento em que o lucro do proprietário da expropriação do produto excedente do trabalho do funcionário, menor jornada de trabalho significa uma menor expropriação do excedente desse trabalho, e com menores ganhos por parte do funcionário, menor capacidade de adquirir propriedades privadas e consumir, ocasionando então a crise do sistema, ou seja, a roda do capitalismo interrompe seu ciclo.

Fundamentados na situação anterior, os administradores do Império e as elites cafeeiras optaram pela solução da importação de grandes contingentes de imigrantes europeus, já inseridos na dinâmica capitalista, a fim de suprir os braços necessários para a lavoura de café.

No âmbito gaúcho, o processo de imigração estava intimamente ligado às objeções e objetivos das elites latifundiárias dominantes politicamente a nível imperial e a nível provincial, ou seja, as elites dominantes cafeeiras da região centro-oeste estavam a nível do Império do Brasil e as elites dominantes pecuaristas e saladeiras a nível da Província do Rio Grande do Sul.

O processo de imigração de europeus para a região centro-oeste do Brasil mostra-se como consequência da necessidade de mão de obra para a lavoura cafeeira paulista que se encontrava em ascensão no último quartel do século XIX, juntamente com a oposição destes latifundiários para com a contratação do braço dos ex-escravos devido aos fatores anteriormente avaliados. Logo, a solução adotada, primeiramente por Nicolau de Campos Vergueiro, e seguida pelos seus pares cafeicultores, é a da importação de braços europeus para suprir esta necessidade de mão de obra.⁶³

Contudo, durante o debate acerca das formas de implementação do processo de imigração, a elite cafeeira paulista demonstrou já deter força política suficiente para dirigir o processo de imigração para o rumo da mão de obra assalariada e vinculada ao latifúndio, não adquirindo um caráter de colonização e impedindo a formação de colônias agrícolas próximas a área de seus latifúndios cafeeiros, pois esses latifundiários temiam que os imigrantes europeus, ao se tornarem proprietários, conseguissem adquirir razoável extensão de terra e com isto estabelecer culturas que viessem a exercer

⁶² BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Lisboa: Teorema, 1985.

⁶³ FURTADO, Celso. Op. cit., p.187-191

concorrência aos seus produtos, acarretando assim a diminuição de seus poderes econômicos e influência política.⁶⁴

Tendo o mencionado fator como autoridade, a imigração, quando dotada de objetivos de colonização, deveria invariavelmente ocupar extensões de terras devolutas e ociosas economicamente, inadequadas ao desenvolvimento do latifúndio produtor de gêneros tropicais de exportação. Esse fator é determinante para entender os porquês de o processo de imigração junto à colonização ter sido dirigido e implementado na região sul do Império, mas especificamente nos atuais Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, pois além de encontrar-se longe das terras propícias à lavouras cafeeiras, as elites latifundiárias sulinas desenvolviam, basicamente, atividades ligadas à criação de gado e as atividades saladeiras, com o objetivo do abastecimento das escravarias imperiais, o que tornava as terras da região nordeste da Província inviáveis para o desenvolvimento das atividades por suas características geográficas. A execução do processo de imigração e colonização para as regiões não entrava em choque com os interesses das elites imperiais nem provinciais.⁶⁵

Temos então que, no estabelecimento do processo de imigração e colonização em território sulino, foram respeitados os interesses das elites imperiais, pois os imigrantes estabeleceram-se em uma região que se mostrava inviável ao desenvolvimento de latifúndios produtores de gêneros agrícolas de exportação, e, respeitou também os interesses das elites criadoras e saladeiras gaúchas, pois os imigrantes estabeleceram-se na região nordeste da província, região esta que não despertava o interesse das elites devido as suas características físicas que inviabilizavam o desenvolvimento de atividades pastoris.⁶⁶

Definido os fatores que regeram a escolha do território a ser implementado o processo de imigração e colonização, cabe definir os motores que impulsionaram o desenvolvimento desse processo.

⁶⁴ GIRON, Loraine Slomp. Imigração italiana no RS: fatores determinantes. In: BARROS, Eliane Cruxên; DACANAL, José Hildebrando (Coord.). Op. cit., p. 17.

⁶⁵ LANDO, Aldair M. BARROS, Eliane C. Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul. In: BARROS, Eliane Cruxên; DACANAL, José Hildebrando (Coord.). Op. cit., p. 15.

⁶⁶ ROSSETTO, Valter. *Memória e cultura étnica: a Festitália de Serafina Corrêa-RS*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005, p.41–42.

O processo de imigração e colonização italiana visava, fundamentalmente, ocupar com trabalhadores brancos as terras inaproveitadas economicamente elites latifundiárias e cuja imigração alemã não ocupou.⁶⁷

Além disso, a efetivação do mencionado processo nesses territórios satisfazia motivos e questões ligadas à dinâmica econômica gaúcha: essas terras apresentavam-se como sendo de qualidade fértil que, junto com o clima temperado e com a fundação de um regime agrário de pequenas propriedades, fomentavam o desenvolvimento de lavouras de gêneros agrícolas e pomares para a alimentação da população da província, pois as terras e os habitantes, principalmente da região da campanha, encontravam-se fundamentalmente entregues às atividades de pastoreio e as atividades saladeiras, não produzindo gêneros alimentícios para seu próprio consumo, representando assim um mercado acessível para os gêneros a serem produzidos nas pequenas propriedades dos imigrantes.⁶⁸

Além de formar um espaço de produção agrícola de gêneros alimentícios diversificados, o processo de imigração e colonização objetivava, por meio da mão de obra familiar do imigrante, a formação de um mercado consumidor⁶⁹, pois com a mão de obra livre, dotada de pequenas propriedades e excedentes comerciais, e de origem imigrante já inserida na dinâmica capitalista, estimular o consumo, a produção artesanal, o comércio, a circulação de mercadorias, o desenvolvimento da atividade industrial e a diversificação da economia.

Cabe também destacar como objetivos de menor autoridade, entretanto interessantes, do processo de imigração e colonização gaúcho, o fator de que a ocupação destes espaços geográficos – que se mostravam consideravelmente grandes e precariamente ocupados por raras populações nativas e caboclos dedicados às atividades de subsistência – permitiriam o desenvolvimento de novas ligações e paradouros ao facilitar a segurança para os viajantes e para as comunicações entre as várias regiões da Província, pois além de povoar esses espaços, utilizou o braço imigrante para a abertura e o desenvolvimento de estradas pelo interior, além de fomentar a criação de serviços de

⁶⁷ MAESTRI, Mario. Op. cit., p.15.

⁶⁸ CORTEZE, Dilse Piccin. Op. cit., p.37.

⁶⁹ HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. *Processo de Industrialização da Zona Colonial Italiana*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997, p. 31–48.

infraestrutura como pousadas, estabelecimentos para alimentação e conserto dos meios de transporte, fator esse que ira mostrar-se importante no caso da Colônia de Guaporé.⁷⁰

Além do fator da facilitação das comunicações, no âmbito das causas secundárias, podemos também destacar que determinados administradores do governo imperial observavam na imigração uma respeitável fonte de abastecimento de recursos humanos e materiais para o exército imperial em casos de possíveis confrontos armados com as recém-formadas repúblicas da região platina, devido aos problemas herdados do período colonial. Essa teoria pode ser comprovada se analisarmos a participação dos imigrantes alemães no abastecimento das tropas e no provimento de determinado material humano nos confrontos com as tropas de Oribes, Rosas e Lopes.⁷¹

1.3 - Estabelecimento dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul

A consideração inicial a ser realizada sobre a imigração e colonização gaúcha ilustra-se na necessidade de visualizá-la através de suas distintas fases, facilitando então o entendimento de sua dinâmica de expansão e desenvolvimento interno. A primeira fase compreende entre os anos de 1870 até 1884, ao caracterizar-se pelo início do processo de imigração e colonização italiana, com a fundação dos núcleos coloniais de Conde D'Eu, Dona Isabel, Nova Palmira e Silveira Martins – primeiro núcleo colonial de preponderância italiana fundada fora da região nordeste – formando o núcleo principal desse processo. A segunda fase abrange os anos de 1884 até 1894, caracterizados pela expansão do processo de colonização, originando a fundação de novos núcleos coloniais, com destaque para as colônias de Alfredo Chaves e Antônio Prado. A terceira fase delinea-se entre os anos de 1892 até meados de 1900, caracterizando-se, principalmente, pelo processo de migração interna, com o deslocamento de imigrantes e seus descendentes para novas colônias devido ao esgotamento de terras e aumento e formação de novos núcleos familiares, cuja

⁷⁰ KARAM, Eliane Maria Consoli. *Raízes da Colonização*; em destaque a colônia Guaporé e município de Dois Lajeados. Porto Alegre:CORAGS, 1992, p.59–61.

⁷¹ MANFROI, Olívio. *A Colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2001.

disponibilidade de trabalho na pequena propriedade não era capaz de absorver. Na terceira fase cabe destaque para a fundação da Colônia Guaporé e desenvolvimento de um grande número de colônias particulares como podem ser observadas no Quadro 1. Na quarta fase, cujo início podemos observar ainda nos anos de 1880, porém acentuando-se entre 1900 a 1920 e seguindo nos anos posteriores, temos como principal característica o expansionismo para a região do Alto Uruguai, seguindo então por toda a região norte do Estado.

Conforme as distintas fases apresentadas anteriormente, cabe, nesse momento, delinear o desenvolvimento e os fatos concernentes a primeira fase, da formação e desenvolvimento dos primeiros núcleos coloniais em território gaúcho.

Após a ocupação de 36 léguas quadradas doadas pelo Império às Províncias em 1848, cujo território no Rio Grande do Sul abrangia a região que compreende as planícies dos Vales dos Rios Caí e Sinos, o governo provincial solicitou novas terras devolutas, agora na região que compreende a Encosta Superior da Serra. Com a solicitação de concessão aceita em 9 de fevereiro de 1870 pelo Ministério da Agricultura, o Governo Provincial adquiriu dois territórios de quatro léguas quadradas, totalizando trinta e duas léguas em quadro para dar continuidade a obra de imigração e colonização (adquire pois a concessão não fora gratuita, sendo mandatório pagar ao Governo Geral o valor de um real por braça quadrada medida e utilizada)⁷².

Entretanto, a entrada de imigrantes de origem alemã, que se apresentaram como principais componentes da ocupação das 36 léguas que compunham o processo inicial de colonização e imigração, finda-se em meados de 1870, dando início a um novo processo de imigração.⁷³

A escolha dos imigrantes de origem italiana inicia na conjuntura de proibição da emigração alemã em ligação com a situação política e econômica italiana que promovia

⁷² PELLANDA, Ernesto. Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, p.44.

⁷³ A suspensão do processo de agenciamento e imigração para as fazendas de São Paulo e, posteriormente, para a região sul pelo governo da Prússia ocorre através do Rescrito de Heidt em 1859, que proibia a emigração pelo governo prussiano devido à guerra entre Prússia e Áustria em 1866 e, principalmente, devido a guerra Franco-prussiana de 1870-1871 onde o governo prussiano temia pela falta de material humano para prover seus exércitos em guerra. Os relatos sobre a situação de maus tratos em que eram submetidos os imigrantes alemães destinados ao Império do Brasil funcionam como fator final para cessar o processo de emigração alemã. LANDO, Aldair M. BARROS, Eliane C. Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul. In BARROS, Eliane Cruxên; DACANAL, José Hildebrando (Coord.). Op. cit., p.9-33

a expulsão de sua população, conforme analisado anteriormente, e pela restrição da imigração destes para o seu principal país de destino, os Estados Unidos da América.



Figura 1- Região colonial italiana no Rio Grande do Sul. Em destaque a localização da colônia de Guaporé.
Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé

O território de 32 léguas com altitudes variando entre 600 e 900 metros, coberta por densa floresta de pinhas e matas de galerias lindas aos rios, divisora de águas das bacias da Região Central e da Bacia do Rio Uruguai, localizava-se entre bacias dos rios Taquari, Antas e Caí, cujos limites territoriais encontravam-se em São Francisco de Paula de Cima da Serra, Taquara do Mundo Novo, São João do Montenegro e São Sebastião do Caí, abrangendo o território das matas que cobriam os aclives do Planalto,

região que, por não ter despertado o interesse dos criadores de gado e saladeiros da região dos campos da campanha e do planalto e devido a expansão alemã ter concentrado-se nas regiões dos vales dos rios da depressão Central e interrompida nas encostas inferiores da Serra Geral, permaneciam apenas precariamente povoadas por alguns nativos e caboclos em atividades de subsistência, mantendo-se retirada da economia estadual.⁷⁴

A Figura 1 nos apresenta uma planta da região colonial, delineando o território empregado na fundação de núcleos coloniais no Rio Grande do Sul, destacando no traçado a região empregada no processo de imigração e colonização italiana, cujos núcleos coloniais iniciais já haviam passado pelo processo de emancipação, originando municípios como Caxias do Sul, Bento Gonçalves Garibaldi, Antônio Prado e Alfredo Chaves – hoje Veranópolis – e Nova Trento – hoje Flores da Cunha.

A planta apresenta ainda o território do vale dos rios onde foi empreendida a precedente colonização alemã, cuja grande maioria dos núcleos coloniais já havia passado pelo processo de emancipação dando origem a municípios de destaque, como São Leopoldo, Novo Hamburgo, Monte Negro, São Sebastião do Caí, Nova Petrópolis, Teutônia, Estrela e Encantado.

Acima, destacada entre parênteses, entre os Rios Carreiro e Guaporé ilustra-se a área abrangida pela Colônia de Guaporé, cujo traçado compreende cerca de 120.000 hectares de terra.

A demarcação da colônia seguia as medidas gerais da légua, do travessão e do lote rural. A légua ilustrava-se como um quadrilátero em torno de 5.500 metros lado, cortado entre 6 a 13 km no sentido longitudinal por deficientes caminhos chamados de linhas, travessões ou picadas. Os lotes coloniais eram demarcados a direita e a esquerda destas linhas, sendo demarcadas por postes de madeira formando uma área retangular, com cerca de 200 a 250 metros de frente para a linha e cerca de 1.000 a 2.200 metros de fundo. Como os lotes eram traçados, numerados e vendidos nos mapas, estes desrespeitavam os acidentes geográficos menores, acarretando problemas como acesso a cursos de água e relevo acidentado do solo. A administração colonial local ficava a cargo da Diretoria da Colônia, que estava subordinada a Inspetoria Especial de Terras e Colonização sediada em Porto Alegre, órgão criado nas províncias para organizar e

⁷⁴ PELLANDA, Ernesto. *Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950, p.34.

dirigir a imigração e a colonização, que por sua vez encontrava-se subordinada a Inspetoria Geral de Terras e Colonização e ao Ministério da Agricultura.⁷⁵

Para ocupar esses lotes coloniais, em 24 de maio de 1870 são criadas oficialmente as duas primeiras colônias, chamadas de Dona Isabel e Conde D'Eu em homenagem ao futuro casal de Imperadores do Brasil.⁷⁶ Entretanto, essas colônias depararam-se com dificuldades em serem povoadas, ao apresentar, em meados de 1871, apenas 37 lotes ocupados na colônia Dona Isabel e nenhum lote havia sido ocupado na colônia Conde D'Eu⁷⁷.

Devido a esse contexto, o governo da Província, então encabeçada pela figura de Francisco Xavier Pinto, através da lei de número 749, contrata as companhias Caetano Pinto & Irmãos e Holtzweissig & Companhia, além de um contrato menor com a companhia Hamburguesa-Brasileira, para a introdução de imigrantes nessas duas colônias. O contrato com as duas primeiras companhias previa a introdução de 40 mil colonos - mais mil colonos com a terceira companhia - em levadas de no mínimo 2 mil colonos por ano pelo prazo de dez anos, ao preço de 60\$000 por adultos e 25\$000⁷⁸ para menos de dez anos, tendo o custo de hospedagem e transporte para a colônia destinada a cargo do governo. Contudo, entre 1872 e 1875, apenas 3.784 colonos (Em 1872, 1.354; em 1873, 1.607; em 1874, 508; em 1875, 315⁷⁹) chegaram ao território gaúcho, o que levou a Província a romper o contrato, legando ao Império, em 27 de outubro de 1875, a iniciativa, organização e direção do projeto de colonização italiana no Rio Grande do Sul.

Com o fracasso das empresas privadas no processo de imigração e colonização, principalmente pela concorrência dos agentes do Império através das companhias Mackai Son & Co. e Guilherme Hasfield, de Londres, essa volta para as mãos provinciais - conforme aviso nº 56 de 27 outubro de 1875, legando um débito que atingia 1/6 do orçamento provincial, 288:000\$000.⁸⁰

Com a direção Imperial, a corrente migratória italiana intensifica-se, levando a Província, sob vigência da lei 749, a contratar os serviços de José Antônio Rodrigues

⁷⁵ MAESTRI, Mario. Op. cit., p.54-60.

⁷⁶ COSTA, Rovílio. *Povoadores das Colônias: Alfredo Chaves, Guaporé e Encantado*. Porto Alegre: EST Edições, 1997, p.27.

⁷⁷ Idem. *ibid.*, p.29.

⁷⁸ Idem. *ibid.*, p.36.

⁷⁹ PELLANDA, Ernesto. *Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul* Op. cit., p.37-39.

⁸⁰ Idem. *ibid.*, p.36.

Rasteiro para proceder com a recepção e destinação dos imigrantes as suas devidas colônias. Em Porto Guimarães, estes ofícios ficaram a cargo do Tenente Coronel Antônio José da Silva Guimarães, substituído posteriormente por Lourenço Alencastro Guimarães. Quando aportavam em Porto Alegre, eram temporariamente hospedados em locais estabelecidos pelo governo, sendo dirigidos por via fluvial até São João de Monte Negro ou São Sebastião do Caí, seguindo então para as colônias e seus lotes.⁸¹

Com a intensificação do fluxo de imigrantes, o Governo Geral interrompia os benefícios instituídos na Lei de 1867, mantendo unicamente os benefícios da venda parcelada do lote colonial e o trabalho remunerado, pelo período de 15 dias mensais, para a administração colonial nas tarefas de abertura e construção de estradas.

Esta mesma intensificação do fluxo migratório que alcança o sucesso na tarefa de povoamento dos núcleos de Conde D'Eu e Dona Isabel, impele o Império a criação de dois novos núcleos coloniais, Nova Palmira em 1775, seguida da colônia Silveira Martins em 1877. Estas quatro colônias formaram o núcleo base do processo de colonização italiana no Rio Grande do Sul.⁸² Entretanto, com o sucesso do processo de imigração e colonização nas mãos provinciais, nas primeiras quatro colônias e núcleo inicial do processo de colonização, as terras começavam a tornar-se escassas, não havendo então como atender as demandas de novos lotes para estabelecer os imigrantes que chegavam, forçando também os imigrantes da região a ocupar terras devolutas localizadas fora dos núcleos coloniais iniciais.⁸³

O Quadro 1 proporciona um panorama geral sobre os núcleos coloniais italianos no Rio Grande do Sul em 1918, ao apresentar dados relativos a datas de fundação, origem de fundação, área em hectares, além de município e populações até o momento. No quadro, cabe destaque inicialmente para a grande quantidade populacional e a quantidade de municípios emancipados de origem colonial, fatores que ocasionaram a disseminação da população descendente de imigrantes italiana por toda a metade norte Estado.

Com os dados população/colônia/área, podemos observar que o projeto de imigração e colonização ilustra-se como único na questão da democratização do acesso

⁸¹ Idem. *ibid.*, p.39.

⁸² BONI, Luís A de; COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul UCS, 1984.

⁸³ HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. *Op. cit.*, p.9-16.

a terra, em oposição a tradicional estrutura latifundiária, e fundamento maior do sucesso da concepção colonial, pois promove o acesso à terra, a produção agrícola, circulação de mercadorias e produção de riquezas.⁸⁴ Quanto a Colônia de Guaporé, destacamos novamente seus 120.000 hectares de terra, quarta maior colônia em extensão de terra (atrás apenas de Alfredo Chaves, Ijuí e Forquilha) e para sua população de mais de 30.000 habitantes em 1918, que proporcionou o desmembramento da colônia e futuro município de Guaporé em mais de uma dezena de municípios conforme suas linhas desenvolviam-se demográfica e economicamente.

Dados sobre as colônias italianas no Rio Grande do Sul.					
Município	Colônia	Fundação		Área (hectares)	População aproximada em 1918
		Data de fundação	Fundada por		
Veranópolis	Alfredo Chaves	1884	União	112.650	30.200
Antônio Prado	Antônio Prado	1889	União	39.325	8.700
Bento Gonçalves	D. Isabel	1875	União	76.340	22.000
Caçapava	Santa Bárbara	1907	Particular	561	300
Cachoeira	São Miguel	1899	Particular	13.957	3.700
Canguçu	Maciel (8ª Seção)	1902	Estado	1.400	400
Caxias do Sul	Caxias	1875	União	87.120	54.000
Conc. Do Arroio	Marquês do Herval Três Forquilhas	1891	União	7.200	2.700
		1825	União	-	3.000
Cruz Alta	Saldanha Marinho Visconde Rio Branco 15 de Novembro	1899	Particular	2.791	1.800
		1898	Particular	6.988	900
		1898	Particular	-	-
Garibaldi	Conde D'Eu	1874	União	51.250	15.300
Encantado	Anta Gorda	1902	Estado	24.000	4.000
Guaporé	Guaporé	1892	Estado	100.475	8.900
	Dorken & Cia	1899	Particular	10.679	7.900
	Bastian & Cia	1906	Particular	6.333	7.900
	Deodorópolis	1908	Particular	6.128	3.700
	Ed. Palassin	1911	Particular	2.234	4.200
Ijuí	Ijuí	1890	União	128.000	28.700
Lagoa Vermelha	Chimarrão	1897	Estado	15.000	2.100
	Araçá	1901	Particular	8.000	1.400
	São Ricardo	1904	Particular	200	100
	Cacique Doble	1901	Particular	500	300
	Sananduva	1902	Particular	30.000	3.100
	Forquilha	1918	Estado	250.000	5.000
Passo Fundo	Alto Jacuí	1897	Particular	32.965	9.200
Pelotas	Maciel	1885	Estado	1.856	300
Porto Alegre	Vila Nova	1894	Particular	1.000	500
São Francisco de Assis	Toroquá Ernesto Alves (parte1)	-	União	69.696	8.200
		-	União	-	3.100
São Francisco	São Marcos	1885	União	2.836	3.700

⁸⁴ MAESTRI, Mario. Op. cit., p.40.

de Paula	Fazenda Souza Vitalina	1885 1884	Particular Particular	- -	1.100 500
São Sebastião do Caí	Caí São Jose Hortêncio Nova Petrópolis Santa Ana do Rio dos Sinos Feliz	1848 1827 1858 1850 1846	Particular União União União União	85.400	37.500
São Sepé	Nova Feltre	1913	Particular	500	300
São Tiago do Boqueirão	Ernesto Alves	1890	União	59.628	8.200
São Jerônimo	Barão do Triunfo	1888	União	16.964	4.300
Santa Maria	Silveira Martins	1888	União	6.000	7.700
Santo Antônio	Vila Nova	1888	União	12.000	2.100
Soledade	Itapuca	1902	Estado	29.626	3.900
	São Paulo	1898	Particular	15.723	2.500

Quadro 1 – Dados sobre as colônias italianas no Rio Grande do Sul. Destaque para a área ocupada e para o desenvolvimento populacional alcançado em 1918.

Fonte: BERTASO, Henrique D'Avila; LIMA, Mário de Almeida (Org.). *Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950.

Para concluir este capítulo, é essencial traçar rapidamente o perfil do imigrante destinado aos núcleos coloniais do Rio Grande do Sul, assim como o contexto em que ele foi inserido, pois os dados mostram-se como fatores determinantes no desenvolvimento social e econômico colonial.

Devido à situação de crise agrícola e agrária italiana – concentração da propriedade das terras, os elevados tributos, a concorrência no mercado nacional dos produtos agrícolas estrangeiros - os camponeses, meeiros e pequenos proprietários encontravam-se em conjuntura de miséria sem probabilidades de transformações nesse contexto. A ação e postura das elites dirigentes – igreja, indústrias, grandes proprietários agrícolas e dirigentes estatais - e do estado italiano - incentivaram a emigração destes trabalhadores agrícolas, pois viam no processo um atenuante para os possíveis problemas sociais causados pelo descontentamento desses indivíduos.

O imigrante que se deslocara para os núcleos coloniais do Rio Grande do Sul eram oriundos principalmente do âmbito rural italiano e enxergavam na emigração a saída de sua situação de miséria e, mais do que isso, a possibilidade de alcançar a propriedade da terra, pois, ao contrário da terra natal, com estímulos promovidos pelo Estado brasileiro, esses poderiam mais facilmente tornarem-se proprietários, melhorando então suas condições econômicas e sociais.

Quanto ao contexto em que o imigrante italiano foi inserido no Rio Grande do Sul, deve-se, fundamentalmente, diferenciá-lo do contexto da região centro-oeste do Brasil.

O processo de imigração de europeus para a região centro-oeste do Brasil mostra-se como consequência da necessidade de mão de obra para a lavoura cafeeira paulista que se encontrava em ascensão no último quartel do século XIX, juntamente com o processo de abolição da escravidão e a oposição dos latifundiários para com a contratação do braço dos ex-escravos devido aos fatores anteriormente avaliados.

Por fim, no Rio Grande do Sul, o processo de imigração dirigiu-se para o desenvolvimento de ocupação de terras por meio do desenvolvimento de núcleos coloniais em extensões de terras desocupadas por populações economicamente ativas, respeitando os interesses das elites imperiais, pois os imigrantes se estabeleceram em uma região que se mostrava inviável ao desenvolvimento de latifúndios produtores de gêneros agrícolas de exportação, assim como, respeitando também, os interesses das elites criadoras e saladeiras gaúchas, pois os imigrantes estabeleceram-se na região nordeste do Rio Grande do Sul, região esta que não despertava o interesse das elites devido as suas características geográficas que inviabilizavam o desenvolvimento de atividades pastoris.

Os motivos da prática de imigração e colonização no Rio Grande do Sul satisfaziam questões ligadas à dinâmica econômica gaúcha: as terras da região nordeste apresentavam-se como sendo de qualidade fértil que, junto com o clima temperado e com a fundação de um regime agrário de pequenas propriedades, promoviam o desenvolvimento de lavouras de gêneros agrícolas e pomares para a alimentação da população gaúcha.

Além de formar um espaço de produção agrícola de gêneros alimentícios diversificados, o processo de imigração e colonização objetivava, por meio da mão de obra familiar do imigrante, a formação de um mercado consumidor. A mão de obra livre, dotada de pequenas propriedades e com excedentes comerciais, de origem imigrante já inserida na dinâmica capitalista, estimulava o consumo, a produção artesanal, o comércio, a circulação de mercadorias, o desenvolvimento da atividade industrial e a diversificação econômica, entre outros objetivos de caráter pontual de cada núcleo colonial.

II – FUNDAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA COLÔNIA DE GUAPORÉ

Este capítulo busca analisar o período que compreende entre a fundação oficial da Colônia de Guaporé em 1892, ao passar pela emancipação municipal em 1904 e pelo desenvolvimento agroindustrial iniciado na década de 1920 até os anos de 1950, período de início do processo de decadência das agroindústrias. O destaque desse momento encontra-se nos objetivos do desenvolvimento da colônia, processos de demarcação das terras, ocupação dos lotes demarcados e características do início da produção agrícola, bem como o processo de emancipação e formação do município de Guaporé, as divisões territoriais, o desenvolvimento da produção agrícola, e o incremento comercial, as rotas de escoamento da produção e o desenvolvimento agroindustrial.

À vista disso e a partir das considerações circunstanciadas, visando facilitar o entendimento, dividimos esse processo em quatro períodos distintos, todavia, fundamentalmente ligados à linha do desenvolvimento econômico.

Na periodização apresentada a seguir, utilizaremos como principal fator de recorte as diversas características econômicas apresentadas no desenvolvimento da Colônia de Guaporé e pelo posterior município, ao considerar o processo de ocupação das terras, as características e estágios de desenvolvimento das forças produtivas, a geração de excedentes e relação com o mercado e o desenvolvimento agroindustrial. Entretanto, serão considerados também fatores e acontecimentos de ordem política e social, que trabalharam, principalmente, como baliza para processos econômicos, cujo início, crise e mudança não podem ser datadas com precisão.

Período de ocupação do território pré-colonização⁸⁵: de meados de 1885 até 1892. Este período tem como característica principal o processo de reconhecimento das terras entre os rios Carreiro e Guaporé, pela demarcação das terras que já se

⁸⁵Quando nos utilizamos o conceito de *Colônia e Núcleo Colonial* estaremos nos referindo a Colônia de Guaporé, enquanto o conceito de *lote colonial* designará os pequenos lotes de terra, normalmente em torno de 25ha na região italiana, onde foram assentados os produtores rurais imigrantes italianos com os objetivos específicos apresentados no Capítulo I. Não obstante, os períodos colônias apresentados a seguir ilustram-se apenas com o fim didático de facilitar a compreensão das principais características de cada recorte temporal, não detendo nenhuma ligação com o Período Colonial Brasileiro (1500 – 1822) e as características peculiares apresentadas por este.

encontravam ocupadas anteriormente ao processo de colonização e, principalmente, pela demarcação dos lotes da futura Colônia de Guaporé. A economia, nos esparsos núcleos de povoação – localizados principalmente na região norte da colônia, lindeiras ao Rio Carreiro no território da futura cidade de Serafina Correa, e na região sul, nas propriedades das famílias Baptista, Fialho e Vargas – caracterizava-se basicamente pela produção de subsistência dessas populações acabocladadas.

Período de ocupação colonial e economia subsistência: de 1892 até 1904.

Delimitado pela fundação oficial da Colônia de Guaporé até sua emancipação, apresenta como característica principal o processo de ocupação dos lotes coloniais demarcados no período anterior através da penetração dos fluxos migratórios pelas linhas demarcadas por todo território da colônia. Na questão econômica, o caráter principal encontra-se no desenvolvimento da produção de subsistência, pois, mesmo com a ocupação dos lotes coloniais e o início da produção, a predita mantém seu foco na sustentação da família colonial.

Período de expansão agrícola e desenvolvimento comercial: de 1904 até 1918. Balizado pela emancipação da colônia e formação do município de Guaporé até a fundação da primeira agroindústria guaporense, o processo de ocupação dos lotes coloniais prossegue, entretanto, o referido período destaca-se pelo desenvolvimento e o incremento da produção agrícola nas pequenas propriedades, dando início ao comércio de gêneros agrícolas excedentes e desenvolvimento da suinocultura.

Período de desenvolvimento agroindustrial: de 1918 até 1950. Delimitado pela fundação da primeira agroindústria de banha guaporense até o período de início da decadência econômica agroindustrial, caracteriza-se pela manutenção da base agrícola desenvolvida e ampliada no período anterior, entretanto, apresentando um desenvolvimento agroindustrial com base no beneficiamento dos gêneros agrícolas produzidos nas pequenas propriedades coloniais.

Os mencionados recortes e periodização apresentam apenas o objetivo de facilitar a compreensão das principais características do desenvolvimento econômico municipal, ao destacar que essa mudança não ocorre de maneira instantânea entre um período e outro, mas são frutos de um processo que transpassa as balizas e recortes indicados com o intuito de facilitar a compreensão do processo de desenvolvimento econômico.

2.1 – Período precedente a fundação da colônia 1885 – 1892: demarcação da Colônia Guaporé

Anterior

O capítulo anterior dedicou-se, principalmente, a análise da primeira fase do processo de imigração e colonização italiana no Rio Grande do Sul, que compreende os anos de 1870 até 1884, e caracteriza-se pelo início do processo com a fundação dos núcleos colônias principais de Conde D’Eu, Dona Isabel, Nova Palmira e Silveira Martins.

A segunda abrange os anos de 1884 até 1894, e caracteriza-se pela expansão do processo de colonização, dando origem a fundação de novos núcleos colônias, com destaque para as colônias de Alfredo Chaves e Antônio Prado.

A terceira fase delinea-se entre os anos de 1892 até meados de 1900, caracterizando-se principalmente pelo processo de migração interna, com o deslocamento de imigrantes e seus descendentes para novas colônias devido ao esgotamento das terras e ao aumento e formação de novos núcleos familiares, cuja disponibilidade de trabalho na pequena propriedade não era capaz de absorver, sendo nesta fase a fundação da Colônia Guaporé.⁸⁶

O processo que levou a fundação da colônia de Guaporé está ligado aos mesmos objetivos produtivos, sociais e econômicos que levaram a fundação dos núcleos colônias iniciais, objetivos esses que já foram analisados no capítulo anterior. Entretanto, cabe destaque para alguns fatores capitais ligados à fundação deste núcleo colonial: o primeiro fator que influenciou na criação da colônia de Guaporé deve-se a péssima ligação entre Passo Fundo, Soledade e os portos do Rio Taquarí que ligavam a capital Porto Alegre. Com a ocupação e colonização dessa região, o Governo almejava a abertura e conservação da estrada de ligação entre as regiões utilizando o braço imigrante em troca do abatimento de porções da dívida feita no momento de adquirir os lotes colônias, conforme podemos visualizar na Figura 2.

⁸⁶ FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: Editora da UCS; Porto Alegre: Editora Movimento, 1975.



Figura 2 – Trabalho do imigrante na abertura de estradas. A foto apresenta imigrantes da colônia de Guaporé trabalhando na abertura da estrada Dr.Borges de Medeiros no início da década de 1900.

Fonte: Museu do município de Guaporé.

O segundo fator importante no aumento do fluxo de entrada de imigrantes na Província que, junto com o aumento demográfico dos núcleos coloniais iniciais, ocasionou um deslocamento populacional em busca de novas terras em regiões limdeiras as colônias iniciais, gerando assim uma ocupação dessas terras e que, caso não estivessem demarcadas e organizadas para a venda, poderiam incitar, inclusive, invasão e conflitos de terra. Então, temos a medição e demarcação das terras da região da colônia de Guaporé pela Comissão de Terras, a fim de atender a necessidade do deslocamento populacional e evitar possíveis conflitos sociais.

Além disso, a fundação da Colônia de Guaporé serviu ao propósito do desenvolvimento de serviços de infraestrutura, como pousadas, estabelecimentos para alimentação e conserto dos meios de transporte, entre as cidades de Passo Fundo e Soledade até os portos do Rio Taquarí, ao facilitar a circulação de pessoas e gêneros comerciais entre as duas regiões do Rio Grande do Sul. Esses fatores podem ser observados na Figura 3 que apresenta um pequeno estabelecimento comercial localizado às margens da futura estrada Borges de Medeiros e na Figura 4 que proporciona uma imagem do Hotel Internacional, localizado na sede da Colônia de Guaporé.



Figura 3 – Hotel Internacional no município de Guaporé no início da década de 1910.
Fonte: Museu do Município de Guaporé



Figura 4 - Estabelecimento na estrada para o distrito de Muçum no início da década de 1910
Fonte: Museu do Município de Guaporé

Quanto aos fatos, o Governo Provincial, então dirigido por José Júlio D'Albuquerque Barros, compreendendo a necessidade de ampliar as áreas de colonização, devido ao fluxo de novos imigrantes ao desenvolvimento demográfico dos núcleos coloniais iniciais, em consonância com o imperativo de povoar a grande área ao

sul de Passo Fundo e Soledade, com o intuito de aprimorar as comunicações terrestres entre a região e a capital Porto Alegre, instituiu uma comissão técnica com o objetivo de realizar um amplo levantamento da extensa área territorial entre os Rios Carreiro e Guaporé e lindeiras a Alfredo Chaves, Bento Gonçalves e Passo Fundo.

Logo, em 14 de janeiro de 1885, o Presidente da Província nomeou uma comissão técnica designada para a medição e demarcação de lotes colônias nessa região, para subsequente venda, visando o povoamento, aproveitamento do solo, abertura de estradas e desenvolvimento de serviços de infraestrutura (abertura e reparo de estradas, pousadas, estabelecimentos para alimentação e conserto dos meios de transporte). Para essa tarefa, foi então designado o engenheiro Nicolau França Leite Pederneiras, cujas habilidades e competências já haviam sido experimentadas nas medições e demarcações de lotes coloniais em ulteriores núcleos.⁸⁷

No período de 1885 até 1888, o engenheiro Nicolau França, juntamente com seus auxiliares, percorreu o interior do território da futura colônia de Guaporé, a fim de demarcar em torno de 10.000 lotes coloniais. Já praticamente findo seu trabalho, é chamado à capital Porto Alegre, por ordem do Ministro da Agricultura, para tomar a função de Delegado da Repartição de Terras e Colonização, no espaço deixado pelo Dr. André de Braz Chalreo.⁸⁸

Os lotes encontravam-se demarcados, entretanto, deveria seguir o trabalho de receber e dirigir os colonos à suas terras, trabalho a quem foi encarregado o engenheiro José Montauri de Aguiar Leitão. Em 1889, após José Montauri e seus auxiliares percorrerem a área entre os Rios Carreiro, Guaporé e Taquari, escolheram por centro da colônia e sede um local denominado Varzinha, devido a seu relevo semelhante a uma várzea. Em 19 de dezembro de 1892 Guaporé foi elevada a categoria de Colônia oficial.

Quanto à questão econômica, neste período de pré-colonização, visualizamos alguns focos de ocupação iniciais, oriundos de duas rotas principais, sendo a primeira através da trilha de tropeiros que cruzou o território da futura Colônia Guaporé, que vinha da região de Campo do Meio e seguia até o Vale do Taquari, buscando os portos de Lajeado e Estrela. Essa rota fixou parca e espalhada população na região lindeira a trilha, principalmente nas regiões das futuras linhas de 15 de Novembro, Moreira César e Marechal Floriano. A segunda rota procedia da região de Lagoa Vermelha, através de

⁸⁷ THOMÉ, Lauro Nelson Fornari. Op. cit., p.38.

⁸⁸ Idem. *ibid.* p.39.

Nova Prata e Nova Bassano, que, ao cruzar o Rio Carreiro, estabelecia populações nas terras lindeiras a ele. A predita rota fixou populações principalmente na região da futura cidade de Serafina Corrêa.

Além das duas rotas principais, uma região de terra tão grande quanto a da futura Colônia de Guaporé apresentou outros pequenos focos de ocupação anterior ao processo de colonização, entretanto, o que nos interessa através do prisma econômico encontra-se no fato destas populações pré-coloniais praticarem atividades econômicas de subsistência, dedicando-se a extração vegetal e principalmente, animal dos numerosos rios e riachos da região, ao desenvolver também, alguma atividade agrícola, no entanto, incipiente no ponto de vista comercial.⁸⁹

2.2 – Período de ocupação colonial 1892 - 1904: a ocupação das terras e o início das atividades agrícolas

Em 1894, José Montauri rumou a capital, a fim de ocupar o posto de delegado da Repartição de Terras e Colonização, repartição essa que, com suas referentes responsabilidades, passou da União para o Estado. Sucedeu José Montauri na administração da colônia o engenheiro Barreto Leite, e seguiu-se após, o engenheiro Vespasiano Corrêa, sendo esse, o antigo auxiliar de José Montauri.⁹⁰

Ainda no período de colonização, a colônia de Guaporé apresentava uma produção agrícola relevante, sendo então designada como 3º distrito de Lajeado pelo ato municipal de 31 de março de 1898, abrangendo o território que compreendia toda a porção sul da colônia delimitada pelos Rios Carreiro e Guaporé.

Por sua vez, a porção norte do território colonial, que compreendia São Luis de Guaporé, atual Casca, fora designado como 6º distrito de Passo Fundo pelo ato municipal nº 14 de 3 de dezembro de 1900, eis que até o presente momento encontrava-se como integrante do 2º distrito, Campo do Meio, desse mesmo município.⁹¹

⁸⁹ ROSSETTO, Valter. Op. cit., p.54-57.

⁹⁰ GIRELLI, Giovanni. *A transformação de Guaporé: evolução urbana e memórias*. Guaporé: Editora do autor, 2003, p.10.

⁹¹ Idem. *ibid.*, p.10-11.

A divisão oficial da Colônia de Guaporé beneficiou-se de um sistema cartográfico onde se encontravam demarcados os rios e córregos de maior relevância. Com base neste mapa, os agrimensores delineavam linhas ou travessões que cortavam o território da colônia no sentido leste-oeste, do Rio Guaporé ao Rio Carreiro, a referida linha funcionava como a estrada base de ligação entre os lotes coloniais, que eram traçadas nas linhas no sentido norte-sul, com cerca de 275 a 250 metros de frente para a estrada e 1.100 metros de fundo. Com esses parâmetros nasceu o traçado base da colônia de Guaporé, com linhas numeradas, que abrigavam comunidades distintas, erguendo capelas próprias que identificam-se com seus santos devotos. A parte norte da colônia foi traçada e demarcada por 22 linhas padronizadas e uniformes, contudo, a parte sul não obedeceu ao traçado uniforme utilizado na parte norte devido à existência de propriedades estabelecidas anteriormente ao processo de colonização, com inúmeras linhas irregulares de traçado no sentido norte-sul e lotes coloniais no sentido leste-oeste.⁹²

Foram demarcados em torno de 10.000 lotes coloniais, com dimensões variáveis entre 25 e 30 hectares, sendo os primeiros colonos estabelecidos oriundos, principalmente, dos núcleos coloniais iniciais, de modo que, no ano de 1896, apenas 4 anos após a sua criação oficial, a colônia já computava quase 7.000 colonos,⁹³ sendo a sua maioria de italianos, porém, em segundo plano, poloneses, suíços e austríacos.⁹⁴

A Figura 5 apresenta a planta da Colônia de Guaporé ao delinear o traçado convencional de linhas ou travessões que cortavam o território da colônia no sentido leste-oeste, onde eram traçados, no sentido norte-sul, a frente dos lotes. Entretanto, na região sul, podemos observar o traçado das grandes propriedades pertencentes às famílias Fialho, Vargas e Baptista que por serem anteriores ao processo de colonização obrigaram o planejamento de linhas irregulares na região.

⁹² GIRELLI, Giovanni. Op. cit., p.14.

⁹³ COSTA, Rovílio. *Povoadores das Colônias*: Alfredo Chaves, Guaporé e Encantado. Porto Alegre: EST Edições, 1997, p.103.

⁹⁴ THOMÉ, Lauro Nelson Fornari. Op. cit., p.41.

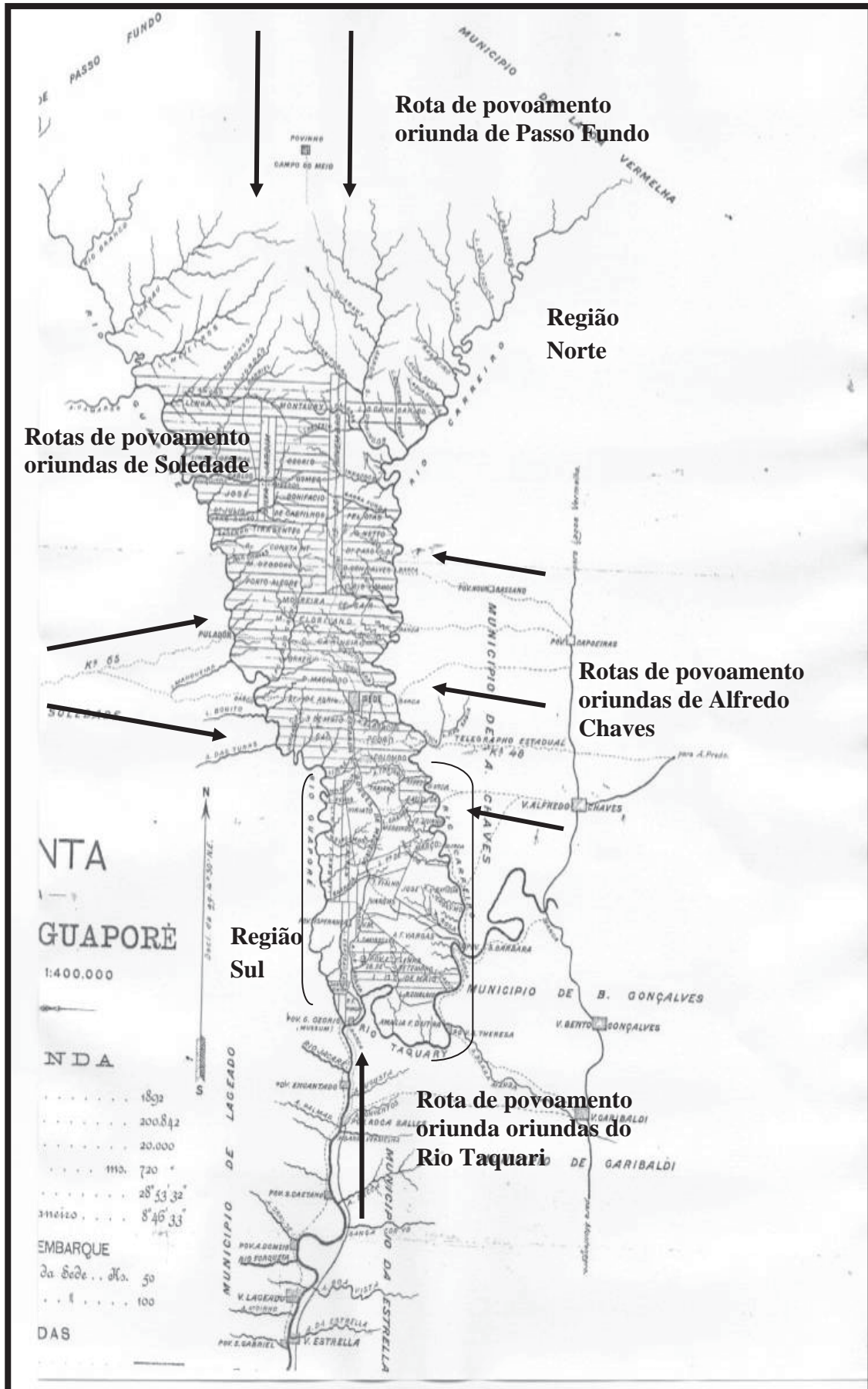


Figura 5 – Rotas de povoamento da colônia de Guaporé.
 Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé

Conforme podemos observar na Figura 5, quanto à questão do processo de ocupação dos lotes demarcados, destacamos três principais rotas de acesso de imigrantes e, conseqüentemente, três núcleos principais que promoveram a ocupação do território da colônia de Guaporé: o primeiro e mais relevante, sendo esse o caminho oficial ordenado pela Comissão de Terras e Colonização, mostravam-se primeiro, como ponto de partida a colônia de Alfredo Chaves, subindo então por entre a serra do Rio Carreiro, chegando a Varzinha, sede oficial da colônia, localizada na parte central do território. Pela rota de acesso mencionada acima, ocorreu a entrada dos primeiros colonos que, além de ocuparem os lotes da sede, promoveram a ocupação, principalmente, das linhas 21 de Abril, 3 de Maio, São Pedro, Colombo ao sul, e as linhas Pinheiro Machado, Brasil, General Carneiro, Marechal Floriano e Moreira César, Marechal Deodoro, Bento Gonçalves e Dr. Parobé ao norte.⁹⁵

A região ao norte da colônia de Guaporé, além do povoamento oriundo do caminho anteriormente delineado, recebeu grande fluxo de penetração de migrantes oriundos de Passo Fundo, através de Campo do Meio, ao promover a ocupação das terras com material humano não apenas de origem italiana, mas com populações nacionais oriundas das regiões de Passo Fundo e Lagoa Vermelha.⁹⁶ Esse fluxo mostrou-se importante para a ocupação das terras das linhas de Dr. Montauray, General Osório Norte (não confundir com o povoado de General Osório ao sul, que tornar-se-á Muçum), Carlos Gomes José Bonifácio, Silva Jardim e 15 de Novembro.⁹⁷

A região ao sul da colônia de Guaporé detém como principal rota de povoamento o Rio Taquari, que através da ligação com a capital Porto Alegre, pelo Rio Jacuí, desembarcou imigrantes e promoveu a ocupação das terras da região dos povoados de Bom Retiro, São Gabriel, Estrela, Lajeado, Arroio do Meio, São Caetano, Roca Salles, Encantado⁹⁸ e, penetrando na colônia Guaporé, das linhas 13 de Maio, 28 de Setembro, Zambecari, Esperança, F. Abott, Ernesto Alves, Linha Brava, 1º de Março, Emilia e 17 de Junho.⁹⁹

Cabe ainda destacar alguns caminhos secundários que, embora com um fluxo consideravelmente menor de imigrantes, colaboraram para o rápido processo de

⁹⁵ Idem. *ibid.*, p.24.

⁹⁶ ROSSETTO, Valter. *Op. cit.*, p.54-55.

⁹⁷ THOMÉ, Lauro Nelson Fornari. *Op. cit.*, p.25.

⁹⁸ Idem. *ibid.*, p.189.

⁹⁹ Idem. *ibid.*, p.25-26.

ocupação do território da colônia Guaporé. A oeste, temos o caminho vicinal que ligava Soledade à colônia de Guaporé, dividindo-se em dois, chegando a sede da colônia através da linha 21 de Abril, e a linha General Carneiro através do Pulador.¹⁰⁰

A oeste, da estrada que ligava Monte Negro a Garibaldi, Bento Gonçalves, Alfredo Chaves e seguia para Lagoa Vermelha, delineavam-se mais dois caminhos a altura do então povoado de Capoeiras. Passavam por Nova Bassano com destino as linhas Bento Gonçalves e Marechal Floriano, e outro que na altura de Alfredo Chaves, ligava esse a Linha Emilia, ligando-se posteriormente a estrada Borges de Medeiros. Além dos caminhos mencionados anteriormente, um terceiro caminho desmembrava-se desses, e, costeando o Rio Carreiro, chegava ao povoado de Santa Bárbara e as terras da família Fialho Vargas.¹⁰¹

Quanto à questão econômica, esse período caracterizou-se pela predominância da produção de subsistência, contudo, agora na esfera produtiva do lote colonial, dedicada às atividades de ocupação dos lotes, pela construção das benfeitorias necessárias à vida e à produção e pelo início da organização da estrutura produtiva que, mesmo no caso dos colonos que realizaram a ocupação da Colônia Guaporé, – que eram como oriundos dos núcleos originais de colonização – podendo, em grande parte, contar com algum auxílio material ou capital de suas famílias lá instaladas. Isso demonstrava-se como uma difícil empreitada.

O início das atividades no lote colonial estava ligado à instalação da família, logo, em posse de um machado, um facão e um picão. A ocupação era auxiliada pelos filhos homens adultos, se assim as famílias o tivessem. Iniciava-se a abertura e a limpeza de uma clareira, geralmente na frente do lote próximo a linha, onde era construído o barracão, moradia rústica, que serviria para abrigar o colono e sua família nos primeiros dias em seu lote, seguindo então do início do plantio das primeiras culturas de subsistência.

A segunda moradia, normalmente, mostrava-se mais desenvolvida que o rústico barracão que abrigara as famílias nos primeiros dias no lote. Apresentava um caráter semi-permanente, caracterizando-se como uma casa de aproximadamente quatro por seis metros, edificada de tábuas oriundas da madeira das árvores encontradas na propriedade, cuja cobertura era construída por pequenas tabuinhas retangulares do

¹⁰⁰ Idem. *ibid.*, p.27.

¹⁰¹ Idem. *ibid.*, p.28.

mesmo material. Posteriormente, com a edificação da casa permanente, geralmente composta por dois andares, sendo o primeiro edificado em pedra, o porão, utilizado principalmente na armazenagem de alimentos, e o segundo edificado em madeira, utilizado como moradia para a família, essa casa semi-permanente era utilizada como paiol, depósito de milho, feno, feijão, batatas e outros gêneros agrícolas.¹⁰²

A derrubada da mata virgem ilustrava-se também como uma das atividades iniciais quando da ocupação do lote, na abertura de clareiras não apenas para a edificação da moradia da família, como também na abertura de áreas destinadas as benfeitorias e as roças. A madeira das matas era amplamente utilizada, tanto na edificação das benfeitorias ou sendo comercializada, rendendo os primeiros capitais ao colono.¹⁰³

Além da edificação da moradia da família, os primeiros anos no lote colonial estavam dedicados à construção das benfeitorias e do desenvolvimento das primeiras culturas de gêneros agrícolas necessárias à sobrevivência familiar. As mencionadas benfeitorias delineavam-se, principalmente, como, o chiqueiro, o paiol, o galinheiro e a horta, assim como as roças principais de milho, trigo e uva. O parreiral, uma das primeiras culturas estabelecidas, localizava-se nas encostas do lote colonial, normalmente próximo a moradia da família. Para a roça de milho era destinada em torno de cinco hectares de terra, sendo alternada por culturas de inverno, como o trigo e a cevada. Os anos iniciais, igualmente, eram dedicados à aquisição de instrumentos e materiais agrícolas necessários para produção, como enxadas, um pequeno arado, uma junta de bois, uma carroça e uma mula ou cavalo, vacas leiteiras, galinhas, sementes e suínos para a criação.

Quanto à dinâmica econômica do lote colonial, constituía-se como um empreendimento praticamente autônomo, com um diligente funcionamento e produção própria, estritamente organizada. A dinâmica produtiva do lote foi dividida em duas esferas, a esfera da produção de subsistência e a esfera da produção comercial, produções essas que se encontravam diretamente ligadas a uma divisão sexual e etária das funções e trabalhos.

A esfera da produção de subsistência estava ligada às atividades produtivas voltadas para a manutenção da vida familiar no lote colonial e ligada, principal, mas não

¹⁰² MAESTRI, Mario. Op. cit., p.63-67.

¹⁰³ CORTEZA, Dilse Piccin. Op. cit., p.98-100.

unicamente, ao trabalho da mulher e dos filhos pequenos.¹⁰⁴ A mulher dedicava-se, principalmente, às tarefas domésticas, à criação dos filhos, e à produção nas pequenas hortas e cuidado de animais de pequeno porte. As hortas proporcionavam culturas de arroz, batata, cevada, centeio e feijão. Na criação, dedicavam-se a granjear galinhas, gansos, cabritos e animais de pequeno porte, ambas as atividades eram utilizadas na alimentação do núcleo familiar. Quando a mulher não estava dedicada a essas duas atividades, dedicava-se às atividades de manufatura, como a costura, o bordado e o trançar e confeccionar artefatos de palha, destinados à família e a pequena comercialização, cujo lucro estava disposto a compra de vestimentas para os filhos e para o dote das filhas. Quando havia a ausência do homem, a mulher assumia todas as atividades produtivas, entretanto, mesmo nessas ocasiões era difícil encontrar a mulher negociando as colheitas dedicadas ao comércio. As crianças iniciavam suas tarefas entre os seis ou sete anos, ao destinar seu tempo nas atividades menos exigentes, como o cuidado dos irmãos mais novos e a cata de ovos, alimentação dos pequenos animais e cuidados com a horta.

A esfera da produção comercial estava adjunta às atividades voltadas para produção de excedentes agrícolas comerciais, cuja renda era utilizada no pagamento do lote colonial adquirido e na compra de matérias que não poderiam ser produzidas no lote. Essas funções eram exercidas, principalmente, pelo homem e filhos adultos, não obstante, as mulheres e filhas também participavam das atividades em épocas como o plantio e colheita, cujo trabalho mostrava-se mais intenso ou quando os homens encontravam-se dedicados a trabalhos fora do lote colonial, como a abertura de estradas para o pagamento da dívida colonial.

Os homens dedicavam-se, fundamentalmente, às tarefas ligadas à produção dos gêneros agrícolas destinados ao consumo e, principalmente, ao comércio: as roças de milho, de trigo, de uva e aos animais de grande porte, principalmente os suínos. Essas atividades caracterizavam-se como sendo mais prestigiosas, pois estavam anexas à produção de gêneros destinados ao comércio, ou seja, a obtenção de capitais utilizados no pagamento da dívida contraída na compra do lote colonial, ao pagamento dos impostos e na compra de manufaturas para a família ou para a produção. Cabia também ao homem o trabalho fora do lote colonial, principalmente na abertura e manutenção das estradas, normalmente pelo período de quinze dias, cujo pagamento era descontado da

¹⁰⁴ MAESTRI, Mario. Op. cit., p.69–73.

dívida do lote colonial. Os filhos adultos, com quatorze e quinze anos, ou até mais velhos, trabalhavam como adultos, ocupando-se com as mesmas atividades do pai, contudo, cabia apenas a esse a tarefa de negociar a produção com a casa de comércio da linha ou da sede colonial.¹⁰⁵ O fenômeno da disposição dos filhos como fonte de mão de obra para o trabalho no lote colonial produziu um efeito de elevação na taxa de natalidade colonial, pois mais filhos significavam mais braços trabalhando de baixo custo, formando costumeiramente famílias com mais de uma dezena de filhos.¹⁰⁶

2.3 – Período de expansão agrícola 1904 - 1918: a emancipação política e o incremento das atividades comerciais

Haja vista da emancipação, para a formação do novo município de Guaporé foram desmembradas terras dos então municípios de Lajeado e Passo Fundo. Conforme exposto, pelos decretos nº 663 e nº 664,¹⁰⁷ foi designado e conferido autonomia ao novo município de Guaporé, cujas fronteiras, todas naturais, foram definidas com Alfredo Chaves pelo Rio Carreiro, com Estrela, Garibaldi e Bento Gonçalves pelo Rio Taquari, com Soledade e Lajeado pelo Rio Guaporé e com Passo Fundo pelo arroio Marau. Entretanto, Guaporé foi elevada a cidade apenas em 31 de março de 1938, pelo ato nº 7.119 que elevou toda sede de município a condição de cidade e sedes de distritos a condição de vila.¹⁰⁸ Quanto à questão da divisão do território municipal, anteriormente designado, o ato municipal nº 1 de 1 de janeiro de 1904 instituía como 1º distrito a Sede e Intendência de Guaporé e como 2º distrito São Luis de Guaporé.¹⁰⁹ Já em 20 de janeiro de 1905 foi criado o 3º distrito de General Osório, seguindo da criação do 4º distrito de Dr. Vespasiano Corrêa em 5 de agosto de 1907 e do 5º distrito de Dona Fifina Corrêa em 3 de maio de 1911. Após a criação do 5º distrito, nova divisão administrativa foi realizada em 16 de setembro de 1919 com a criação do 6º distrito de São Domingos e em 24 de novembro de 1922 com a criação do 7º distrito de Dois Lajeados. Em 4 de

¹⁰⁵ PETRONE, Maria Thereza. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

¹⁰⁶ VANNINI, Ismael Antônio. *O sexo, o vinho e o diabo: demografia e sexualidade na colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: EDIUPF, 2004.

¹⁰⁷ MAIA FILHO, Vicente. *Domingo em Guaporé*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1985.

¹⁰⁸ THOMÉ, Lauro Nelson Fornari. *A colônia de Guaporé: passado e presente*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1967, p.53-56.

¹⁰⁹ Idem. *ibid.*, p.115-117.

janeiro de 1923 foi criado o 8º distrito de Borges de Medeiros, e por fim, em 1 de fevereiro de 1924 foi criado o 9º distrito de Júlio de Castilhos. Os quatro últimos distritos foram criados em 21 de janeiro de 1936, sendo respectivamente o 10º e 11º distritos de Mauá e Dr. Montauri, e, em 29 de outubro de 1956 com a criação dos distritos de Pulador e São Valentim.¹¹⁰



Figura 6 – Divisões distritais do município de Guaporé.
Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé

¹¹⁰ Idem. *ibid.*, p.119.

A sequência de divisões administrativas com a criação de múltiplos distritos esboça dois fatores significantes sobre o desenvolvimento municipal: na questão econômica temos o desenvolvimento da produção agrícola e comercial, alcançada pelas antigas linhas traçadas e herdadas do período colonial, levadas a criação dos distritos para facilitar a administração, principalmente no tocante à questão tributária. Na questão política, a criação dos distritos esboça o aumento da força e da participação política da população em franco desenvolvimento econômico das antigas linhas coloniais.

A consequência desse desenvolvimento ilustra-se com o início do esfacelamento territorial do município de Guaporé, no entanto, cabe analisar brevemente este processo de desmembramento territorial e emancipações políticas.

Na questão econômica, enquanto o segundo período analisado anteriormente apresenta como principal característica o estabelecimento nos lotes, do início da organização da produção e pela economia de subsistência, o período entre 1904 até 1918 caracteriza-se fundamentalmente pelo incremento da produção agrícola, pela geração de excedente e pelo incremento do comércio colonial, abandonando o caráter de subsistência e ingressando na esfera comercial, entretanto, esse desenvolvimento está íntima e fundamentalmente ligado a fatores expostos anteriormente.

A mencionada ligação caracteriza-se pela forma com que foi implantado o regime de colonização, sendo que os primeiros anos do colono e da família colonial (força de trabalho básica da esfera produtiva da colônia) no lote colonial eram fundamentalmente dedicados às atividades de subsistência e estruturação da organização produtiva do lote, ou seja, os produtos dos primeiros anos de trabalho no lote colonial eram dedicados à aquisição e construção dos elementos mínimos necessários para sobrevivência da mão de obra colonial e para a formação da exploração econômica do lote: construção da moradia e das benfeitorias necessárias para a produção, aquisição de sementes, animais, ferramentas, abertura das áreas necessárias ao desenvolvimento da agricultura e o cultivo das primeiras safras.

Superados os primeiros anos no lote colonial e o período de subsistência e organização da produção, a força produtiva do lote, agora estruturada, volta-se para a produção agrícola de gêneros comerciais. Entretanto, mesmo superados os primeiros anos e a necessidade de produção para subsistência, essa característica mantinha-se como uma tendência, ao orientar as forças produtivas do lote colonial a cobiçar o ilusório ideal de produzir no lote tudo que a família necessitasse, e reduzir ou extinguir

completamente o consumo de tudo que não pudesse ser produzido dentro do lote colonial. Então, havia uma tendência à autossuficiência e ao isolacionismo, retirando o colono da esfera comercial.¹¹¹

Contudo, a própria dinâmica da colonização impedia essa tendência, pois a posse do lote colonial mostrava-se como fator de estabilização do núcleo familiar, da estrutura produtiva e da subsistência, então, passada a fase de subsistência, todas as forças produtivas eram voltadas ao objetivo principal de quitar a dívida colonial garantindo a estabilidade da vida no campo. Era necessário e imperativo produzir gêneros agrícolas e excedentes mercantilizáveis, cuja venda rendesse os capitais necessários na compra dos materiais importantes para produção e, principalmente, para o pagamento da dívida do lote e dos subsequentes impostos, obrigando o colono a inserir-se na esfera comercial.

Logo, enquanto o período de 1892 até 1904 caracterizou-se pela ocupação do lote, organização da produção e período de subsistência, o período de 1904 até 1918 caracterizou-se por esse momento, cujas forças produtivas do lote colonial já estavam organizadas, deveriam, obrigatoriamente, inserir-se no circuito comercial, incrementando a sua produção agrícola, os seus excedentes comerciais e suas práticas mercantis, caracterizando o período como o “boom” agrícola colonial guaporense.

A dinâmica de produção mostrava-se conhecida pelas autoridades coloniais, sendo levada em consideração em dois momentos: primeiro, no direito de protelação do pagamento da dívida contraída no ato de posse do lote, sendo que o colono poderia iniciar o pagamento dessa após três anos de estabelecimento na colônia. O segundo momento encontra-se que, no ato da posse do lote, o trabalho na construção e manutenção das estradas garantia a subsistência do colono e da família até que as primeiras colheitas fossem realizadas em sua propriedade. Ou seja, havia o conhecimento da dinâmica produtiva do lote colonial, pois nos dois momentos cruciais da estruturação da produção colonial, o colono era auxiliado em sua subsistência e em sua organização produtiva.

Quanto aos fatos, nesse período podemos classificar Guaporé como uma cidade agrária, baseada em dois fatores fundamentais: mesmo com a sede do município apresentando-se como centro administrativo, burocrático, comercial e financeiro, a região agrária mostrava-se como sendo o motor econômico do município, concentrando neste âmbito a esmagadora maioria de suas forças produtivas e riquezas, além de contar

¹¹¹ MAESTRI, Mario. Op. cit., p.75-79.

com a grande maioria da população espalhada pelo interior do município, entre as antigas linhas traçadas e herdadas do período colonial, que agora tornavam-se, em sua grande maioria, distritos municipais.

No ano de 1918, quando balizamos como final do período agrário, o município de Guaporé contava 32.144 habitantes, 1.402 km² de território, com cerca de 44.539 hectares de terras cultivadas, destacando as culturas do milho, trigo, nozes, erva-mate, feijão, arroz e batata como culturas agrícolas predominantes, e tendo o rebanho suíno como grande destaque na criação.

O milho, principal gênero agrícola cultivado nos lotes coloniais, era utilizado na fabricação de farinha para a produção de polenta, uma das principais fontes de sustento da família colonial, sendo o restante destinado à criação e sustento dos rebanhos suínos.

Os rebanhos de criação contavam principalmente com as raças Torino e Holandesa, destinadas a produção leiteira, a criação suína, principal fonte de renda dos lotes coloniais e destaque na produção municipal, contava principalmente com as raças Berkshire, Yorkshire e Macau destinadas na fabricação de banha e derivados.

Durante os anos de 1909 a 1911, o município elevou a produção de trigo a cifras de mais de 8.000 toneladas anuais, levando ao aparecimento de mais de 40 moinhos movidos a roda d'água espalhados pelo interior das linhas municipais.¹¹²

Cabe ainda destaque para as produções de fumo em folhas e rolos nos distritos de Dois Lajeados, de cera, ovos, fava e vinho, no distrito de Dona Fifina Corrêa e aguardente no distrito de Muçum.

O escoamento do excedente agrícola produzido nas pequenas propriedades rurais seguia um longo caminho até o mercado consumidor da capital, tendo por início o transporte no lombo de cavalos e, principalmente, mulas, que realizavam o transporte dos gêneros através de pequenas picadas abertas pelas linhas que cortavam a colônia, onde era traçada a frente dos lotes coloniais. Os pequenos carregamentos seguiam até o centro da linha ou até a sede da colônia ou do município, onde eram armazenadas nas casas comerciais. Das casas comerciais, os carregamentos seguiam pelas estradas Tiradentes, que ligava Guaporé – Passo Fundo através de Campo do Meio, e,

¹¹² GIRELLI, Giovanni. Op. cit., p.34-43.

majoritariamente, pela Borges de Medeiros, que ligava Guaporé – Estrela, até o porto de General Osório.¹¹³



Figura 7: Carretas de mulas que realizavam o transporte dos gêneros produzidos em Guaporé.
Fonte: Museu do Município de Guaporé

Os carregamentos que seguiam pela estrada Borges de Medeiros até o porto de General Osório eram, inicialmente, realizados por tropas de mulas, presas umas as outras e percorrendo o caminho em fila indiana, devido ao estado da estrada que não passava de uma picada em meio à mata. Com o trabalho do imigrante utilizado no desenvolvimento dos caminhos vicinais, a estrada começava a comportar o trânsito de carretas e carroças coloniais, facilitando o fluxo dos gêneros produzidos no interior.¹¹⁴

2.4 – Período agroindustrial 1918 – 1940: fundação e desenvolvimento das agroindústrias

Assim como o período entre 1904 e 1918 caracterizou-se pela superação da economia de subsistência com a estruturação e o início da produção agrícola comercial,

¹¹³ SGANZERLA, Cláudia Mara. *A lei do silêncio: repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945)*. Passo Fundo: Editora Universitária UPF, 2001, p.54-55.

¹¹⁴ THOMÉ, Lauro Nelson Fornari. *Op. cit.*, p.187-189.

os anos incluídos entre 1918 até meados da década de 1940 caracterizaram-se como o período agroindustrial, delineando o processo de investimento do acúmulo de capital realizado através da comercialização do excedente agrícola produzido nos lotes coloniais nos setores de beneficiamento da matéria prima produzida na região, ou seja, o desenvolvimento agroindustrial financiado pelo capital acumulado pelo processo comercial colonial.

Conforme apresentado anteriormente, a obrigação de saldar a dívida e os impostos coloniais impeliu-se de maneira obrigatória o colono a superar a tendência voltada para a economia de subsistência e produzir excedentes comercializáveis e passíveis de conversão monetária e capital.

Entretanto, não houve um processo de enriquecimento considerável dos núcleos familiares instalados nos pequenos lotes coloniais, pois esses dedicavam-se à produção de subsistência para o sustento familiar, e a produção comercializável era utilizada no processo de quitação da dívida colonial, levando em consideração ainda que o pequeno lote colonial não propiciava grandes quantidades de gêneros comercializáveis e, portanto, grandes quantidades de acúmulo de capital.

Contudo, o processo de acúmulo de capital ocorreu em outra etapa do círculo comercial: os comerciantes instalados nas linhas e nas sedes coloniais e municipais captavam grande parte da riqueza produzida no circuito comercial colonial, pois esses comerciantes e casas de comércio adquiriam a produção colonial a baixo preço, ao realizar o armazenamento e o transporte até os portos de escoamento ou centros consumidores, vendendo então a altos preços. Adquiriam ali, também, os produtos que não eram capazes de serem produzidos nos lotes coloniais, vendendo esses produtos aos colonos por um alto preço. Essa dinâmica comercial proporcionava à casa comercial e ao comerciante lucrar duplamente sobre o colono instalado nos lotes coloniais, além de romper a pequena capacidade de acúmulo de capital do pequeno lote comercial ao explorar a produção de inúmeros pequenos lotes.

Ao colono restava submeter-se a essa diligência comercial, pois devido a mão de obra familiar ser a base da produção no lote colonial, não era favorável ao colono ausentar-se do campo para escoar sua produção, além do mais, esse submetia-se aos preços pagos pelo comerciante por não ter conhecimento do valor dos produtos no mercado, além de, na grande maioria dos casos, não possuir os meios de transporte necessários para o escoamento da produção.

Os gêneros coloniais eram adquiridos pelos comerciantes nos lotes coloniais, de onde eram transportados no lombo de mulas ou cavalos até a casa comercial, no centro da linha ou na sede da colônia ou município, assim, sobre carretas tracionadas a mulas, eram transportadas até o porto de embarque para a capital e para os mercados consumidores. Esta expropriação da riqueza por parte do comerciante sobre o trabalho da produção colonial ensejou o processo de acúmulo de capital necessário ao financiamento do processo de industrialização no município de origem colonial.¹¹⁵

No tocante aos fatos, nesse período observamos uma mudança no caráter econômico do município, entretanto, mantendo a herança do período anterior, Logo, podemos classificar Guaporé como uma cidade agroindustrial, pois apesar de manter a região rural como principal motor econômico, observamos o desenvolvimento de inúmeras agroindústrias que incentivaram o desenvolvimento econômico municipal.

Contudo, cabe nesse momento uma breve divisão segundo o caráter das agroindústrias desenvolvidas no município: agroindústrias rurais e agroindústrias urbanas. Essa divisão facilitará o processo de compreensão do desenvolvimento e das características apresentadas pelos empreendimentos.

As agroindústrias rurais caracterizavam-se pelo seu desenvolvimento anterior às indústrias da cidade, suas atividades eram fundamentalmente ligadas à produção de banha industrializada e derivados de suínos, sua localização no interior das antigas linhas e atuais distritos do interior municipal, a utilização de matéria prima e trabalhadores locais e sua importância para o desenvolvimento desses mesmos distritos. Temos como principais representantes das agroindústrias os empreendimentos de Rizzo & CIA., Soccol, Seganfredo & CIA., Antonio Fonini & CIA. e Franciosi, Nardi & CIA.

As agroindústrias urbanas caracterizavam-se pelo seu desenvolvimento posterior às agroindústrias rurais, sua localização na sede municipal, seu caráter de produção e beneficiamento de variados gêneros agrícolas e sua importância para o desenvolvimento da sede municipal. Como principais representantes dessas agroindústrias, temos os empreendimentos do Curtume Guaporense, da Firma Corbetta, Termignoni & CIA, a S/A Moinhos Rio-Grandenses, Mabi Indústria Madeireira, a Cantina Bergamini e a Maltaria Guaporense Ltda.¹¹⁶

¹¹⁵ MAESTRI, Mario. Op. cit., p.81-85.

¹¹⁶ Relatório das Administrações Municipais dos Intendentes Agilberto Maia e Manoel Francisco Guerreiro, no tocante às atividades industriais realizadas no Município de Guaporé, disponíveis no acervo do Arquivo Histórico Municipal de Guaporé.

Não obstante, como resultado do desenvolvimento agroindustrial, em especial as localizadas nas áreas rurais, observamos o desenvolvimento econômico dos distritos municipais, distritos que deram início a um processo de emancipação e lenta fragmentação do território do município de Guaporé.

O primeiro, pela ordem, foi a emancipação do antigo distrito de São Luis de Guaporé, agora município de Casca, por força da lei estadual nº 2.525, de 15 de novembro de 1954, que subtraiu também do território do município de Guaporé as regiões de Evangelista e São Domingos do Sul.¹¹⁷

Com a criação do município de Marau, desmembrado do município de Passo Fundo, pela lei estadual nº 2.550 de 18 de dezembro de 1954, subtraiu do município de Guaporé o então distrito de Maria, antigo distrito de Júlio de Castilhos.

Em 18 de fevereiro de 1959, pela lei estadual nº 3.729, emancipa-se o distrito de Muçum, levando consigo Vespasiano Corrêa, caracterizando mais uma perda territorial significativa. Segue-se então a emancipação do distrito de Dona Fifina Corrêa, agora Serafina Corrêa, pela lei estadual nº 3.932 de 22 de julho de 1960, levando consigo o território de Montauri e parte de Vila Oeste.¹¹⁸

Dois Lajeados, composto pelos antigos territórios das linhas Esperança, F. Abott, Ernesto Alves, Linha Brava, 1º de Março, Emilia, 17 de Junho e áreas das terras das famílias Fialho Vargas, emancipa-se pela lei estadual nº 8435, de 8 de dezembro de 1987, levando consigo as áreas distritais de São Valentim e Santa Bárbara.¹¹⁹

O último território distrital a desmembrar-se do município de Guaporé, distritos de Pulador e Vila Oeste que formam o município de União da Serra, acabam por relegar o território guaporense a unicamente o espaço do distrito-sede.^{120 121}

Observando os fatos levantados posteriormente, podemos destacar o processo que origina e orienta as emancipações distritais guaporenses: devemos considerar que nas relações comerciais, os fatores de ligação com o mercado, da capacidade do escoamento da produção e do preço do frete são tão viscerais quanto o próprio fator da produção de excedentes. Logo, os três primeiros, e principais, distritos a alcançarem a emancipação política e administrativa mostravam-se cortados pela principal rodovia da

¹¹⁷ THOMÉ, Lauro Nelson Fornari. Op. cit., p.116.

¹¹⁸ Idem. *ibid.*, p.117.

¹¹⁹ Idem. *ibid.*, p.118.

¹²⁰ GIRELLI, Giovanni. Op. cit., p.18.

¹²¹ KARAN, Elaine Maria Consoli. Op. cit., p.126-127.

região, que desde os anos iniciais da imigração e colonização, ainda em picada aberta em meio à floresta, que ligava Campo do Meio e Passo Fundo ao porto de General Osório. Casca (São Luis de Guaporé) além de beneficiar-se pela estrada principal, era favorecida pela sua proximidade com Passo Fundo, além das estradas de ligação com Veranópolis (antiga Alfredo Chaves) e Nova Prata (antiga Capoeiras).¹²² A mesma situação ocorreu em Serafina Corrêa que além da estrada principal, contava com estradas que costeavam e atravessavam o Rio Carreiro, ligando o município, antiga Linha 11 ou Rosário de Guaporé, aos municípios de Nova Prata e Veranópolis. Muçum (antigo distrito de General Osório) mostrava-se como ponto privilegiado devido à ligação fluvial do Rio Taquari, porto de embarque capital para os gêneros produzidos na colônia e destinados ao mercado de Porto Alegre, levando esse, mesmo com a precariedade entre as ligações do porto com vários núcleos produtivos da colônia, a uma situação de desenvolvimento privilegiado.¹²³

Ou seja, as antigas linhas, depois distritos e municípios devem, em grande parte, seu desenvolvimento às ligações rodoviárias que permitiam condições mais adequadas ao escoamento de seus gêneros agrícolas e agroindustriais, permitindo um impulso desenvolvimentista econômico e político.

Para concluir este segundo capítulo, é fundamental delinear rapidamente as características da fundação e do desenvolvimento da Colônia e posterior município de Guaporé, pois esse se mostra como o contexto que propiciou o desenvolvimento agroindustrial em análise.

A fundação da Colônia de Guaporé obedeceu aos objetivos básicos da imigração italiana para o Rio Grande do Sul ocupando terras localizadas na região nordeste e promovendo o desenvolvimento de lavouras para a produção agrícola de gêneros alimentícios diversificados, além de estimular a produção artesanal, o comércio, a circulação de mercadorias e o desenvolvimento da atividade industrial. Especificamente, a fundação da Colônia de Guaporé almejava a abertura e conservação, além do desenvolvimento de serviços de infraestrutura na estrada de ligação entre as regiões de Passo Fundo e Soledade e os portos do Rio Taquarí utilizando o braço imigrante em troca do abatimento de porções da dívida feita no momento da compra dos lotes colônias. Além disso, o aumento do fluxo de entrada de imigrantes na Província

¹²² KARAN, Elaine Maria Consoli. Op. cit., p.127.

¹²³ Idem. *ibid.*, p.127-128.

junto com o aumento demográfico dos núcleos coloniais iniciais ocasionou um deslocamento populacional em busca de novas terras em regiões lindeiras as colônias iniciais, acarretando uma ocupação desorganizada dessas terras e que, caso não houvesse uma demarcação e ocupação organizada e dirigida, poderiam ocasionar sérios conflitos de terra. Sobre a sombra dessa ameaça, temos a medição, demarcação e ocupação das terras da região da Colônia de Guaporé. Baseado nesses objetivos, observamos a demarcação e ocupação de aproximadamente 10.000 lotes coloniais, tendo entre 250 a 300 hectares, onde ocorreu um intenso desenvolvimento agrícola, em especial, o cultivo de uva, milho e a criação de suínos, que proporcionou as bases para o desenvolvimento agroindustrial em análise no próximo capítulo.

III – A BANHA E O COURO: ANÁLISE DO PRIMEIRO CICLO AGROINDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE GUAPORÉ - 1918 – 1960

Este capítulo busca compreender as questões diretamente ligadas ao desenvolvimento da agroindústria da banha e do couro entre os anos de 1918 e 1960, ao delinear as distintas forças que concorreram e contribuíram para o desenvolvimento destes empreendimentos, a relação entre a produção dos gêneros agrícolas coloniais com a dinâmica do capital comercial e agroindustrial, os vínculos dos produtos agroindustriais guaporenses com os diversos produtos regionais, as relações entre empregadores e empregados, as permanências e rupturas nas relações de trabalho e produção do âmbito rural e urbano, assim como a importância desses empreendimentos para o município do prisma econômico e social.

3.1 – Imigrantes e comerciantes: dinâmica do acúmulo de capital

Nesse item buscamos reconstruir e analisar as forças que concorreram para o desenvolvimento agroindustrial de Guaporé sob a luz das teses do processo de desenvolvimento industrial gaúcho.

A característica inicial que deve ser observada para a compreensão do processo de agroindustrialização do Município de Guaporé ilustra-se no contexto em que foi desenvolvido o processo de imigração e colonização, assim como suas características e objetivos. O processo de imigração e colonização pretendia, por meio da implantação de um regime agrário de pequenas propriedades trabalhadas pela mão de obra familiar do imigrante, fomentar o desenvolvimento de uma agricultura diversificada de gêneros alimentícios para a comercialização nas diversas regiões do Estado.

Além desse fator, coube também a esse processo, a formação de um mercado consumidor através da mão de obra livre, proprietária e assalariada de origem imigrante já introduzida na dinâmica capitalista, que veio a estimular o consumo, a produção

artesanal, o comércio, a circulação de mercadorias, o desenvolvimento de serviços e o fomento da atividade terciária e a diversificação da economia.¹²⁴

Posto a isso, a dinâmica do desenvolvimento no processo de agroindustrialização parte do princípio da produção de gêneros agrícolas diversificados na região colonial, cujo excedente gerou o processo artesanal de beneficiamento da matéria-prima agrícola produzida, e passou depois para a agroindustrialização, com o processo de acabamento desta matéria-prima beneficiada.¹²⁵

Logo, temos a compreensão de que a indústria do Rio Grande do Sul não se desenvolveu unicamente no processo de imigração e colonização, porém esse processo deve-se a expansão das atividades industriais e a sua diversificação em diversos ramos de especialização, com destaque a agroindustrialização de produtos de origem suína, bebidas – com o destaque para o vinho – tabaco, madeiras, couros e ferramentas.¹²⁶

Quanto ao acúmulo de capital necessário para a instalação do estabelecimento industrial, especificadamente no caso guaporense, se desenha definitivamente como não sendo originário do imigrante colonizador de pequena propriedade, horizonte esse que em inúmeros casos delineava-se como meio lote colonial tendo entre 10 a 25ha, pois a pequena propriedade rural explorada pelo braço familiar apresentava limites quanto à acumulação de capital, sendo que, o capital nos primeiros anos da vida no lote colonial, era fundamentalmente aplicado no pagamento da dívida colonial. Quando essa dívida era quitada, o capital acumulado com a comercialização do excedente agrícola era empregado na expansão horizontal do lote, devido ao esgotamento da capacidade produtiva da terra em consequência dos rústicos métodos de produção, ou na aquisição de novos lotes coloniais para os filhos que, ao casarem-se, formavam novos núcleos familiares cuja mão de obra não era absorvida pela pequena propriedade.¹²⁷

A limitação do acúmulo de capital, devido ao pequeno tamanho da propriedade rural e a fragmentação dos recursos, impedia que o pequeno proprietário adquirisse o capital necessário para o empreendimento agroindustrial.

¹²⁴ MAESTRI, Mario. Op. cit., p.28.

¹²⁵ MOURE, Telmo.(1980) A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: DACANAL, José H. e GONZAGA, Sérgio (org.). RS: Imigração e Colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p.101.

¹²⁶ LONER, B. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1937)*. Pelotas, Universidade Federal de Pelotas: Ed. Universitária, Unitrabalho, 2001.

¹²⁷ MAESTRI, Mario. Op. cit., p.28-38.

Então, devido à incapacidade do acúmulo de capital necessário ao empreendimento agroindustrial por parte do pequeno produtor colonial, observamos revelação da figura do comerciante colonial.

Como ligação entre o pequeno produtor rural e o mercado consumidor surge a figura do pequeno comerciante e da casa de comércio com estabelecimentos que funcionavam como ponto de armazenagem, compra e venda de produtos e, principalmente, como ponto de escoamento da produção devido à posse desse comerciante sob um meio de transporte no qual deslocava a produção agrícola para as colônias centrais, recebendo então parte considerável do lucro sobre a venda desses produtos agrícolas. O pequeno produtor agrícola aceitava o pagamento da taxa de frete, já que não era interessante economicamente ao ele ausentar-se de sua propriedade durante dias para escoar a sua pequena produção.

O comerciante e a casa de comércio acumulavam capitais não apenas ao explorar o armazenamento e o transporte dos gêneros agrícolas produzidos nas pequenas propriedades, mas também ao funcionar como ponto em que o produtor adquiria os gêneros que se mostrava incapaz de produzir em sua propriedade e como estabelecimento financeiro. O comerciante estabelecia um sistema de conta-corrente, controlando e obtendo ganhos sobre o pequeno produtor em dois âmbitos: em primeiro lugar, o crédito do pequeno produtor era depositado apenas quando realizado o escoamento e a venda da produção nos mercados consumidores, o que poderia acarretar um longo período de tempo, então, ao receber o capital oriundo da comercialização de seus produtos, o produtor tinha sua capacidade de compra francamente enfraquecida frente aos acréscimos constantes sofridos pelas mercadorias adquiridas por esse na casa comercial. Em segundo lugar, o comerciante controlava diretamente os preços dos gêneros agrícolas produzidos pelo pequeno produtor, podendo exercer grandes taxas de lucro sobre a comercialização, já que o pequeno produtor normalmente mostrava-se aquém dos preços realmente praticados pelos seus produtos no mercado.¹²⁸

Esse comerciante executava um considerável acúmulo de capital devido ao quase monopólio exercido graças ao isolamento imposto às propriedades rurais produtoras pelas difíceis vias de acesso, além da dificuldade em adquirir meios de transporte para o escoamento da produção. Dessa maneira, o comerciante adquiria

¹²⁸ LAGEMANN, Eugênio. *A Industrialização no Rio Grande do Sul* (um estudo histórico). Porto Alegre: Globo, 1969, p.23-35.

meios para um maior acréscimo de capital ao explorar o frete sobre o excedente comercial de várias pequenas propriedades rurais, diversificando a aplicação dos capitais em matadouros, fábricas de derivados de suínos, vinícolas, moinhos, entre outras atividades de cunho agroindustrial. Os comerciantes e as casas de comércio da região de Guaporé realizavam o escoamento da produção agrícola colonial para as grandes cidades como Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas e para os núcleos coloniais iniciais de Bento Gonçalves e Caxias do Sul, tendo grande maioria da produção agrícola colonial guaporense transportada pelo o porto de Muçum. Entretanto, observamos que em alguns casos, o comerciante acumulava o capital através do comércio realizado em outras colônias e municípios de origem colonial e aplicando em empreendimentos agroindustriais no município de Guaporé.

Outro fator que figura como determinante para a compreensão do processo de agroindustrialização do Município de Guaporé encontra-se na compreensão da participação do imigrante dotado dos conhecimentos técnicos fundamentais para a organização e desenvolvimento das atividades produtivas agroindustriais. Observamos no processo de implantação das agroindústrias do município de Guaporé a associação entre capital e conhecimento, em outros termos, a associação entre o comerciante que acumulara o capital necessário para o desenvolvimento do empreendimento agroindustrial através dos meios identificados anteriormente e o imigrante. Porém, o imigrante possuía características diferenciadas daquele que se destinou a produção agrícola na pequena propriedade colonial, pois figurava-se como um imigrante dotado de conhecimentos técnicos, especialmente na área agroindustrial, que emigrara fundamentalmente para o trabalho nas áreas agroindustriais das cidades que desenvolviam-se a partir dos antigos núcleos coloniais. Constatamos uma associação entre o comerciante e o imigrante na fundação dos principais empreendimentos agroindustriais analisados no desenvolvimento do primeiro ciclo agroindustrial guaporense. Essa associação será analisada em pormenores no item 3.5.

Quanto à questão do mercado consumidor, temos o mercado interno, base necessária para o desenvolvimento de qualquer empreendimento industrial. Ele surge com o próprio processo de imigração e colonização, tendo o processo de desenvolvimento industrial iniciado para suprir as demandas das populações dos núcleos coloniais e dos municípios oriundos dos núcleos iniciais.

Além do primeiro mercado consumidor local, o estabelecimento e a inserção do imigrante em uma sociedade já plenamente organizada social, produtiva e economicamente, forneceu um mercado de expansão necessário para o desenvolvimento e o incremento das atividades industriais no momento em que as condições de infraestrutura permitiam o escoamento desses gêneros para os mercados consumidores dos grandes centros urbanos gaúchos e, partir daí, com a intensificação da produção, assim como na qualidade dos gêneros produzidos para os grandes centros consumidores da região central do país.¹²⁹

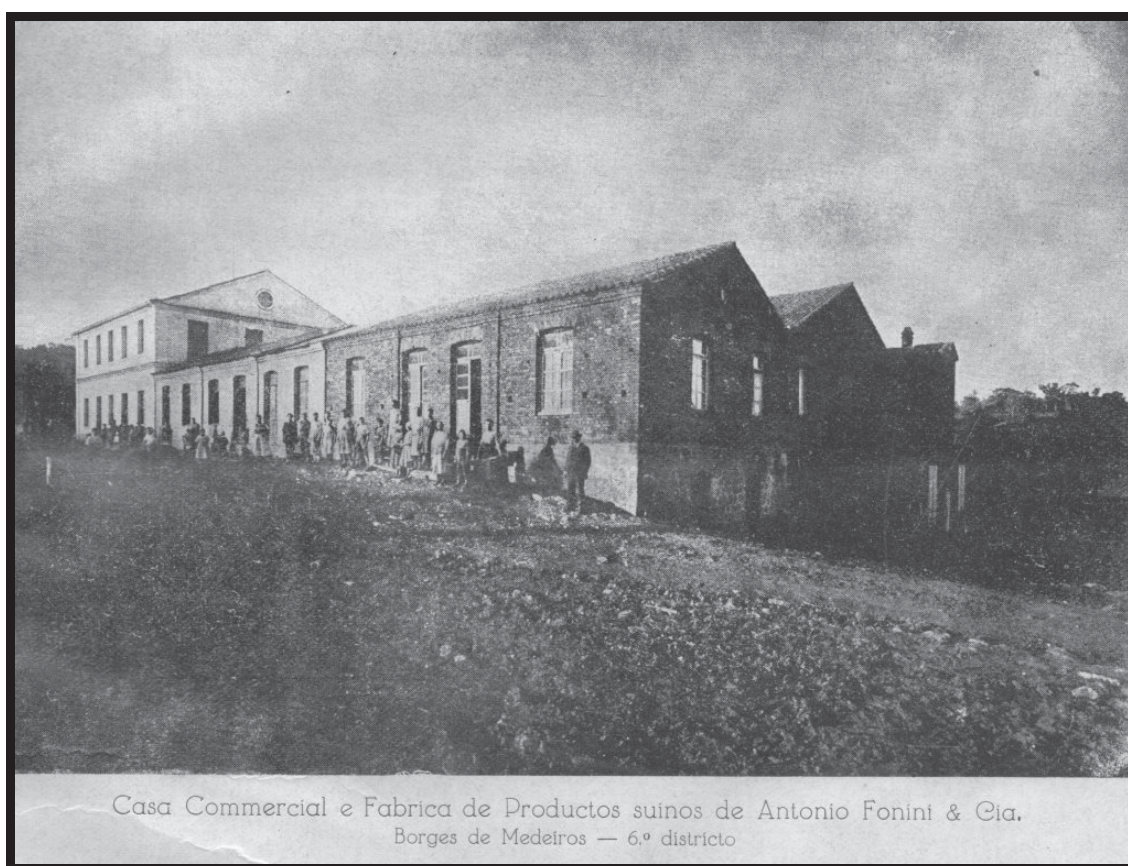


Figura 8 - Frigorífico Antonio Fonini & Cia.

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé, Relatório das Intendências Municipais - 1925, Intendente Agilberto Atílio Maia.

No âmbito da mão de obra necessária ao desenvolvimento agroindustrial, abrangemos que a dinâmica anteriormente analisada sobre o incremento demográfico dos núcleos familiares iniciais e a formação de novos núcleos cuja mão de obra a

¹²⁹ HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. *Processo de Industrialização da Zona Colonial Italiana*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

pequena propriedade colonial não se mostrava capaz de absorver, aliando ao esgotamento produtivo da terra devido aos rústicos métodos de cultivo e a extinção da possibilidade de expansão do território da colônia devido ao encarecimento e a escassez da terra, geraram nas regiões coloniais o excedente de mão de obra necessário ao desenvolvimento agroindustrial, já que os trabalhadores viam-se obrigados a assalariar-se nos empreendimentos agroindustriais para garantir a sua subsistência direta ou como forma de complementar os ganhos gerados com as propriedades coloniais. Cabe destacar também que, se o artesanato e as atividades produtivas dos núcleos coloniais não delinearam-se como a origem do desenvolvimento agroindustrial, mas contribuíram com um importante fator nesse processo ao fornecer a mão de obra semi e especializada para o trabalho agroindustrial, cujas características e ramos de produção continham inúmeras semelhanças com o trabalho realizado nas pequenas organizações artesanais e produções coloniais.¹³⁰

3.2 – O porto fluvial de Muçum no escoamento da produção regional

Quando analisado o estágio do desenvolvimento industrial gaúcho durante o período de estabelecimento e desenvolvimento da região colonial italiana nas três últimas décadas do século XIX, observamos que o Estado contava com dois grandes centros industriais, no entanto, esses centros apresentavam características bastante distintas quanto à organização da produção e comercialização de produtos agrícolas em particular.

Os centros industriais que englobava Pelotas e, principalmente, Rio Grande, caracterizavam-se por contar com um número restrito de indústrias, caracterizadas como sendo de grande porte, com amplos índices de capital investido e com grande número de trabalhadores empregados. Cabe ainda destacar que essas indústrias apresentavam pouca diversificação quanto aos gêneros produzidos (tecelagem, charutos e alimentos

¹³⁰ REICHEL, H. A industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha. In: DACANAL, GONZAGA (org.) RS: Economia e Política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

em conserva) e, principalmente, que esses gêneros eram destinados à comercialização nos mercados do centro do país através de seu porto marítimo.

A região de Porto Alegre delineava-se como o segundo núcleo industrial estadual com um número mais elevado de estabelecimentos industriais e, conseqüentemente, contando com um menor capital investido e trabalhadores empregados, porém, contava com uma maior diversificação dos gêneros produzidos que se destinavam, principalmente, a atender as variadas necessidades dos núcleos colônias alemães e italianos instalados próximos a capital do Estado.¹³¹ Então, as indústrias sediadas em Porto Alegre estavam diretamente ligadas às possibilidades de desenvolvimento econômico das áreas de colonização, sendo que a principal característica dessas regiões era a sua dinamicidade vinculada à organização baseada na pequena propriedade que dotava grande quantidade de indivíduos com mediana capacidade de compra. Neste momento, floresce um vivo comércio inter-regional entre as indústrias instaladas na capital e a população instalada nas regiões coloniais.

Cabe destacar que esse comércio não se mostrou benéfico apenas para o parque industrial da capital, pois, os imigrantes italianos que se viram forçados a integrarem-se ao comércio regional através da venda de seus gêneros agrícolas, utilizaram o acesso ao mercado da capital ¹³² para adquirir o capital necessário ao pagamento do lote colonial.¹³³

No contexto de intercâmbio de mercadorias entre a capital e a região colonial italiana, podemos observar os principais gêneros produzidos e comercializados pela região colonial guaporense conforme a tabela de produção agrícola do município de Guaporé construída com base nos Relatório das Intendências Municipais entre os anos de 1912 a 1918: aguardente e licores, arroz, banha artesanal, barbaquá, cera, carne de porco, feijão, favas, milho, mel, ovos, queijo, trigo, vinho e fumo. Esses gêneros agrícolas eram comercializados através da denominada “rota da produção”, que iniciava em Frederico Westphalen, atravessando o território guaporense para chegar ao porto de Muçum, onde eram despachadas para o comércio no centro urbano da capital.¹³⁴

¹³¹REICHEL, Heloísa J. A industrialização do Rio Grande do Sul na República Velha. In: DACANAL, José H. GONZAGA, Sérgio (org.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p.262.

¹³²MAESTRI, Mario. Op. cit., p.28.

¹³³REICHEL, Heloísa J. Op. cit., p.263.

¹³⁴SGANZERLA, Cláudia Mara. Op. cit., p.104-106.

Produção agrícola do município de Guaporé 1912 – 1918					
Ano	Aguardente	Arroz	Banha	Barbaquá	Cera
1912	163.601 litros	2.675 sacos	2.000.951 quilos	25.053 arrobas	2.775 quilos
1918	40.518 litros	2.608 sacos	2.076.280 quilos	31.270 sacos	3.030 quilos
Ano	Carne de Porco	Feijão	Favas	Milho	Mel
1912	617.689 quilos	34.915 sacos	11.295 sacos	583.348 sacos	10.315 quilos
1918	849.170 quilos	31.101 sacos	11.626 sacos	515.045 sacos	
Ano	Ovos	Queijo	Trigo	Vinho	Fumo
1912	995.414 dúzias	158.281 quilos	62.061 sacos	1.197.596 medidas	4.138 quilos
1918		151.410 quilos	53.140 sacos		

Quadro 2 - Produção agrícola do município de Guaporé 1912 – 1918.

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé, Relatório das Intendências Municipais 1912 – 1918. Intendente Agilberto Maia.

O acesso ao mercado de Porto Alegre e, posteriormente, ao mercado do centro-oeste contribuiu para o processo de agroindustrialização do município de Guaporé em dois pontos: pela necessidade de especificações de qualidade e durabilidade e pelo custo oneroso do frete.

Quanto à necessidade de especificações de qualidade e durabilidade, entre as duas décadas que separam os anos de 1890 e 1910, instalaram-se as linhas ferroviárias principais que cortaram o interior do Estado, estabelecendo uma ligação entre mercados locais estaduais com mercados do centro do país. O ponto em destaque para esta análise encontra-se no fato de que a ligação ferroviária Rio Grande do Sul – São Paulo promoveu as condições necessárias de infraestrutura para a comercialização dos produtos gaúchos coloniais no centro do país.

Neste ponto, a economia da região colonial italiana é impulsionada a um processo de especialização baseada no beneficiamento de determinados gêneros agrícolas produzidos na região para então comercializá-los nos mercados do centro do país. A ligação entre a zona produtiva colonial italiana e o mercado consumidor do centro do país, em especial, o paulista, incentivou o desenvolvimento agroindustrial, uma vez que o mercado requeria especificações de quantidade, qualidade e higiene que não poderiam ser atendidas pela produção artesanal, dando condições para o desenvolvimento agroindustrial colonial italiano como a produção de vinho nas regiões de colonização inicial – principalmente Caxias do Sul e Bento Gonçalves - e de banha – em especial, Guaporé.¹³⁵

¹³⁵PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República Velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos e criadores*. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1980, p.13-21.

Quanto ao custo oneroso do frete, observamos que as colônias italianas tiveram seu desenvolvimento inicialmente dificultado na medida em que a precária rede de transportes não possibilitava um maior desenvolvimento agrícola e a consequente dinamização da atividade comercial¹³⁶.

Os fretes mostravam-se como sérios obstáculos ao escoamento da produção no momento em que encareciam os produtos, absorviam grande parte dos lucros ao limitar assim a capacidade de compra e de acúmulo de capital. Porto Alegre se manteve como o centro consumidor e, principalmente, como distribuidor para a região centro-oeste do país da produção oriunda da região colonial italiana.¹³⁷

Neste sentido, o Rio das Antas/Taquari atuou fundamentalmente, entre as décadas de 1900 a 1960, no momento em que permite o escoamento da produção agrícola e agroindustrial do município de Guaporé por meio do porto de Muçum com um custo reduzido.¹³⁸

A navegação no Taquari e no porto de Muçum era dominada por companhias de navegação que operavam nos principais rios do Rio Grande do Sul, sendo que em quase sua totalidade estavam nas mãos de comerciantes imigrantes, muitos dos quais oriundos de empresas de transporte terrestre. A foto abaixo congrega os quatro principais desenvolvedores do comércio por via fluvial do Rio Grande do Sul: da esquerda para a direita temos Jacob Becker, que atuava principalmente no rio Jacuí, seguido por Jacob Blauth, que operava no Rio dos Sinos, Jacob Michaelsen, transportador e comerciante do rio Caí e, por último, Jacob Arnt, fundador da Companhia de Navegação Arnt que operava no rio Taquari.

Em Muçum operavam diferentes companhias, como a Companhia de Navegação Liberdade, Schmitt & Cia. e algumas pequenas embarcações independentes, entretanto, a navegação nesse ponto era dominada pela Companhia de Navegação Arnt, de Jacob Arnt.

¹³⁶LAGEMANN, Eugênio. Imigração e industrialização. In: BARROS, Eliane Cruxên; DACANAL, José Hildebrando (Coord.). Op. cit., p.128-132.

¹³⁷MOURE, Telmo. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sérgio (Org.). Op. cit., p.101-105.

¹³⁸ Em 31 de março de 1938, pelo Decreto Estadual nº 7.199, o povoado de General Osório era elevado à categoria de distrito, sendo em 29 de novembro do mesmo ano, pelo Decreto Estadual nº 7.589, alterada sua nomenclatura de General Osório para Mussum, grafado ainda com dois "s". Esta grafia persistiu após sua emancipação, sendo alterada em 10 de julho de 1959 para Muçum acordo com uma consulta feita ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Fonte: Prefeitura Municipal de Muçum. Apesar da grafia ser alterada apenas em 1959, adotamos neste momento a nomenclatura de Muçum pois era assim que o porto e o município são conhecidos.



Figura 9 – Os quatro Jacobs da navegação fluvial no Rio Grande do Sul.

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Muçum – Casa da Cultura Pe. Luchino Vieira. Acervo relativo ao porto e companhias de navegação.

Filho de Carlos Arnt, segundo diretor da colônia de Teutônia, no ano de 1875, Jacob deixou Teutônia fixando-se na cidade de Taquari, situada as margens do rio de mesmo nome, iniciando seu envolvimento com a navegação fluvial através da fundação da companhia de navegação batizada de Jacob Arnt e Cia. em agosto de 1879, companhia que sofreria inúmeras mudanças até o ano de 1965¹³⁹, quando entraria em falência. Em meados de 1901, Arnt arrendou três embarcações em Porto Alegre três navios – Taquari, Gaúcho e Bismarck – por um prazo inicial de um ano, prazo que se estendeu pelos dez anos seguintes. Passado quatro anos, em 1905, Arnt adquiriu na Europa o vapor batizado de Brasil. Na foto abaixo, podemos visualizar o vapor Brasil navegando no Taquari, a embarcação de grande porte figurou como a principal embarcação da frota durante várias décadas.

¹³⁹ A Companhia de Navegação sofreu diversas reformulações: de 1902 a 1914, chamou-se Companhia de Navegação Jacob Arnt, quando foi adquirido o acervo da Companhia Fluvial S.A.; de 1915 a 1927, Cia de Navegação Arnt; de 1928 a 1933, Jacob Arnt e Cia Ltda., e, a partir de 1934, Companhia de Navegação Arnt-Aliança Ltda.

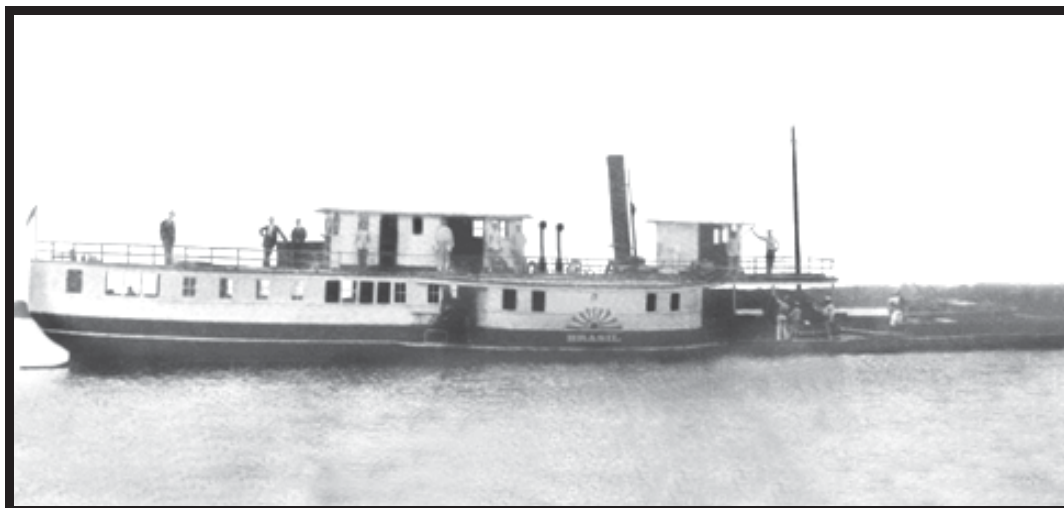


Figura 10 – Vapor Brasil, uma das principais embarcações da companhia Arnt a transitar no rio Taquarí na década de 1920.

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Muçum – Casa da Cultura Pe. Luchino Vieira. Acervo relativo ao porto e companhias de navegação.

O desenvolvimento econômico da capital, assim como das colônias e municípios de origem alemã e italiana, o comércio fluvial prosperou e, em 1910, a Companhia Arnt contava com as embarcações Brasil, Taquari, Venâncio Ayres, Bismarck, Garibaldi e Taquara, do tipo vapor, assim como as gasolinas Santarém, Erna, além dos lanchões Estrella, Triunpho, São Jeronymo, Carlos, Rio dos Sinos, Aliança e Palmas, 24 embarcações de menor calado e três caminhões para os transportes terrestres.

Nesse período, a Companhia Arnt utilizava os estaleiros Mabilde e Alcaraz em Porto Alegre para a manutenção de suas embarcações, assim como comprava gasolina e lanchões desses estaleiros, importando os vapores da Europa – em especial da Alemanha. A foto abaixo apresenta o vapor Garibaldi em manutenção no estaleiro Mabilde.¹⁴⁰

¹⁴⁰ MULLER, Telmo Lauro. *Arnt, um nome evocativo*. Correio do Povo. Porto Alegre, 18 jan. 1976, p.19.



Figura 11 – Estaleiro Mabilde em Porto Alegre, utilizado na montagem e construção das primeiras embarcações da companhia Arnt a navegarem no Taquari.
Fonte: Arquivo Histórico do Município de Muçum – Casa da Cultura Pe. Luchino Vieira. Acervo relativo ao porto e companhias de navegação.

Com o crescimento da companhia, essa desenvolveu em sua sede um estaleiro ao buscar executar a manutenção de suas embarcações, posteriormente passando a remontar embarcações importadas desmontadas e, por fim, construindo embarcações para própria utilização e comercialização. O estaleiro contava com setor de marcenaria, serralharia, ferraria, além de um setor de fundição capaz de produzir peças bastante elaboradas. O estaleiro empregava 15 operários, sendo que a Companhia chegou a contar com aproximadamente 350 funcionários. A foto abaixo apresenta os trilhos sobre os quais eram içados e corriam as embarcações a serem reparadas.¹⁴¹

¹⁴¹ Idem. *ibid.*, p.21.



Figura 12 – Estaleiro e sede da Companhia de Navegação Arnt em Taquari.

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Muçum – Casa da Cultura Pe. Luchino Vieira. Acervo relativo ao porto e companhias de navegação.

Quanto ao porto de Muçum, esse apresentava problemas conforme as intempéries climáticas, pois com as estações de maior quantidade de chuva, o rio Taquari, na altura do porto de Muçum, permitia o trânsito de embarcações de maior porte, entretanto, as estradas de ligação tornavam-se praticamente intransitável, convertida em um gigantesco mar de lodo. Quando do contrário, nas estações de menor quantidade de chuva, as carretas e carroças transitavam mais facilmente pelas estradas chegando ao porto. Contudo, as embarcações de maior porte encontravam barreiras nas cachoeiras e bancos de areia e pedras, fazendo-se então uso de embarcações de menor calado cujas águas baixas permitiam o trânsito.¹⁴²

O Rio Taquari apresentava uma grande variação de profundidade ao longo de seu curso. Em uma rota de Porto Alegre a Muçum, podemos observar diferentes níveis de água comportando diferentes embarcações. De Porto Alegre até os portos da cidade de Taquari, percorrendo uma distância de aproximadamente 87 km, a via fluvial comportava embarcações com dois metros e meio de calado. De Taquari em direção à montante percorrendo em torno de 117 km observamos o calado diminuir para um metro e meio, ao chegar à Lajeado a 145 km acusava um metro e vinte centímetros. Em

¹⁴² KARAN, Elaine Maria Consoli. Op. cit., p.127-129.

Muçum, na época de menor pluviosidade, embarcações de um metro de calado trafegavam até 204 km de distância da capital, chegando a dois metros na época das cheias.¹⁴³ Para enfrentar esse contexto, as companhias de navegação que operavam no Antas/Taquari contavam com diversos tipos de embarcações, como vapores, gasolinas, lanchas e lanchões.¹⁴⁴

Os vapores caracterizavam-se como embarcações de maior calado, dotadas de grande capacidade de carga, utilizadas também no transporte de passageiros, pois contavam com acomodações e tripulação a bordo. Inicialmente, utilizavam lenha como combustível, sendo posteriormente substituído por motores alimentados à gasolina ou óleo. A foto abaixo apresenta o vapor Serro Branco, de propriedade da Companhia de Navegação Arnt no ano de 1934, que operava a linha entre Muçum, onde estava atracado, e Porto Alegre. Dotado de tripulação e camarotes, transportava passageiros e grande quantidade de carga durante o período de maior quantidade de água no rio.

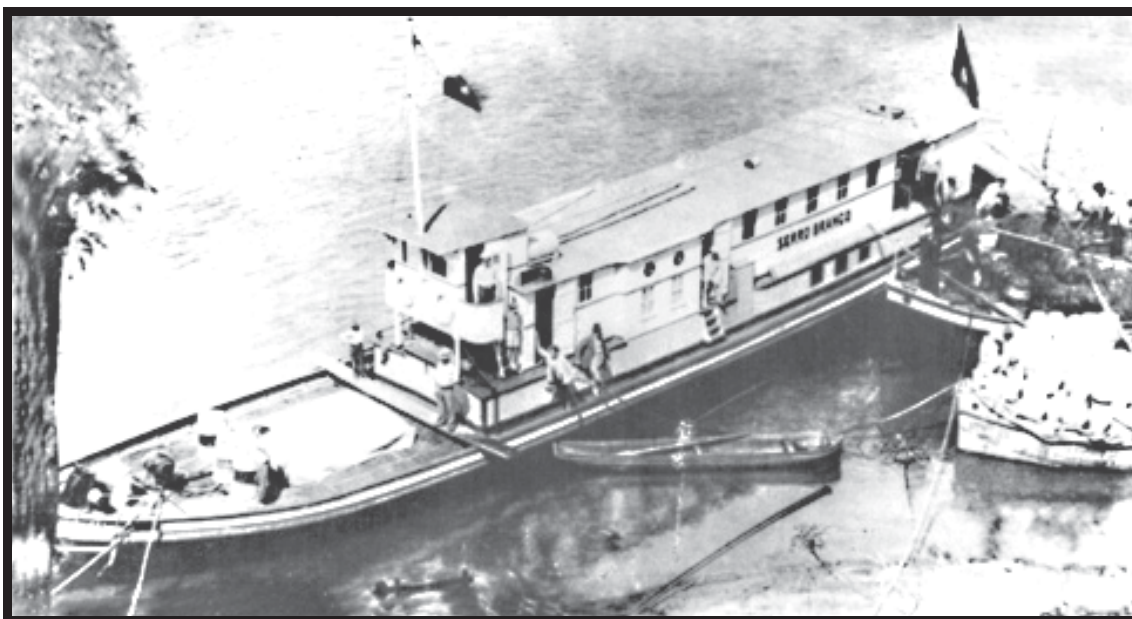


Figura 13 – Vapor Serro Branco, embarcação de maior porte a ancorar no porto de Muçum. Transportava cargas e passageiros de Muçum a Porto Alegre na década de 1930. Fonte: Arquivo Histórico do Município de Muçum – Casa da Cultura Pe. Luchino Vieira. Acervo relativo ao porto e companhias de navegação.

¹⁴³ Arquivo Histórico do Município de Muçum – Casa da Cultura Pe. Luchino Vieira. Acervo relativo ao porto e companhias de navegação. Livro de orientação de navegação da companhia Arnt.

¹⁴⁴ THOMÉ, Lauro Nelson Fornari. Op. cit., p.189.

As chamadas gasolinas caracterizavam-se por serem pequenas embarcações dotadas de propulsão alimentadas por gasolina ou óleo combustível. Por seu tamanho e menor calado, operavam nas temporadas de pouca água e baixa profundidade no rio. Sendo, inicialmente, importadas da Alemanha, possuíam o casco de ferro, sendo posteriormente construídas em estaleiros das maiores companhias de navegação do Rio Grande do Sul então com casco de madeira. Utilizadas para o transporte de passageiros sem acomodações e, principalmente, cargas, eram utilizadas também no reboque das chamadas chatas, embarcações largas e pouco profundas, sem propulsão própria, utilizadas para aumentar a carga transportada por viagem.

Por fim, as lanchas e lanchões, que recebiam denominações diferentes devido o seu tamanho. Caracterizavam-se por embarcações movidas a vela ou remos, quando movidos a remo, levavam quatro ou cinco tripulantes. Transportavam pequenas quantidades de produtos por curtas distâncias, principalmente entre os vários portos do Taquari.¹⁴⁵

A foto abaixo apresenta uma pequena gasolina, que contava também com propulsão eólica, atracada no porto em 1922 e destacando a baixa profundidade do rio, comportando apenas o tráfego das pequenas embarcações gasolinas.

A ênfase encontra-se no fato de que as companhias de navegação que atuavam no Taquari encontraram uma solução para lidar com as altas e baixas do rio através da adoção de variadas embarcações com características distintas, permitindo então que o fluxo de produtos na região não fosse interrompido em nenhum momento, independente das condições climáticas.

¹⁴⁵ Arquivo Histórico do Município de Muçum – Casa da Cultura Pe. Luchino Vieira. Acervo relativo ao porto e companhias de navegação.



Figura 14 – Estivadores e marinheiros sobre uma gasolina ancorada no porto de Muçum durante o período de águas rasas na década de 1920.

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé.

Quanto à transferência das cargas do armazém para as embarcações e das embarcações para o armazém, esse contava com um sistema de engrenagens, trilhos e vagões denominado de maxambombas (coloquialismo de machine pump) ou trapiches, que transportavam os artigos no lombo das mulas até as embarcações atracadas no porto “você imagina se tivesses que descarregar apenas com os braços uma lata de banha de 75kg da carreta de mulas e descer até a margem do rio para carregarmos no barco. Seria realmente muito difícil”.¹⁴⁶

O sistema do trapiche iniciava no porão do armazém da companhia de comércio, onde encontrava-se instalada uma engrenagem construída de madeira, com aproximadamente 1,5m de altura por 1m de diâmetro, no formato de um carretel onde era conectada um alavanca que realizava o movimento no sentido circular por meio de tração animal de mulas, cavalos ou bois, sendo posteriormente substituído por motores de 4 e 6 HP. O sistema de engrenagem descrito anteriormente pode ser visualizado na

¹⁴⁶ Flavio Pedro Bassani, 76 anos, reside no município de Muçum. Filho mais velho de Jacob Bassani, trabalhou com o pai no escritório da companhia de navegação Arnt em Muçum.

foto abaixo, parte do trapiche instalado no armazém da companhia de comércio Arnt no porto de Muçum.



Figura 15 – Engrenagem do trapiche do armazém da companhia Arnt no porto de Muçum.
Fonte: Fotografia de Giovani Balbinot da propriedade de Flávio Bassani.

Ligados à engrenagem do trapiche, encontravam-se cabos de aço que atravessavam a parede do armazém por meio de duas roldanas e terminavam conectados a dois vagões. Esses vagões contavam com duas rodas grandes na frente e duas pequenas atrás, postos então sobre trilhos, realizavam o movimento de subida e descida, pois conforme o movimento de rotação da engrenagem do trapiche, o primeiro vagão era elevado, sendo carregadas ou descarregadas as mercadorias no armazém, enquanto o vagão do outro lado abaixava, sendo carregadas ou descarregadas as mercadorias na embarcação, alternando o movimento de subida e descida dos vagões “quando o pai começou a trabalhar, o trapiche puxava um carrinho só. Depois que ele foi melhorado, instalando um carrinho de cada lado, subindo um e descendo o outro”.¹⁴⁷ A figura abaixo mostra roldanas por onde atravessavam os cabos de aço que movimentavam os vagões da companhia Arnt no porto de Muçum.

¹⁴⁷ Flávio Pedro Bassani, entrevista citada.



Figura 16 e 17 – Roldanas por onde passavam os cabos de aço do trapiche do armazém da companhia de navegação Arnt no porto de Muçum.

Fonte: Fotografia de Giovani Balbinot da propriedade de Flávio Bassani.

O deslocamento das mercadorias entre as carretas e o trapiche, ocorrido dentro do armazém, também era facilitado por um sistema de carrinhos de mão, trilhos e vagões. As mercadorias de maior volume e peso eram retiradas do vagão do trapiche e colocadas sobre um vagão que se encontrava montado sobre trilhos que atravessavam toda a extensão do armazém, desde a entrada onde eram paradas as carretas de mulas até o ponto onde estavam os vagões do trapiche, realizando o deslocamento das mercadorias na área interna do armazém “os trilhos do trapiche e do vagão atravessavam toda a extensão do escritório da companhia”¹⁴⁸ “o trapiche, junto com o vagão do armazém, é que tornaram possível o transporte de grandes quantidades de produtos das carretas de mulas que estacionavam aqui na frente do escritório até os barcos”.¹⁴⁹

Ao lado do vagão, encontrava-se o carrinho de mão utilizado pela companhia para auxiliar o transporte interno das mercadorias. Quanto aos volumes menores que não necessitavam do sistema dos trilhos e vagões, eram transportados por um carrinho de mão, construído de madeira e ferro e apoiado sobre duas rodas, sobre o qual as mercadorias eram colocadas uma sobre a outra, possibilitando o deslocamento das mercadorias do trapiche até as carretas paradas em frente ao armazém da companhia de comércio.

¹⁴⁸ Flávio Pedro Bassani, entrevista citada.

¹⁴⁹ Nelson Bassani, 65 anos, reside no município de Muçum. Filho mais novo de Jacob Bassani, trabalhou com o pai no escritório da companhia de navegação Arnt em Muçum.



Figura 18 – Carrinho de mão que realizava o transporte de mercadorias de menor volume e peso no interior do armazém da companhia de navegação Arnt no porto de Muçum.

Fonte: Fotografia de Giovani Balbinot da propriedade de Flávio Bassani.

Figura 19 – Vagão que realizava o transporte de mercadorias de maior peso e volume no interior do armazém da companhia de navegação Arnt no porto de Muçum.

Fonte: Fotografia de Giovani Balbinot da propriedade de Flávio Bassani.

Esse sistema permitia a carga e descarga dos produtos transportados pela companhia de comércio já que, devido à geografia do porto de Muçum, havia uma distância que variava entre 10m e 30m entre o armazém e a embarcação atracada na margem do rio Alegre “o trapiche e os vagões eram a alma do porto. Aqui em Muçum chegaram a existir 13 trapiches, mas nenhum tinha o tamanho e funcionavam tão bem como o do escritório da Arnt”.¹⁵⁰ Ainda, entre os trilhos dos trapiches ou próximos a eles, encontravam-se escadas para o deslocamento dos passageiros que utilizavam as embarcações da companhia para deslocar-se entre Muçum e Porto.

A foto abaixo oferece uma vista geral do armazém da companhia de comércio Arnt no porto de Muçum, conforme as especificações de antes, observamos a distância entre o armazém e as embarcações atracadas devido à geografia do porto, o que tornava necessário a utilização do sistema de trapiche e, próximo a ele, as escadas utilizadas pelos passageiros para descer, assim como as pequenas gasolinas que realizavam o transporte nos períodos em que o rio encontrava-se com água escassa.

¹⁵⁰ Nestor Natalício Dalla Lasta, 81 anos, reside no município de Muçum. Filho de José Dalla Lasta, sócio e fundador da Companhia de Navegação Liberdade que atuou no transporte de mercadorias em Muçum entre os anos de 1928 a 1938, quando foi então adquirida pela companhia de navegação Arnt.

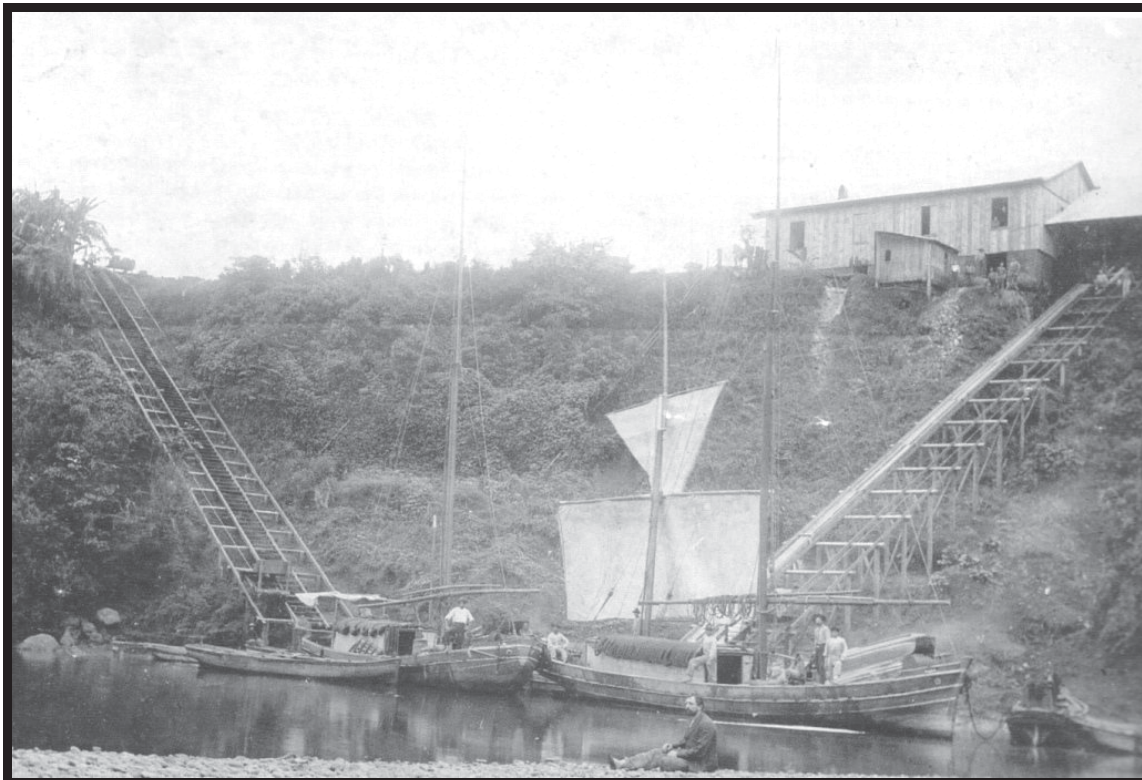


Figura 20 – Foto panorâmica do Porto de Muçum na década de 1920, destacando as gasolinas ancoradas no porto, o trapiche e as escadas para o fluxo de mercadorias e passageiros, e o armazém da companhia Arnt.

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé.

Os preços cobrados pelo frete da companhia Arnt incluíam não apenas o transporte entre os portos contratados, mas compreendiam a carga e descarga das embarcações em ambos os portos, a garantia de cuidado com as mercadorias transportadas e a estocagem no armazém da companhia pelo período de até oito dias para retirada. O armazém também agregava a função de estocar as mercadorias que seriam transportadas até que as devidas embarcações atracassem no porto ou, nos momentos de seca, armazenar até que a quantidade de água no rio permitisse que essas embarcações navegassem até Muçum.

Abaixo, temos uma foto que apresenta o antigo armazém utilizado pela Arnt no porto de Muçum, onde a companhia mantinha escritório com agentes para administração da filial no porto e para a organização e manutenção da estrutura

necessária para a carga, descarga e armazenamento das mercadorias apresentadas anteriormente.



Figura 21 – Interior do armazém da companhia Arnt no porto de Muçum.
Fonte: Fotografia de Giovani Balbinot da propriedade de Flávio Bassani.

A companhia realizava propagandas de seus serviços de fretes de cargas, transporte de passageiros e de malas postais por meio de anúncios nos jornais da capital e das cidades portuárias que contavam com circulação de periódicos, sendo que as cidades que não contavam com esses serviços era realizada a propaganda por meio de panfletos que apresentavam os serviços como “confortáveis, seguros e rápidos”, muitas vezes trazendo fotografias que ilustravam as embarcações da companhia (vapores, chatas, gasolinas e lanchas) ou citando o nome das principais embarcações e a quantidade total delas em operação, apresentava os portos em que a companhia operava, orientando os clientes a procurarem a sede de Porto Alegre e Taquari ou os agentes que se encontravam nos portos menores do rio Taquari. Os panfletos “eram distribuídos por todos pequenos do município e distritos da região” “eles também eram deixados nos comércios, nas maiores indústrias e nas paróquias. Todos os lugares que juntavam bastante gente”.¹⁵¹

¹⁵¹ Nestor Natalício Dalla Lasta, entrevista citada.



Figura 22 e 23 – Panfletos de propaganda da companhia de comércio Arnt distribuídos na região do município de Guaporé.

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Muçum – Casa da Cultura Pe. Luchino Vieira. Acervo relativo ao porto e companhias de navegação.

Além de transporte de passageiros, a companhia de navegação Arnt operava fretes de transporte de malas, postais e mercadorias de Muçum até Porto Alegre, passando pelos portos de Barra do Guaporé, Barra do Jacaré, Encantado, Roca Sales, Palmas, Arroio do Meio, Barra do Forqueta, Lajeado, Estrela, Cruzeiro do Sul, Porto Gerhart, Mallmann e Rocha com alteração do preço do frete conforme o custo das barqueações, e a partir de Bom Retiro, Santarém, Mariante, Reversa, Tauqari, Barreto, General Câmara, Triunfo, São Jerônimo, Xarqueadas, Granja Carola até Porto Alegre com o preço do frete fixo conforme a tabela para todo o ano, “anualmente nos recebíamos as tabelas da sede de Taquari com os preços já tabelados dos principais produtos que carregávamos aqui em Muçum em direção a Porto Alegre”.¹⁵²

Conforme a tabela de fretes de Muçum a Porto Alegre, observamos que todos os produtos contavam com um frete mínimo para transporte, sendo que as principais mercadorias a serem transportadas encontravam seu frete já fixado:

¹⁵² Flavio Pedro Bassani, entrevista citada.

Quadro de frete de Muçum a Porto Alegre em 1941-43							
Tabela dos produtos / Preço do frete							
Couros secos e latas de banha de até 20kg.	Alfafa prensada, cereais de até 60kg, farinha de mandioca, arroz com casca e latas de banha de até 50kg.	Caixas de banha de até 75kg, ovos e tinas de manteiga de até 50kg.	Salame, carne e manteiga com até 75kg.	Erva mate com 60kg e 30 kg.	Erva barbaquá, crina vegetal e alfafa de até 60kg.	Fardos de fumo em folha de até 75kg.	Capoeiras com 40 a 50 aves ou com dimensões de até 180x100x40cm.
Cr.\$ 2,70	Cr.\$ 5,00	Cr.\$ 5,50	Cr.\$ 5,70	Cr.\$ 5,50 - 60kg e Cr.\$ 3,80 - 30kg	Cr.\$ 6,50	Cr.\$ 7,00	Cr.\$ 13,00
O frete dos produtos não especificados eram cobrados com base no valor de Cr.\$ 130,00 a tonelada							

Quadro 3 – Tabela de fretes de Muçum a Porto Alegre.

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Muçum – Casa da Cultura Pe. Luchino Vieira. Acervo relativo ao porto e companhias de navegação.

As mercadorias cujo peso excedesse o tabelado, a companhia cobrava os kg em excesso conforme valor fixado a tonelada “a última coluna desta tabela de fretes continha o preço do frete dos produtos por tonelada no transporte dos portos de Muçum a Granja até Porto Alegre” “os produtos que não estavam especificados na tabela eram pesados e cobrados conforme o valor desta coluna da tabela”¹⁵³ e no tocante as mercadorias que não encontravam-se tabeladas, a companhia reservava o direito de cobrar por quilogramas ou metros cúbicos, conforme o peso ou o volume da mercadoria a ser transportada “tínhamos a opção de cobrar o frete não por quilos ou toneladas, mas por metros cúbicos para produtos muito grandes, mas de pouco peso”.¹⁵⁴

Os produtos cujo custo do frete encontrava-se já previamente estabelecido na tabela de fretes entre Muçum e Porto Alegre demonstravam quais as principais mercadorias exportadas pela região de origem colonial italiana para o centro consumidor e distribuidor da capital, sendo que todas elas apresentavam um caráter agrícola ou agroindustrial.

A erva-mate, encontrada em grande quantidade na região, também mostrou-se como um produto de grande importância para a economia municipal e regional, sendo

¹⁵³ Nelson Bassani, entrevista citada.

¹⁵⁴ Nelson Bassani, entrevista citada.

consumida em grande quantidade no Rio Grande do Sul ou exportada para os países do prata.¹⁵⁵

A colheita era realizada de março a setembro, quando era feita a poda dos galhos e folhas presos em um molho de aproximadamente um metro cúbico com fibras de vime. Esses fardos eram levados a um forno reservado à secagem vagarosa da erva-mate. Depois de secada, a erva era moída por um sistema de pilões, inicialmente manuais, sendo substituídos por rodas d'água e, atualmente, por motores elétricos. Após moída, era embalada e encaminhada para o porto, sendo despachada para os mercados consumidores. Também era utilizado o sistema de “carijos”, onde os fardos de erva eram suspensos a altura aproximada de 2 metros sobre o fogo, sendo alimentado por madeiras escolhidas, pois esse fator determinava o sabor e a qualidade do produto. Era preferido o fogo alimentado por sassafrás, guabirobas, goamirins e arazás, o que ocasionou a grande destruição dessas espécies.¹⁵⁶

Além da grande produção e comercialização de madeira e erva-mate, após cinco anos de sua emancipação, Guaporé já mostrava-se como um dos maiores produtores de trigo do Estado e chegou a contribuir com aproximadamente 20% da produção que era transportada até Porto Alegre e de lá para as grandes cidades da região sul.¹⁵⁷

O fumo também era produzido na região e transportado por meio do porto até a capital, era plantado nas pequenas propriedades coloniais, onde tinha de ser colhido e separado conforme a coloração e a qualidade de sua folha, secado em fornos alimentados à lenha e a sabugos de milho secos, amarrados em fardos e encaminhados para Muçum.

O vinho de uva produzido no município de Guaporé e região era, em grande parte, comercializado e consumido na região, entretanto, era transportado em garrafões pelas águas do Taquari para o consumo na capital do Estado.¹⁵⁸

A cana-de-açúcar também era cultivada e empregada de várias maneiras, na produção de açúcar mascavo, de cachaça e na alimentação dos rebanhos. Os colonos construía seus engenhos de maneira bastante rudimentar, com dois grossos cilindros

¹⁵⁵ Arquivo Histórico do Município de Muçum – Casa da Cultura Pe. Luchino Vieira. Acervo relativo ao porto e companhias de navegação. Livro de navegação da Companhia de Navegação Arnt.

¹⁵⁶ KARAN, Elaine M Consoli. Op. cit., p.135.

¹⁵⁷ Arquivo Histórico do Município de Guaporé, Relatório das Intendências Municipais 1912 – 1918, Intendente Agilberto Maia

¹⁵⁸ Arquivo Histórico do Município de Muçum – Casa da Cultura Pe. Luchino Vieira. Acervo relativo ao porto e companhias de navegação. Livro de navegação da Companhia de Navegação Arnt.

de madeira - oriundos de troncos de árvores - que realizavam um movimento de rotação no sentido concêntrico impulsionados por mulas, bois ou cavalos que caminhavam em sentido circular, atrelados a um braço de madeira que se alongava do eixo central. A cana era inserida entre os roletes e prensada. O suco extraído escorria pelos cilindros para ser armazenado em um recipiente logo abaixo. O suco era transformado em açúcar mascavo, caldo de cana ou cachaça por meio de um alambique de cobre. O bagaço era utilizado na alimentação dos animais da propriedade.¹⁵⁹

Ovos, manteiga e nozes eram enviados à Pelotas para fabricação de doces “as nozes, ovos e manteiga que eram produzidas aqui na região eram transportadas até Porto Alegre e depois Pelotas, onde já eram utilizadas na fabricação de doces que eram servidos nos voos das companhias aéreas”.¹⁶⁰

Além disso, gêneros agroindustriais produzidos na região eram exportados pelo porto de Muçum, em especial a banha e os embutidos suínos dos frigoríficos Soccol, Seganfredo & Cia., Antonio Fonini & Cia. E Franciosi, Nardi & Cia., Rizzo & Cia e os couros do curtume Cortume Guaporense, da Firma Corbetta, Termignoni & Cia. Localizado na sede de Guaporé. O município produzia tudo que era aguardado de uma região colonial: madeiras, erva-mate, trigo, fumo, milho, suínos e derivados, vinho, aves, couros, frutas e hortaliças que, a partir do porto de Muçum, eram transportados para Porto Alegre, onde eram consumidos ou encaminhados para o centro oeste, em especial, Rio de Janeiro e São Paulo, ou para os países do prata, como Uruguai e Argentina.

As embarcações da companhia Arnt transportavam os produtos agrícolas e agroindustriais do município de Guaporé para serem comercializados na capital do Estado e, na volta, transportava os gêneros que os habitantes do interior necessitavam e não apresentavam capacidade de produzir. O livro de registros do fluxo de mercadorias mantido pelo escritório da companhia no porto de Muçum continha informações sobre a data, expedidores, recebedores, porto de saída e de destino, quantidade, espécie, quilos, frete e embarcações que transportavam todas as mercadorias desembarcadas em Muçum. A partir desse registro, temos os principais gêneros que entravam em Guaporé pelo porto que consistiam em ferragens e máquinas, motores, balanças, caldeiras e móveis em geral. Produtos inflamáveis e lubrificantes, armas de fogo, munições e

¹⁵⁹ KARAN, Elaine M Consoli. Op. cit., p.133.

¹⁶⁰ Nestor Natalício Dalla Lasta, entrevista citada.

explosivos, artigos farmacêuticos e objetivos para a prática da medicina, sementes, mudas, plantas e animais vivos para servirem de matrizes reprodutoras. Secos e molhados, como café, sal, salitre, sabão, cimentos e adubos. Artigos de vidro, chapas de ferro, ferro-gusa, chumbo, enxofre, graxa, artigos de borracha e soda cáustica.¹⁶¹

Navegação Arnt, Ltda. - Sede Taquary
Tabela de Frete de Muçum a Porto Alegre (Nº 4)

PORTOS	FRETE MÍNIMO C/5	Alta graxa Café at. 50 lbs. F. m. d. m. d. m. at. 50 lbs. C/5	Bolsa Café 75 lbs. C/5. Tr. m. at. 50 lbs. C/5	Salitre, café e mat. m. d. m. Café at. 75 lbs. C/5	ERVA MATE		Café at. 50 lbs. C/5	Café at. 75 lbs. C/5	Café at. 100 lbs. C/5	Café at. 150 lbs. C/5	Café at. 200 lbs. C/5	Café at. 250 lbs. C/5	Café at. 300 lbs. C/5
					60 lbs. C/5	30 lbs. C/5							
Haveria alteração de frete com o embarque de mercadorias.	Muçum	8,00	5,00	5,50	5,70	5,90	3,80	6,30	2,70	7,00	10,00	130,00	
	B. de Guaporé	7,50	4,50	5,30	5,50	5,70	3,60	6,00	2,50	6,80	12,50	120,00	
	B. de Jacara e Encantado	7,50	4,70	5,20	5,40	5,20	3,50	6,00	2,40	6,70	11,00	120,00	
	Roca Sales e Palmas	7,00	3,60	4,00	4,50	4,30	3,00	5,00	2,10	6,00	11,00	100,00	
	Arroyo do Meio B. da Forqueta	6,50	3,20	3,50	3,70	3,50	2,80	4,50	1,80	5,00	10,00	100,00	
	Lajeado Estrela	6,50	3,20	3,50	3,70	3,50	2,80	4,50	1,80	5,00	10,00	100,00	
	Cruzeiro do Sul	6,50	3,20	3,50	3,70	3,50	2,80	4,50	1,80	5,00	10,00	100,00	
Tabela list para lido a ano.	Porto Garibaldi Malhada e Rocha	6,00	2,80	3,20	3,50	3,30	2,50	3,50	1,70	4,70	10,00	100,00	
	Bom Retiro Santarém	5,00	2,40	2,80	3,00	2,80	2,30	3,30	1,70	3,80	9,00	80,00	
	Mariante	4,50	2,00	2,40	2,60	2,40	1,90	2,90	1,40	3,10	8,50	80,00	
	Reversa	4,00	1,80	2,20	2,50	2,30	1,80	2,80	1,30	3,00	8,00	70,00	
	Taquary	3,50	1,70	2,10	2,30	2,10	1,60	2,60	1,10	2,80	7,50	70,00	
	Barreto - Gal. Camara Triunfo e S. Jerônimo	3,00	1,50	2,00	2,20	2,00	1,50	2,50	1,00	2,70	7,00	60,00	
	Xarqueada e Granja Carola	3,00	1,50	1,90	2,10	1,90	1,40	2,40	0,90	2,60	6,50	50,00	

ATENÇÃO: Além do frete mais do da Taxa de Previdência Marítima. - Os fretes desta tabela, será para o transporte pelo mar, em embarcações de 20 ou mais toneladas e livre de barqueação. Caso tenha BARQUEAÇÃO A PAGAR, será o frete lido do porto onde entregarem as cargas e aumentada a barqueação. - Os artigos não especificados nesta tabela a EMPRESA se reservará o direito de taxar o frete por "METRO CÚBICO", e não por quilogramas. - O peso que exceder 2 dos volumes desta tabela, será cobrado o excesso na base quilto pela última coluna, ou por metro cúbico.

AS CARGAS SÓ SERÃO ENTREGUES MEDIANTE O PAGAMENTO DO FRETE

Figura 24 – Tabela dos fretes cobrados pela companhia de navegação Arnt de Muçum a Porto Alegre.
Fonte: Arquivo Histórico do Município de Muçum – Casa da Cultura Pe. Luchino Vieira. Acervo relativo ao porto e companhias de navegação.

A partir de Muçum, a companhia operava também com o transporte de passageiros diariamente até os portos de Lajeado, Cruzeiro do Sul, Estrela, Bom Retiro, Gomes Mariante, Reversa, Taquari, Barreto, General Câmara, Triunfo, São Jerônimo, Granja Carola, Xarqueada, Monte Alegre, Lagoa dos Patos e Porto Alegre.

Através da tabela de passagem e dos vapores da Arnt no porto de Muçum que “era distribuída para todos os escritórios dos portos do Taquari”¹⁶², era possível “calcular o preço da passagem para qualquer um dos portos que a companhia operava”.¹⁶³ Esta tabela nos permite observar que a companhia oferecia passagens de primeira e segunda classe, sendo que os vapores de maior calado contavam com tripulação, oferecendo

¹⁶¹ Arquivo Histórico do Município de Muçum – Casa da Cultura Pe. Luchino Vieira. Acervo relativo ao porto e companhias de navegação. Livro de registro de navegação da companhia Arnt.

¹⁶² Flavio Pedro Bassani, entrevista citada.

¹⁶³ Flavio Pedro Bassani, entrevista citada.

acomodações e refeições servidas durante o transporte dos passageiros da primeira classe, como é o caso do vapor Serro Largo que, quando a profundidade do Taquari permitia, realizava o transporte de passageiros no porto de Muçum “os vapores maiores tinham passagens de primeira e de segunda classes, mas estes só chegavam a Muçum quando o rio estava bem cheio”.¹⁶⁴

Podia-se navegar de Muçum a Porto Alegre por Cr.\$ 17,00 de primeira classe ou por Cr.\$ 13,00 de segunda classe, ou de Muçum a Taquari por Cr.\$ 9,00 de primeira classe ou por Cr.\$ 7,00 de segunda classe. Nas linhas de São Jerônimo, Estrela, Lajeado e Arroio do Meio, a companhia contava com um sistema de transporte terrestres pelo qual os passageiros eram levados de ônibus até as localidades do Vale do Jacuí e Taquari, completando o transporte realizado por via fluvial e integrando a região.

TABELA DE PASSAGENS DOS VAPORES "NOTURNOS" DA NAVEGAÇÃO ARNT, LTDA.

TABELA Nº 11

P O R T O S	G.Mto.		GR.		GAL.		CAMARA		BARRETO		TAQUARI		REVERSSA		MARIANTE		RETIRO		ESTRELA		LAJEADO	
	ALGERS	LARGO	PATOS	XARQUEADA	S. JERONIMO	GAL.	CAMARA	BARRETO	TAQUARI	REVERSSA	MARIANTE	RETIRO	ESTRELA	LAJEADO								
	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
CLASSE	18	28	18	28	18	28	18	28	18	28	18	28	18	28	18	28	18	28	18	28	18	28
PORTO ALEGRE	7	5	8	6	10	7	11	7	12	8	12	8	13	9	14	10	15	11	17	13	17	13
ALGERS	5	4	7	6	8	6	9	7	9	7	10	8	11	9	12	10	15	11	15	11	15	11
PATOS																						
XARQUEADA	3	2	4	3	5	4	6	5	7	6	8	6	9	7	10	8	10	8	10	8	10	8
S. JERONIMO	3	2	4	3	5	4	6	5	7	6	8	6	9	7	10	8	10	8	10	8	10	8
GAL.	3	2	4	3	5	4	6	5	7	6	8	6	9	7	10	8	10	8	10	8	10	8
CAMARA	3	2	4	3	5	4	6	5	7	6	8	6	9	7	10	8	10	8	10	8	10	8
BARRETO	3	2	4	3	5	4	6	5	7	6	8	6	9	7	10	8	10	8	10	8	10	8
TAQUARI	3	2	4	3	5	4	6	5	7	6	8	6	9	7	10	8	10	8	10	8	10	8
REVERSSA	3	2	4	3	5	4	6	5	7	6	8	6	9	7	10	8	10	8	10	8	10	8
MARIANTE	4	3	7	6	7	6	8	7	9	8	10	9	11	10	12	11	13	12	14	13	15	14
RETIRO	4	3	7	6	7	6	8	7	9	8	10	9	11	10	12	11	13	12	14	13	15	14
ESTRELA	2	2																				
LAJEADO																						

P. Alegre & Porto da Pintada Cr\$.....2,00
 Carola & Miras Cr\$.....2,00
 G. Mirabela & Taquari Cr\$.....3,00
 Preço minimo de uma parada Cr\$.....5,00

N.B. - Nas aguas baixas as passagens serão cobradas até as portos de Reverssa, Mariente ou Bom Retiro.

Taquari, 30 de Junho de 1943

NAVEGAÇÃO ARNT, LÍBIA DA
Luiz Carlos
 Gerente
 Espírito J. Arnt

LJA/CJP.

Figura 25 – Tabela de preços cobrados pelo transporte de passageiros na companhia de navegação Arnt de Muçum a Porto Alegre no ano de 1943.

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Muçum – Casa da Cultura Pe. Luchino Vieira. Acervo relativo ao porto e companhias de navegação.

Por fim, é essencial colocarmos que mesmo de forma precária, pelo solo através das picadas e com as carretas e por vias fluviais através do porto de Muçum e com os vapores, gasolinas e barcaças, o município de Guaporé conseguiu estabelecer uma conexão consideravelmente organizada, estável e acessível a produtos de maior valor

¹⁶⁴ Nelson Bassani, entrevista citada.

agregado, como os embutidos, a banha e os couros curtidos, permitindo então o escoamento dessa produção para a capital do Estado e daí para a região centro-oeste, promovendo o desenvolvimento agroindustrial da região “sem o porto, seria extremamente difícil serem transportado por terra todos os produtos que eram vendidos na capital”.¹⁶⁵

3.3 – A dinâmica entre a cultura do milho e a criação do suíno

O imigrante italiano que executou o processo de colonização no Estado, assim como seus descendentes que ocuparam a região da colônia de Guaporé, trouxe consigo a cultura da parreira, dos grãos de trigo e de milho, além das criações de rebanhos suínos, pois com a produção dos mencionados gêneros o colono garantia a sua subsistência, uma vez que já produzia o pão, as massas, o vinho e as carnes necessárias para sua alimentação.

Conforme exposto anteriormente, os primeiros momentos da vida no lote colonial eram dedicados à estruturação da organização produtiva com construção da moradia e das benfeitorias necessárias para produção, aquisição de sementes, animais, ferramentas, abertura de áreas necessárias para plantação e o cultivo das primeiras safras. Findo esse primeiro momento de estruturação da unidade produtiva, o pequeno produtor insere-se obrigatoriamente no circuito comercial, pois a necessidade do pagamento da dívida colonial e dos impostos o obriga a produzir gêneros agrícolas comercializáveis. As características da execução do processo de imigração e colonização italiana obrigam o pequeno proprietário a introduzir-se na esfera comercial regional.

Contudo, essa dinâmica torna-se mais complexa quando a produção adentra a esfera comercial, já que a vinculação entre as culturas vegetais e animais, do grão de milho e o suíno, passa a sofrer a influência das leis de mercado.

No momento em que o grão de milho alcança um bom preço comercial, o pequeno produtor comercializa o grão *in natura*, “naquela época, eu lembro vagamente, mas meu pai comentava que o porco demorava uns dois anos para chegar no ponto de

¹⁶⁵ Nestor Natalício Dalla Lasta, entrevista citada.

ser confinado para a engorda, nesse tempo muitas vezes a gente comercializava outros produtos que cultivávamos ali, principalmente o milho”¹⁶⁶, esse milho era vendido “para o comerciante da linha, que vendia para fora pelo porto ou mesmo nas olhas linhas onde tinha colonos com porcos na engorda e sem milho suficiente”¹⁶⁷.

No entanto, quando o preço do grão enfraquecia, o pequeno produtor utilizava o grão na engorda do suíno, a máquina de produzir banha, embutidos e outros derivados de maior valor comercial, então “o grande ponto forte da colônia sempre foi esse jogo que nós fazíamos: como tínhamos vários produtos, nós vendíamos o que estava com o preço bom e consumíamos o que estava com o preço baixo. Se o porco estava com o preço baixo, vendíamos o milho e segurávamos o porco, se o porco estava com o preço alto, fazíamos o contrário”.¹⁶⁸

A dinâmica de vínculo entre o grão de milho e o suíno proporcionou ao pequeno produtor uma base econômica relativamente estável oriunda da sua policultura “como tínhamos vários produtos, nós vendíamos o que estava com o preço bom e segurávamos pra utilizar ali dentro o vender depois o que estava com o preço baixo”¹⁶⁹.

Nesse contexto, a localização da região colonial de Guaporé, bem como o estado das ligações entre ela e as regiões consumidoras, acabou por direcionar o pequeno produtor para a opção da criação do suíno, assim como pela fabricação de seus derivados, pois esses possuíam um maior valor agregado, compensando os valores de produção e, principalmente, de frete até os mercados consumidores.

Essa diligência resulta no desenvolvimento e incremento dos rebanhos suínos na região colonial guaporense, fornecendo a matéria prima necessária para o desenvolvimento das atividades agroindustriais de beneficiamento de gêneros de origem suína.

Quanto à raça dos rebanhos suínos, podemos destacar o piau, o pirapitinga e, em sua grande maioria, o suíno canastra, cujas características principais estavam em sua coloração, agressividade e alta produção de banha “os porcos eram pretos, da raça

¹⁶⁶ Luis De Bona, 77 anos, residente na atual linha 5º do município de Guaporé, onde é proprietário de 25 hectares de terra. Dedicou-se, as culturas de milho, soja, e principalmente a criação de suínos. (suinocultura em parceria com a COSUEL – Dália).

¹⁶⁷ Luis De Bona, entrevista citada.

¹⁶⁸ Sérgio Chitolina, 73 anos, residente na atual linha 7º do município de Guaporé. Proprietário de 30 hectares de terra, dedicou-se, principalmente, as culturas de milho, tabaco e criação de suínos. Hoje, arrenda suas terras devido à idade avançada e a migração de seus filhos para a área urbana de Guaporé.

¹⁶⁹ Sérgio Chitolina, entrevista citada.

canastra, porco tipo banha, muito brabos e selvagens, que não dava para serem criados presos porque pulavam cercas com mais de um metro de altura”.¹⁷⁰

Esses suínos da raça canastra eram criados de maneira extensiva, “o canastra era criado solto, em volta da casa, as porcas faziam seus ninhos pelo potreiro mesmo, e ali davam cria, era até perigoso chegar perto delas quando tinham ninhada, pois ficavam agressivas”¹⁷¹, sendo confinados apenas no período de engorda “quando completavam mais ou menos dois anos, nós levávamos esses porcos pro chiqueiro e deixávamos ele confinado, sendo alimentado com o sopão por quatro ou cinco meses, quando ganhava peso, chegando entre 150kg e 200kg, nós levávamos e vendíamos pro abate.”¹⁷² Junto ao canastra, foram cruzadas outras raças, principalmente o *duroc*, buscando aumentar a produtividade de banha dos suínos, o *duroc* “vermelho, que veio um pouco depois do porco preto canastra, mas era bom porque era rústico e engordava bastante, produzia bastante banha”¹⁷³ “nós cruzamos o canastra com o *duroc* e saiu um porco mestiço, bastante rústico, mas era um porco que dava certo com a maneira que nós criávamos na colônia, além de engordar rápido quando a gente trancava no chiqueirão e alimentava com o *beverão*”.¹⁷⁴ Da cruzada entre o suíno canastra e o *duroc* originou-se o típico suíno colonial guaporense, pois “essa cruzada deu um porco tipo banha muito bom pra gente vender, pois o que valia na época não era a carne, era a banha”.¹⁷⁵

No período de confinamento, esse suíno era alimentado com os gêneros agrícolas produzidos no lote colonial, principalmente “com bastante milho, mas também fazíamos o *beverão*, um sopão, que misturávamos o milho com outros produtos que tínhamos plantação ali na horta da casa”¹⁷⁶. A engorda do suíno por meio do sopão era facilitada pela produção diversificada do lote colonial, pois “esse sopão era a base de milho, mas misturávamos batata-doce, moranga, mandioca, abóbora, feijão e essas

¹⁷⁰ Antônio Basso, 66 anos, residente na atual linha 6º do município de Guaporé. Proprietário de 60 hectares de terra, onde dedica-se, principalmente, as culturas de milho, a criação de gado leiteiro e suínos (suinocultura em parceria com a COSUEL – Dália).

¹⁷¹ Alzir Milesi, 78 anos, reside atualmente na área urbana do município Guaporé. Antigo proprietário de 25 hectares de terra na linha 5º desde município, onde dedicava-se, principalmente, as culturas de milho, a criação de gado leiteiro e suínos. Vendeu suas terras devido a sua idade avançada e a falta de mão de obra para o trabalho na propriedade.

¹⁷² Alécio Agostinho Alba, 56 anos, residente na atual linha 2º do município de Guaporé, onde é proprietário de 75 hectares de terra. Dedicava-se, as culturas de milho, soja, e principalmente a criação de suínos. Também atua como presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guaporé.

¹⁷³ Antônio Basso, entrevista citada.

¹⁷⁴ Sérgio Chitolina, entrevista citada.

¹⁷⁵ Antônio Basso, entrevista citada.

¹⁷⁶ Sérgio Chitolina, entrevista citada.

coisas que cultivávamos na horta e que não conseguíamos dar conta de comer. Essas coisas também não adiantavam vender porque todo mundo plantava na colônia”.¹⁷⁷

A importância dos rebanhos na dinâmica econômica do município de Guaporé pode ser visualizada na Figura 26 que ilustra um lote colonial do interior do município de Guaporé. Ao analisar a foto, podemos destacar o rebanho suíno que se encontra ocupando a parte central da foto, em frente a casa e aos residentes dela, simbolizando a prosperidade alcançada pela família, além de apresentar o suíno preto canastra na sua criação extensiva.



Figura 26 – Criação de suínos na pequena propriedade colonial. Destaque para a criação de suínos.
Fonte: Museu do Município de Guaporé

Além disso, a importância do município de Guaporé como produtor de suínos pode ser visualizada no Quadro 4 que apresenta os dados relativos à criação de rebanhos suínos no Rio Grande do Sul no ano de 1920. Dentre os 13 principais criadores de suínos gaúchos que contabilizam cerca de 58,7% do total estadual - 1.764.540 suínos de um total 3.005.040 – o município de Guaporé aparece em primeiro lugar como o

¹⁷⁷ Sérgio Chitolina, entrevista citada.

principal criador de suínos do estado, contanto com 8,7% do total estadual, ou seja, cerca de 261.623 suínos.

Municípios gaúchos de maior população suína em 1920		
Municípios	População suína	% Total estadual
Guaporé	261.623	8,7
Lajeado	157.320	5,3
Monte Negro	154.886	5,2
Alfredo Chaves	151.091	5,0
Ijuí	138.860	4,6
Estrela	132.723	4,4
Santa Cruz	122.740	4,1
São Luiz Gonzaga	115.156	3,8
Passo Fundo	113.778	3,8
Erexim	111.261	3,7
São Sebastião do Caí	108.236	3,6
Encantado	99.394	3,3
Lagoa Vermelha	97.972	3,2
Total	1.764.540	58,7
Total estadual	3.005.040	100

Quadro 4 - Municípios gaúchos de maior população suína em 1920.

Fonte: FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *RS: economia & conflitos políticos na república velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. P. 49.

3.4 – A uva e a banha: especialização agroindustrial na região colonial italiana

Essa mesma dinâmica da agroindustrialização focada no beneficiamento dos gêneros agrícolas produzidos nas pequenas propriedades coloniais pode ser observada nos núcleos coloniais iniciais, porém, com o processo de produção e agroindustrialização de vinho de uva.

Não cabe neste momento adentrar nas questões ligadas à atividade agroindustrial vitivinicultora desenvolvida nos municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Caxias do Sul, mas devemos destacar que esse fator influenciou diretamente o processo de agroindustrialização guaporense.

A forte concorrência da produção viticultora das regiões de colonização inicial devido aos fatores do estabelecimento precedente dos parreirais, do início da produção de vinho artesanal e agroindustrializado, além de sua localização mais próxima dos centros consumidores e exportadores da capital do Estado, desestimularam o

desenvolvimento do ramo de atividade na região guaporense, levando o processo de agroindustrialização para outras partes, no caso, os produtos de origem suína, mantendo a produção de vinho basicamente artesanal e voltada para o abastecimento local.

A especialização em determinada área de produção agroindustrial pode ser visualizada quando comparadas às produções de vinho de uva e banha agroindustrializada dos municípios de origem colonial italiana na década de 1940, quando o processo de agroindustrialização encontrava-se instalado e desenvolvido.

O Quadro 5 apresenta os dados relativos a produção de vinho de uva nos municípios da região colonial italiana, assim como a produção total do Rio Grande do Sul. A análise inicia pelo fato de que a região de origem colonial italiana concentra cerca de 95% da produção total do estado. Dessa totalidade, com destaque para os municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Caxias do Sul que chegam a concentrar 75,71% da produção na região colonial italiana e 72,52% da produção total do estado, ao alcançar cifras totais de 14.019.372, 10.080.481 e 29.332.635 litros respectivamente em 1942.

Contudo, apesar de a produção de vinho de uva concentrar-se na região de colonização italiana, o município de Guaporé alcança, no máximo, um total de **1,38%** - cerca de 742.032 litros no ano de 1944 – no total da produção do estado, ao demonstrar, então, a predominância exercida pelos municípios originados dos núcleos de colonização inicial, conforme destacado acima, no âmbito agroindustrial da vitivinicultura.

Produção de vinho de uva na região italiana - 1942/46 (litros)			
Município	1942	1944	1946
Nova Prata	589.071	562.473	283.983
Veranópolis	764.254	545.019	436.300
Antônio Prado	963.687	1.088.759	443.000
Garibaldi	10.080.481	8.008.253	9.158.860
Bento Gonçalves	14.019.372	8.921.783	8.609.957
Encantado	555.260	452.600	299.343
Guaporé	744.542	742.032	630.200
Farroupilha	7.233.293	4.433.679	5.541.264
Caxias do Sul	29.332.635	19.756.408	24.351.673
Flores da Cunha	2.207.786	1.628.631	2.035.000
Erechim	2.289.832	2.808.889	1.007.585
Getúlio Vargas	968.132	1.088.933	1.292.200
Sarandi	261.800	239.999	58.678
Total da Região	70.566.993	50.607.367	54.477.943

Total do Estado	73.625.240	53.410.244	57.291.637
% da região no Estado	95,84%	94,75%	95,08%
% de Guaporé no Estado	1,01%	1,38%	1,09%

Quadro 5 - Produção de vinho de uva na região italiana – quantidade em litros – 1942 – 1946

Fonte: MEM DE SÁ. Aspectos econômicos da colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: *Álbum comemorativo...* Op. cit., p.94.

O Quadro 6 apresenta os dados relativos à produção de banha agroindustrializada nos municípios da região colonial italiana, assim como a produção total do Rio Grande do Sul. Com base nesses dados, podemos observar que a região de origem colonial italiana concentra cerca de 38,08% a 46,16% da produção total do estado entre os anos de 1940 a 1948.

Se no tocante a produção de vinho Guaporé figura como um dos menores produtores, não ultrapassando 1,38% da produção total do estado, no que tange a produção de banha agroindustrializada, o município ganha grande destaque.

Com produções sempre em ritmo crescente, Guaporé ultrapassa municípios de maior idade, população e capacidade agroindustrial, alcançando cifras de **11,51%** da produção total do estado. Com a produção alcançando 2.275.061kg de um total de 9.125.049kg da região colonial italiana e 19.764.491kg do estado, Guaporé fica atrás apenas dos municípios de Encantado e Erechim.

Produção de banha agroindustrializada na região italiana – 1940/48 (kilos)				
Discriminação Territorial	1940	1943	1946	1948
Nova Prata	429.087	393.950	326.692	1.408.073
Veranópolis	790.340	448.497	811.043	713.710
Antônio Prado	74.600	20.000	139.280	261.125
Garibaldi	-	-	-	-
Bento Gonçalves	36.000	60.000	62.323	82.601
Encantado	2.968.260	2.029.143	3.925.733	3.517.056
Guaporé	1.585.551	2.275.061	2.416.495	2.656.785
Farroupilha	53.500	21.756	-	-
Caxias do Sul	1.143.376	742.361	1.045.784	1.408.928
Flores da Cunha	-	-	-	-
Erechim	1.919.557	2.459.702	2.297.410	3.387.652
Getúlio Vargas	275.961	257.939	662.517	984.645
Sarandi	255.035	416.640	528.063	629.490
Total da Região	9.531.267	9.125.049	12.215.340	15.050.065
Total do Estado	25.025.495	19.764.491	29.730.887	38.419.431
% da região no Estado	38,08%	46,16%	41,08%	39,17%
% de Guaporé no Estado	6,33%	11,51%	8,12%	6,91%

Quadro 6 - Produção de banha agroindustrializada na região italiana – peso em quilos – 1940 – 1948.
Fonte: MEM DE SÁ. Aspectos econômicos da colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: *Álbum comemorativo...* Op. cit., p.93.

Esses dados apresentam fatores importantes. Primeiramente, como o predomínio das áreas de colonização inicial – Bento Gonçalves, Garibaldi e Caxias do Sul – desencorajou a agroindustrialização baseada na vitivinicultura na região colonial de Guaporé, ao desviar o processo de agroindustrialização para outros ramos, no caso, para a banha e derivados suínos, que contribuíram fundamentalmente para o desenvolvimento econômico e social do município de Guaporé.

O segundo ponto relevante apresentado pelas cifras, encontra-se na demonstração que as produções agroindustriais de vinho e banha delinearão como os verdadeiros fatores de inclusão da região colonial italiana na dinâmica econômica do Rio Grande do Sul. Com cerca de 95% da produção total de vinho e 46% da produção total de banha no Estado, esses produtos foram os principais canais de inserção dos imigrantes italianos e seus descendentes no circuito mercantil do estado, apresentando-se como fatores essenciais no desenvolvimento econômico e social.

A importância da agroindústria da banha e dos embutidos suínos também pode ser visualizada quando analisada a participação do charque e da banha no valor total das exportações do Rio Grande do Sul durante os anos de 1890 a 1930, as quatro décadas que compreendem o início da produção artesanal de banha na região colonial italiana até o apogeu das agroindústrias desse ramo.

Em 1890, o charque contribuía com mais de 30% do valor total das exportações do Rio Grande do Sul, enquanto a banha contribuía com aproximadamente 11%. Enquanto o charque enfrentou um franco processo de decadência na produção e exportação, a banha ascendeu como um dos principais gêneros de produção e comercialização do estado, ao contribuir de forma fundamental para a economia estadual. Em 1927, a banha ultrapassou pela primeira vez o charque nas cifras de exportação, alcançando 19,7% enquanto o charque participou com 17,8% do total das exportações. Através dos dados da produção e exportação de banha, podemos afirmar com convicção que a banha mostrou-se, juntamente com a vitivinicultura, como uma das atividades econômicas centrais das regiões da Serra, Planalto e Vale dos Sinos,

colaborando fundamentalmente para o desenvolvimento agroindustrial da região e integrando essas regiões de forma determinante e definitiva na economia estadual.

Participação do charque e da banha no valor total das exportações do Rio Grande do Sul					
Charque			Banha		
Ano	Valor	%	Ano	Valor	%
1890	5:223	30,3	1890	1:993	11,6
1895	8:266	19,9	1895	6:647	16,6
1900	15:002	30,0	1900	2:670	5,3
1906	19:311	29,2	1906	6:817	10,3
1911	24:387	30,0	1911	7:819	9,6
1916	28:366	31,1	1916	9:847	10,8
1919	47:130	21,9	1919	32:019	14,9
1923	59:845	19,2	1923	41:274	13,3
1927	73:980	17,8	1927	81:980	19,7

Quadro 7 - Participação do charque e da banha no valor total das exportações do Rio Grande Do Sul.

Fonte: PESAVENTO, Sandra Jatahy. RS: agropecuária colonial & industrialização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p.72.

Por fim, no que tange a exportação do município de Guaporé, as cifras municipais delineiam o caráter fundamentalmente agrícola da economia guaporense entre os anos de 1912 até 1938, pois entre os principais gêneros de exportação temos a farinha de trigo, carne de porco, feijão, salame (inclui-se aqui os embutidos como presunto e copas), milho, ovos, aguardente e licores, queijo e barbaquá. A partir de meados de 1920, podemos observar um incremento da participação de produtos de origem agroindustrial, principalmente no tocante a banha e aos couros curtidos produzidos pelos empreendimentos anteriormente analisados.

Nos primeiros anos da década de 1920, as cifras de exportação de banha giravam em torno de uma tonelada e meia de banha exportada, enquanto nos últimos anos da década de 1920 e nos anos de 1930 essa cifra cresceu chegando perto de cinco toneladas anuais de banha agroindustrializada exportada. No tocante a produção de couros curtidos, o incremento na produção apresenta um ritmo de desenvolvimento ainda maior, partindo de alguns milhares nos últimos anos da década de 1910 para mais de 200 mil nos últimos anos da década de 1920, chegando a cifras de mais de 400 mil peles curtidas nos últimos anos da década de 1930.

Esses números apresentam o início do funcionamento dos empreendimentos agroindustriais a partir do final da década de 1910. Além de delinear a importância dos

gêneros produzidos por esses empreendimentos na pauta de exportação do município e a importância das agroindústrias no desenvolvimento econômico e social regional.

Exportação do Município de Guaporé 1912 – 1938								
Ano	Banha Kg	Couro Unidade	Salame Kg	Farinha de Trigo Kg	Carne de Porco Kg	Milho Kg	Queijo Unidades	Barbaquá Kg
1912	1.488.904	50	4.327	2.091	48.369	13.215	16.910	294.325
1914	1.270.521	17	5.850	-	172.080	11.644	18.530	85.710
1915	1.527.736	29	4.910	4.910	20.711	5.864	14.650	177.900
1916	857.795	-	6.650	6.650	11.330	7.014	28.329	112.980
1917	1.532.666	6.349	7.862	75.751	34.732	23.276	114.155	45.196
1918	1.786.402	10.786	8.230	11.124	175.563	20.322	31.520	25.347
1924	1.879.621	34.083	208.540	14.986	11.860	14.051	57.420	330.045
1926	2.148.396	35.742	108.549	70.488	8.340	10.843	67.473	
1927	1.787.472	59.442	249.963	-	-	-	76.349	201.225
1929	3.694.840	245.126	-	30.450	10.100	150	-	802.500
1933	2.581.000	198.000	270.000	44.760	23.460	26.700	47.000	945.000
1938	4.650.000	417.750	350.000	3.510.000	350.000	--	72.020	750.000

Quadro 8 - Exportação do município de Guaporé 1912 – 1938.

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé, Relatório das Intendências Municipais 1912 - 1925, Intendente Agilberto Maia. Arquivo Histórico do Município de Guaporé, Relatório das Intendências Municipais 1925 - 1932, Intendente Manoel Francisco Guerreiro.

3.5 – A fusão entre o capital comercial e conhecimento técnico nos empreendimentos agroindustriais

As cifras apresentadas anteriormente justificam a escolha dos empreendimentos ligados ao beneficiamento da matéria-prima de origem suína para a análise do desenvolvimento agroindustrial do município de Guaporé.

Então, no presente momento, passamos a delinear forças que concorreram para o desenvolvimento agroindustrial guaporense através do prisma dos empreendimentos Soccol, Seganfredo & Cia., Antonio Fonini & Cia. E Franciosi, Nardi & Cia., Rizzo &

Cia. E Cortume Guaporense, Da Firma Corbetta, Termignoni & Cia., empreendimentos que foram eleitos para a análise devido aos fatores: quantidade de capital investido, tecnologia empregada, número de funcionários, quantidade de produção e, principalmente, pelas rupturas e reorganizações promovidas por esses fatores nos âmbitos das relações econômicas e sociais no município de Guaporé.

A importância dos empreendimentos pode ser amplamente verificada quando analisado os Relatórios da Intendência Municipal de Guaporé a partir do ano de 1925:

Quero referir-me ás nossas industrias que, a despeito das enormes dificuldades de transporte de que se recente o município – único obstáculo que embaraça seriamente o nosso progresso – florescem admiravelmente.

Entre as principaes empresas, é de justiça citar o importante CORTUME GUAPORENSE, da FIRMA CORBETTA, TERMIGNONI & CIA. e a refinaria de banha dos Snrs. RIZZO & CIA., ambas situadas nesta Villa e dotadas de machinas modernas e aperfeiçoadas.

O primeiro que trabalha quasi que exclusivamente com couro de porco, preparou e exportou, no anno findo, para as praças de S. Paulo, Rio de Janeiro e norte do paiz, 82.000 peles.

O producto é trabalhado com esmero, por cuja razão gosa de reputação.

A refinaria de banha que desde Junho do anno findo estava inactiva, por ter sido seu edificio, devorado por violento incêndio, recomeçou seus trabalhos em Fevereiro findo, tendo até 31 de outubro transacto exportado 12.953 caixas de 54 kilos ou sejam 699.462 kilos.¹⁷⁸

Ao iniciar, o relatório apresenta os empreendimentos Rizzo & Cia. E Corbetta, Termignoni & Cia. localizados na sede do município, destacando a quantidade da produção de banha agroindustrializada (12.953 caixas de 54 kilos - 699.462 kilos) e couros curtidos (82.000 peles) durante o ano de 1924, demonstrando a ligação entre a produção colonial e agroindustrial, a dinâmica entre o abate de suínos, a fabricação de banha e embutidos e a curtição de couros suínos. Ilustra também a ligação da produção local com os mercados consumidores de São Paulo, Rio de Janeiro e região norte, ou seja, a vinculação da economia local com os mercados nacionais, além de mencionar a utilização de tecnologia e maquinários na organização da produção, questões que serão consideradas em pormenores posteriormente.

¹⁷⁸ Arquivo Histórico do Município de Guaporé, Relatório das Intendências Municipais 1925, Intendente Agilberto Maia.

O relatório inicia com os empreendimentos Corbetta, Termignoni & Cia. E Rizzo & Cia. localizados na sede do município, destacando a quantidade da produção de banha agroindustrializada (12.953 caixas de 54 kilos - 699.462 kilos) e couros curtidos (82.000 peles) durante o ano de 1924, a ligação da produção com os mercados consumidores de São Paulo, Rio de Janeiro e região norte, ou seja, a vinculação da economia local com os mercados nacionais, além da utilização de tecnologia e maquinários na organização da produção, questões que serão consideradas em pormenores posteriormente.

O relatório segue ao destacar que os empreendimentos Soccol, Seganfredo & Cia. localizado no 5.º distrito de Dois Lajeados, Antonio Fonini & Cia. no 6.º distrito de Borges de Medeiros e Franciosi, Nardi & Cia. no 8.º distrito Serafina Corrêa, todos instalados no interior do município, dotados de câmaras frigoríficas e exportando suas produções para os mercados de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

No interior do município, isto é, nos povoados Dois Lajeados, Borges de Medeiros e Serafina Corrêa, séde dos 5.º, 6.º e 8.º districtos respectivamente, funcionam três fabricas de salame e presunto, pertencentes às firmas SOCCOL, SEGANFREDO & CIA., ANTONIO FONINI & CIA. e FRANCIOSI, NARDI & CIA.

Esses estabelecimentos que fazem honra ao nosso município e que concorrem grandemente para o nosso progresso, são dotados de frigoríficos e os seus productos são consumidos em S. Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre.¹⁷⁹

Como pode ser observado nos Relatórios da Intendência, é de fácil identificação as principais agroindústrias desenvolvidas nesse período no município de Guaporé, pois segue no relatório de 1925, informações quanto ao número de porcos abatidos e a produção de salames, presuntos, copas, lombos e, principalmente, banha agroindustrializada:

No anno findo, o movimento desses frigoríficos foi o seguinte:

Soccol, Seganfredo & CIA.

Porcos abatidos: 5.320

Salame fabricado – kilos: 39.656

Presunto fabricado – kilos: 35.308

¹⁷⁹ Arquivo Histórico do Município de Guaporé, Relatório das Intendências Municipais 1925, Intendente Agilberto Maia.

Copas e lombos – kilos: 12.713
 Banha – kilos: 160.000

Antonio Fonini & CIA.

Porcos abatidos: 2.108
 Salame fabricado – kilos: 9.352
 Presunto fabricado – kilos: 2.847
 Banha – kilos: 60.847

Franciosi, Nardi & CIA.

Porcos abatidos: 3.908
 Salame fabricado – kilos: 35.095
 Presunto fabricado – kilos: 25.750
 Banha – kilos: 94.685¹⁸⁰

A importância econômica dos referidos empreendimentos pode ser observada quando analisada as cifras da produção e exportação pois, mesmo considerando a possibilidade de ligeiras alterações devido a dificuldade na contabilização dos dígitos das fabricações, o abate total de porcos ultrapassa o número de 11 mil cabeças, a produção de salame ultrapassa 84 mil quilos, presunto ultrapassa 63 mil quilos e a banha ultrapassa 315 mil quilos. A especificação desses dígitos, além de apresentar em dados a importância no âmbito da quantidade de produção, a própria especificação dos dados no Relatório da Intendência demonstra a importância dos empreendimentos na economia do município.

Além disso, se analisarmos as cifras ligadas à quantidade de porcos abatidos e compararmos com a quantidade média da produção de suínos por lote colonial da época, temos mais de 10.000 porcos abatidos em 1924, em conferição com uma média de 20 a 40 suínos engordados por lote colonial, temos em torno de 250 a 500 propriedades coloniais atreladas a essas agroindústrias.

No âmbito da organização da produção, a presença de câmaras frigoríficas para a conservação da banha, da carne e dos embutidos de origem suína ilustra a utilização de tecnologia, maquinários e energia elétrica na produção agroindustrial, além de indicar o tamanho e a quantidade de capital empregado nos empreendimentos.

As referências contidas no relatório de 1925 ainda delineiam a ligação desses empreendimentos, localizados nos distritos do interior do município, com os mercados, tanto da capital quanto do centro do país, apesar da dificuldade de escoamento da

¹⁸⁰ Arquivo Histórico do Município de Guaporé, Relatório das Intendências Municipais 1925, Intendente Agilberto Maia.

produção pela estrada Borges de Medeiros que ligava ao porto de Muçum e Lajeado, assim como seguia na direção contrária a Passo Fundo e as ligações ferroviárias.

Após delinear a importância dos fatores relativos ao contexto econômico municipal, as ligações entre a produção local com os mercados consumidores da capital e do centro do país, assim como apresentar agroindústrias selecionados para a análise e os porquês dessa seleção, adentramos nas questões ligadas a análise e compreensão das forças que concorreram para a fundação e desenvolvimento desses empreendimentos, para então seguirmos nos temas ligados às rupturas, permanências e combinações ocasionadas pelo processo de desenvolvimento agroindustrial no âmbito das relações de trabalho, organização das estruturas produtivas, interações apresentadas entre capital, tecnologia e relações de trabalho e desenvolvimento municipal.

O presente momento inicia com a reconstrução do processo de fundação e desenvolvimento das agroindústrias localizadas no interior dos distritos guaporenses, Antônio Fonini & Cia., Franciosi, Nardi & Cia., Soccol, Seganfredo & Cia., para então seguir com a análise das forças que concorreram para esse processo.

Antônio Fonini & Cia.

Antônio Fonini nasceu em 18/03/1880 em Vicenza, chegou em 1883, de família pobre. Depois de anos de trabalho, recebeu um animal, em cujo lombo se transferiu de Garibaldi para Guaporé. Economizando, abre uma casa comercial, dedicando-se ao ramo dos tecidos, mercearia e artigos diversos. Em 1917 fundou o Frigorífico Fonini e chamou Armando Cenedera, sargento da Guerra Mundial que, como contador, lhe prestou relevante cooperação. A fábrica de Fonini, inaugurada em 1918 com um capital de social de 250 contos, produz banha, salames, presuntos e congêneres. A produção anual é de 150 mil quilos de banha, 60 mil salames, 50 mil presuntos. Exporta para todo o Brasil.¹⁸¹

O empreendimento Antônio Fonini & Cia. fundado em 1918, apresenta-se como o primeiro empreendimento com características agroindustriais da região colonial guaporense. Tendo como seu fundador Antônio Fonini, esse imigra para Garibaldi, seguindo depois para Guaporé, onde estabelece uma casa comercial. Fonini ilustra a principal característica da dinâmica do povoamento da Colônia de Guaporé, ou seja, o

¹⁸¹ COSTA, Rovílio. *Povoadores das Colônias*: Alfredo Chaves, Guaporé e Encantado. Porto Alegre: EST Edições, 1997, p.234.

povoamento da colônia com fluxos populacionais compostos de imigrantes italianos e descendentes oriundos dos núcleos coloniais iniciais.

Antônio Fonini, através de seu empreendimento comercial, acumula o capital necessário para a fundação do frigorífico Antônio Fonini & Cia. Para a administração do empreendimento, Fonini contava com o trabalho de Armando Cenedera, que servira como Sargento no exército italiano e imigrou em busca de oportunidades de trabalho no ramo administrativo, onde contava com conhecimentos técnicos. Cenedera delinea as características de um emigrado de caráter diferenciado do que viera para tornar-se proprietário de terra e dedicar-se aos trabalhos agrícolas, pois emigrar dotado de conhecimentos técnicos e habilidades específicas, com o objetivo de se dedicar a atividades administrativas e não agrícolas.

O empreendimento Antônio Fonini & Cia. iniciara suas atividades com um capital de 250 contos, dedicando a fabricação de banha, salames, presuntos e embutidos suínos, gêneros que eram comercializados principalmente em Porto Alegre e São Paulo¹⁸², demonstrando a ligação da produção local com os mercados estaduais e nacional.

Franciosi, Nardi & Cia.

Integram a sociedade: Giuseppe Franciosi nascido em 1868, veio para a Linha há 35 anos, estabelecendo-se com casa de negócio. Eugênio Nardi veio para Caxias em 1889, por diversos anos arrematou serviços nas estradas. Há 25 anos montou na Linha 11 uma casa de negócios. Pietro Zambenedetti nasceu em 1870, chegou em 1878, trabalhou na agricultura, estudou e dirigiu uma escola no Estado, hoje é subagente do Banco Pelotense. Dante Crivelli nasceu em 1888, chegou com 25 anos, montou uma queijaria especializada em parmesão, vive na Linha 11 com sua família. Oreste Assoni, imigrado jovem, dedicou-se a indústria de madeira.

A direção da empresa e a produção industrial estão entregues ao Sr. Andrea Sampieto e a contabilidade a Vittorio Zambenedetti, capataz rural, formado na Escola de Engenharia de Porto Alegre. A gerência cabe a Dante Crivelli e a direção é composta pelos Srs. Giuseppe Franciosi, Pietro Zambenedetti e Eugênio Nardi.

¹⁸² Arquivo Histórico do Município de Guaporé, Relatório das Intendências Municipais 1912 - 1925, Intendente Agilberto Maia. Arquivo Histórico do Município de Guaporé, Relatório das Intendências Municipais 1925 - 1932, Intendente Manoel Francisco Guerreiro.

O capital inicial foi de 200 contos. A produção é comercializada em todo o Brasil. São vendidos 140 mil quilos de salame e 30 mil quilos de presuntos. Tem 40 operários e 5 empregados.¹⁸³

O empreendimento Franciosi, Nardi & Cia, contava com um número maior de sócios, sendo eles Giuseppe Franciosi imigrante que se estabelecera na linha 11, posterior distrito de Serafina Correa do município de Guaporé, onde dedicou-se às atividades comerciais estabelecendo uma casa de comércio. Situação semelhante ocorreu com Eugênio Nardi, que imigrara para Caxias do Sul e depois estabelecera-se em Serafina Correa com uma casa comercial. Cabe destacar que Franciosi também representa o processo de ocupação da Colônia de Guaporé através da dinâmica da migração de italianos e descendentes dos núcleos coloniais iniciais.

Cabe o destaque para Pietro Zambenedetti e Dante Crivelli que apresentavam um caráter diferenciado do imigrante que se deslocara para dedicar-se aos trabalhos agrícolas, pois eles detinham conhecimentos técnicos na área da administração e na fabricação de queijo, tornando-se sócios do empreendimento agroindustrial.

O empreendimento Franciosi, Nardi & Cia contava com um capital de 200 contos para o início de suas atividades, dedicando à fabricação de banha, salames, presuntos e embutidos suínos, gêneros que eram comercializados principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro¹⁸⁴, delineando a fundamental ligação entre a produção guaporense com os mercados estadual e federal.

Soccol, Seganfredo & Cia.

Em 1920, Dal Magro, Grando & Cia. Instalou o Frigorífico Sulino que, de imediato, teve grande desenvolvimento. Em 1924, passou à propriedade de Soccol, Seganfredo & Cia.. A nova direção voltou-se a ampliação do frigorífico, meta que atingiu em 18 meses. Adquiriu moderno maquinário. O frigorífico localiza-se em Dois Lajeados. Abate sete mil cabeças suínas para fabricação de copas, salames, lombos e carnes defumadas. Adquire matéria prima local.

Produção: copas e lombos, 16 mil quilos; presuntos diversos, 45 mil quilos; salames diversos, 50 mil quilos; toucinho e bacons, 5 mil quilos; banha, 140 mil quilos anuais. Mercados principais de consumo: Rio de Janeiro e São Paulo.

¹⁸³ COSTA, Rovílio. Op. cit., p.235.

¹⁸⁴ Arquivo Histórico do Município de Guaporé, Relatório das Intendências Municipais 1912 - 1925, Intendente Agilberto Maia. Arquivo Histórico do Município de Guaporé, Relatório das Intendências Municipais 1925 - 1932, Intendente Manoel Francisco Guerreiro.

A empresa tem os seguintes sócios: Antônio Costella, de Udine, chegado ao Brasil em 1890; Battista Ortolan, de Udine, chegado no Brasil em 1890; Giacomo Grando, de Belluno, chegado em 1890; Giuseppe Brandalise, de Vicenza, chegado em 1890; Cirilo Ceganfredo, de Vicenza, chegado em 1897; Ângelo Bianchini, aqui nascido, filho de Luigi, de Vicenza; Paulo Gregol, aqui nascido, filho de Paolo, de Treviso.

A gerência interna cabe a Pietro Soccol. Administra o estabelecimento Cirilo Seganfredo, seu gerente comercial e chefe de contabilidade. O capital investido é de 450 contos. Trabalham no frigorífico 40 operários e 3 empregados, além dos sócios da empresa. Os produtos tem a marca Condor.¹⁸⁵

O empreendimento Soccol, Seganfredo & Cia. contava com um grande número de sócios dedicados à atividades diversificadas, entretanto seu fundador, Pietro Soccol, emigrara quando criança de Vicenza para Bento Gonçalves, vindo a estabelecer-se no distrito de Dois Lajeados, onde dedicara-se à atividades comerciais de grãos. Em 1924, associado a empreendedores locais, estabeleceu seu frigorífico. Soccol novamente apresentou a dinâmica do povoamento de Guaporé com imigrantes oriundos dos núcleos coloniais iniciais. O empreendimento Soccol, Seganfredo & Cia. contava com um capital de 450 contos para o início de suas atividades devido a grande quantidade de sócios, dedicando-se a fabricação de banha, salames, presuntos e toucinho, comercializando sua produção em Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro.¹⁸⁶

O frigorífico Soccol, Seganfredo & Cia. apresentou peculiaridade no âmbito da sua fundação, pois contou com ampla quantidade de sócios secundários que demonstraram a participação direta da pequena propriedade colonial na fundação do empreendimento. Esses sócios oriundos do âmbito agrícola retiraram seu capital do acúmulo realizado na pequena propriedade colonial, fator que explica a grande quantidade e a pequena participação dos sócios no processo de fundação do frigorífico.

Quanto ao processo maior que dirigiu a fundação e o desenvolvimento desses empreendimentos, vemos a associação entre o capital e o conhecimento técnico fomentando o processo de desenvolvimento agroindustrial guaporense.

No tocante a acumulação de capital necessária para o desenvolvimento agroindustrial guaporense, conforme apresentado no momento anterior, observamos que

¹⁸⁵ COSTA, Rovílio. Op. cit., p.236.

¹⁸⁶ Arquivo Histórico do Município de Guaporé, Relatório das Intendências Municipais 1912 - 1925, Intendente Agilberto Maia. Arquivo Histórico do Município de Guaporé, Relatório das Intendências Municipais 1925 - 1932, Intendente Manoel Francisco Guerreiro.

este processo de acumulação não ocorre com imigrante colonizador da pequena propriedade, já que, mesmo evitando o processo de “acaboclamento” e inserido-se obrigatoriamente no circuito comercial, devido ao tamanho limitado da propriedade e da produção, o capital acumulado pela comercialização de seus gêneros agrícolas era restrito a pequenas quantidades, suficientes para saldar a sua dívida colonial, pagar os seus impostos, adquirir seus implementos agrícolas e, quando muito, propiciar a expansão vertical de seu lote colonial, mas ainda insuficiente para o financiamento do desenvolvimento agroindustrial.

O sistema de pequena propriedade utilizado no processo de colonização impedia o imigrante agricultor de participar diretamente do desenvolvimento do empreendimento agroindustrial, já que esse sistema apresentava limitações devido ao tamanho e produção reduzidos, impedindo o pequeno proprietário de adquirir o capital necessário para o investimento no empreendimento agroindustrial.

Nesse contexto, o acúmulo de capital necessário para o desenvolvimento agroindustrial não ocorre no âmbito da produção, mas no campo comercial, com a figura do comerciante e da casa de comércio.

Ao funcionar como elo entre a esfera produtiva da pequena propriedade rural e o mercado comercial da capital Porto Alegre, centro consumidor e ponto de envio dessa produção para o resto do Estado e País, o comerciante e a casa comercial atuavam e lucravam em três ações e momentos distintos: os comerciantes e as casas comerciais detinham grande parcela da riqueza produzida no circuito produtivo/comercial colonial no momento em que adquiriam a produção colonial a preço baixo, realizando o armazenamento e o transporte até o porto de escoamento ou centro consumidor, vendendo então a altos preços. Adquirindo ali os gêneros que não eram capazes de serem produzidos nos lotes coloniais, vendendo esses aos colonos com alto preço. Além dessa dinâmica, a casa de comércio funcionava como pequeno agente financeiro, ao proporcionar crédito ao pequeno produtor para adquirir os implementos necessários para a sua produção agrícola e subsistência, cobrando sobre ele o crédito sob altas porcentagens de juros, valor que era posteriormente debitado e abatido dos lucros provenientes da comercialização dos gêneros agrícolas produzidos pelo agricultor.

O comerciante e a casa de comércio lucravam sobre a comercialização da produção agrícola do pequeno produtor com o armazenamento e frete da produção,

sobre a venda dos implementos agrícolas e gêneros de subsistência para esses e, por fim, funcionando como casa financeira.

O comerciante efetuava um considerável acúmulo de capital, pois exercia praticamente monopólio do distrito ou da linha onde se encontrava instalado devido ao isolamento imposto às propriedades rurais produtoras por sua localização no interior das linhas e pelas péssimas vias de acesso, além da dificuldade em adquirir meios de transporte para o escoamento da produção. Todavia, a dinâmica que mais contribuiu para o processo de acúmulo de capital encontra-se no fato de que o comerciante mostrava-se capaz de explorar a armazenagem e o frete sobre o excedente comercial de um grande número de pequenas propriedades rurais, ao romper a barreira do pequeno produtor que acumulava apenas o lucro oriundo de uma pequena propriedade rural.

Então, dotado desse capital, inúmeras vezes o comerciante diversificava sua aplicação com o desenvolvimento de atividades agroindustriais, como matadouros, fábricas de derivados de suínos, vinícolas, moinhos, entre outras atividades de mesma origem.

Essa dinâmica pode ser verificada na análise dos três empreendimentos agroindustriais apresentados anteriormente, pois Antônio Fonini fundador do frigorífico *Antônio Fonini & Cia.*, Giuseppe Franciosi e Eugênio Nardi do frigorífico *Franciosi, Nardi & Cia.* e Pietro Soccol do frigorífico *Soccol, Seganfredo & Cia.* dedicaram-se às atividades comerciais antes do desenvolvimento de seus empreendimentos agroindustriais, conforme a teoria apresentada anteriormente.

Antônio Fonini, oriundo de Vicenza na Itália, imigra para Garibaldi, depois para Guaporé onde fundou uma casa comercial no ramo dos tecidos, mercearia e artigos diversos. O mesmo ocorreu com Giuseppe Franciosi e Eugênio Nardi, que se dedicaram a casas de comércio e a serviços de frete com o transporte dos gêneros agrícolas entre as pequenas propriedades coloniais, as casas de comércio e o porto de Muçum ou os mercados consumidores das regiões de colonização inicial. A mesma dinâmica é observada com Pietro Soccol, comerciante de grãos no distrito de Dois Lajeados, ao ingressar, posteriormente, na sociedade do Frigorífico Sulino.

Outro fator que se apresenta fundamental para a compreensão do processo de agroindustrialização guaporense reside na associação entre o capital comercial e o imigrante dotado de conhecimentos técnicos agroindustriais.

Para o processo de desenvolvimento agroindustrial observamos a associação entre o comerciante, que detém o capital necessário para a construção e implantação física do empreendimento agroindustrial, e o imigrante, dotado dos conhecimentos técnicos sobre a administração e o processo de produção da agroindústria em questão. Nesse ponto, devemos ressaltar o caráter diferenciado do imigrante que não se dedicava a produção agrícola colonial, todavia emigrara com conhecimentos especializados trazidos na bagagem de sua pátria natal para trabalhar em atividades administrativas, técnicas ou instrutivas. As agroindústrias em análise desenvolveram-se sobre a base de associação entre o comerciante e o imigrante dotado dos conhecimentos técnicos.

Essa dinâmica do processo de desenvolvimento da agroindustrialização pode ser amplamente ilustrada nos casos em análise. Como podemos constatar, a maioria dos empreendimentos contam com um imigrante dotado de conhecimentos técnicos necessários para a fundação e o desenvolvimento das atividades agroindustriais. É o caso de Armando Cenedera, responsável pela administração do frigorífico Antônio Fonini & Cia., de Pietro Zambenedetti responsável pela administração do frigorífico Franciosi, Nardi & Cia. e Dante Crivelli encarregado da produção do mesmo frigorífico. Porém, entre os sócios do frigorífico Soccol, Seganfredo & Cia, Antônio Costella, Battista Ortolan, Giacomo Grando, Giuseppe Brandalise, Cirilo Seganfredo, Ângelo Bianchini, Paulo Gregol, do Soccol, Seganfredo & Cia. não foram encontradas referências sobre os conhecimentos técnicos desses sócios.

Armando Cenedera atuava como administrador e contador do empreendimento Antônio Fonini & Cia., assim como Pietro Zambenedetti, que trabalhara como diretor de uma escola e no Banco Pelotense, e Oreste Assoni, que trabalhara no ramo industrial da madeira, que administravam o empreendimento Franciosi, Nardi & Cia., e Dante Crivelli que imigrara com conhecimentos na área de fabricação de queijos e outros produtos frios.

É permitido então, classificar Guaporé nesse período, como uma cidade agroindustrial, pois apesar de manter a região rural como principal motor econômico, observamos o desenvolvimento das agroindústrias que promoveram o desenvolvimento econômico do município. Contudo, baseado na apresentação dos três casos anteriormente analisados, podemos caracterizá-las como agroindústrias rurais, pois apresentam algumas características fundamentais que as tornam singulares: suas atividades agroindustriais essencialmente ligadas à produção de banha

agroindustrializada e derivados de suínos, a localização no interior dos distritos municipais e, por fim, sua importância para o desenvolvimento desses mesmos distritos.

Os três empreendimentos analisados, além de terem sua fundação e desenvolvimento anterior aos empreendimentos citadinos, apresentam como seu principal gênero de produção a banha agroindustrializada, seguido pelos embutidos de origem suína, principalmente salame e, em menor quantidade, presunto, copas, lombos e toucinho. Quanto à localização, os três casos analisados apresentam-se espalhados pelos distritos do interior do município, mas especificamente Dois Lajeados, sede do 5.º distrito com Soccol, Seganfredo & Cia., Borges de Medeiros, sede do 6.º distrito com Antônio Fonini & Cia. e Serafina Corrêa, sede do 8.º distrito com Franciosi, Nardi & Cia.. A questão da localização está diretamente ligada ao desenvolvimento apresentado pelos distritos do interior do município. Esses empreendimentos fomentaram o desenvolvimento das áreas rurais e dos distritos, pois utilizavam como operários a mão de obra local, muitos dos quais não eram absorvidos devido à reduzida disponibilidade de trabalho nas pequenas propriedades rurais, ou que se dedicavam ao trabalho agrícola em turno alterado ou apenas nas temporadas de safra, gerando uma renda extra para os pequenos agricultores. Além disso, quando aos processos mais peculiares de administração e produção, funcionários e técnicos especializados oriundos da capital ou das regiões de colonização anterior, gerando um processo de urbanização e desenvolvimento de comércio e prestação de serviços. A matéria-prima, adquirida nas pequenas propriedades rurais locais, desenvolvia um mercado local para os rebanhos suínos, fomentava a produção agrícola e o desenvolvimento agrícola.

Temos então que, todos esses fatores que caracterizaram as agroindústrias rurais, inicialmente contribuíram para o desenvolvimento econômico do município de Guaporé. Entretanto, com o desenvolvimento dos distritos onde se localizavam essas agroindústrias, observamos uma sequência de emancipações, ocasionando a fragmentação do território municipal, a perda de sua base rural e uma posterior decadência econômica.

Em conjunto às agroindústrias rurais, observamos o desenvolvimento das agroindústrias urbanas, apresentando características distintas, mas sem alterar sua dinâmica básica de instalação e desenvolvimento. Temos como principais representantes das agroindústrias urbanas os empreendimentos Rizzo & Cia. e o Curtume Corbetta, Termignoni & Cia.

Rizzo & Cia.

Em 1919, Alexandre Rizzo, tendo como sócios os irmãos João e Guilherme, nascidos em Caxias, filhos de Arcangelo Rizzo, nascido em Belluno em 1852; Alberto Murassuti, nascido em Udine em 1848 e Eugênio Nardi, nascido em Mantova em 1877, fundavam a Rizzo & Cia., com capital de 100 contos, com os vários sócios, que depois se retiraram, ficando só os acima citados. Em 1924, as instalações, uma velha, porém cômoda casa de madeira foi destruída por um incêndio. Em seu lugar foram erguidas outras em alvenaria. Nesse ano, o capital social subiu a 500 contos, tendo como gerente de fábrica Alberto Morassuti, com 4 subordinados e 40 operários.

A empresa produz 30.000 caixas de banha industrializada, isto é, 1.580.000 kilos. A banha é produzida com o máximo de higiene e vendida em todo o Brasil.¹⁸⁷

Quanto ao processo de implantação e desenvolvimento, ambos os empreendimentos seguem a dinâmica apresentada anteriormente, baseada na associação entre o comerciante, que detém o capital necessário para a construção e implantação do empreendimento agroindustrial, e o imigrante, dotado dos conhecimentos técnicos sobre a administração e o processo de produção da agroindústria em questão: o frigorífico Rizzo & Cia., contava como principais sócios fundadores os irmãos João e Guilherme Rizzo, que dedicavam-se à atividades comerciais na antiga colônia e atual município de Caxias do Sul, e Eugênio Nardi, que já era sócio do frigorífico Franciosi, Nardi & Cia.. O empreendimento iniciou suas atividades com um capital de 100 contos e, após um incêndio que destruiu suas antigas instalações, com suas novas instalações somou seu capital para a cifra de 500 contos. Quanto à produção e a comercialização, em semelhança com as agroindústrias rurais, o frigorífico Franciosi, Nardi & Cia. se dedicava principalmente a fabricação de banha agroindustrializada, seguido de produtos de origem suína – salame, presunto e copas – e exportando esses para os mercados consumidores da capital do estado e para a região sudeste, em especial, São Paulo e Rio de Janeiro.¹⁸⁸

Quando analisado o empreendimento Corbetta, Termignoni & Cia, Curtume Guaporense, a participação fundamental do imigrante dotado dos conhecimentos técnicos ilustra-se de forma ainda mais explícita. Carlos Termignoni nascera em

¹⁸⁷ COSTA, Rovílio. Op. cit., p.236.

¹⁸⁸ Arquivo Histórico do Município de Guaporé, Relatório das Intendências Municipais 1912 - 1925, Intendente Agilberto Maia. Arquivo Histórico do Município de Guaporé, Relatório das Intendências Municipais 1925 - 1932, Intendente Manoel Francisco Guerreiro.

Alessandria, Piemonte, na Itália, onde formou-se no Instituto Industrial de Zootecnia e Laticínios em Reggio Emílio, vindo então a dirigir uma agroindústria de laticínios no Vêneto. Em 1912 emigrara para o Brasil após ser contratado para lecionar sobre Zootecnia e fabricação de laticínios do Instituto de Agronomia e Veterinária Borges de Medeiros, em Porto Alegre, e também lecionar no Posto Zootécnico de Viamão.

Após quatro anos lecionando, Termignoni passou a dedicar-se às atividades agroindustriais, deslocando-se para Guaporé, onde estava seu colega de escola em Reggio Emílio, Silvio Corbetta. Em sociedade, Termignoni e Corbetta fundaram um empreendimento de fabricação de laticínios, utilizando a matéria-prima local e exportando para o centro do país através da linha férrea instalada em Passo Fundo.

Devido aos seus conhecimentos administrativos e técnicos, desenvolveu a agroindústria suína da região guaporense, auxiliando na fundação dos frigoríficos Soccol, Seganfredo & Cia. em Dois Lajeados no ano de 1921 e Franciosi, Nardi & Cia. em Serafina Corrêa no ano de 1922, ambos analisados anteriormente.

Após o empreendimento de laticínios, analisando o contexto econômico local e regional, com auxílio de Guido Mombelli, amigo que trabalhava com curtição de couros, passou a se dedicar pela atividade da curtição de couro, fundando o Curtume Guaporense sob a razão de Corbetta & Termignoni em 1919. Posteriormente, ao destacar-se economicamente no estado, estabeleceu relação com o Curtume Caxiense, e assim formou o empreendimento Curtume Corbetta, Termignoni & Cia.

Curtume Corbetta, Termignoni & Cia.

Fundado por Carlos Termignoni, piemontês, e Silvio Corbetta, lígure, dedica-se particularmente a curtição de peles de porco.

Corbetta, em 1910, foi convidado a deixar uma leiteria em Borghetto para iniciar a fabricação de queijos de tipo parmesão; Termignoni foi contratado pelo Instituto Borges de Medeiros, do Estado, para lecionar caseicultura, isto é, fabricação de queijos. Após alguns anos, deixou o posto para dedicar-se ao comércio. Formando uma sociedade, ambos se dedicaram ao comércio de queijos e produtos suínos. Abriram um depósito em Porto Alegre e compraram diversas leiterias em Guaporé para a produção. A empresa denominou-se Corbetta e Termignoni e, em 1919, com a entrada do novo sócio, passou a ser Corbetta, Termignoni & Cia.. Em 1920, depois de estudar a realidade local, nasceu o Curtume Guaporense.¹⁸⁹

¹⁸⁹ COSTA, Rovílio. Op. cit., p.237.

Através da entrada de novos sócios e o desenvolvimento de suas atividades, o Curtume Guaporense ampliava a sua sociedade passando por Truculo, Termignoni & Cia., Vacchi & Cia. e S.A. Carlos Termignoni de Couros e Derivados, com filiais em São Paulo. Depois de duas décadas, a administração do Curtume Guaporense passava as mãos de Pepe, Tito e Luiz, filhos de Carlos, que estudaram na Escola Química e Técnica de Curtimento da Europa.

Aproveitando da produção e abate de suínos locais, o Curtume Guaporense exporta para Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro. Em 1924, a produção atingiu cerca de 100 mil peles, no valor aproximado de mil contos, mil couros bovinos e três mil ovinos. Atualmente o curtume representa um capital de 800 contos, ocupa 7 empregados e 60 operários.¹⁹⁰

Os principais centros consumidores dos couros curtidos pelo Curtume de Guaporense estavam localizados em Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, onde eram transformados em sapatos, botas, cintas, jaquetas, malas, sofás entre outros diversos produtos. A variedade de produtos fabricados a partir dos couros curtidos no Curtume Guaporense pode ser observada na foto abaixo, que apresenta exposição dos couros e produtos fabricados para a Festa da Uva de Caxias do Sul em 1950¹⁹¹

¹⁹⁰ COSTA, Rovílio. Op. cit., p.238.

¹⁹¹ GIRELLI, Giovani. Op. cit., p.54.



Figura 27 – Exposição do Curtume Guaporense na Festa da Uva de Caxias do Sul em 1950.
Fonte: Museu do Município de Guaporé.

Baseado na análise da fundação e desenvolvimento dos empreendimentos agroindustriais Rizzo & Cia. e Curtume Corbetta, Termignoni & Cia. podemos novamente visualizar a relação entre o capital comercial e o conhecimento técnico no desenvolvimento agroindustrial.

Carlos Termignoni emigrara da Itália para lecionar caseicultura no Instituto Borges de Medeiros em Porto Alegre, passando posteriormente a se dedicar ao comércio e, principalmente, ao ramo agroindustrial. Unindo seus conhecimentos técnicos ao contexto da produção local, foi fundamental para a fundação e desenvolvimento dos frigoríficos Soccol, Seganfredo & Cia. em Dois Lajeados e Franciosi, Nardi & Cia. em Serafina Corrêa, até ingressar no ramo da curtição de couros com o Curtume Guaporense, auxiliado por dois imigrantes também reconhecidos pelos seus conhecimentos: Silvio Corbetta, antigo colega de estudos de caseicultura e Guido Mombelli, reconhecido empreendedor no ramo da curtição de couro.

A participação do capital comercial também pode ser visualizada na trajetória dos dois empreendimentos analisados. Carlos Termignoni, após abandonar o magistério

em Porto Alegre, dedicou-se ao comércio de produtos suínos e laticínios, adquirindo leiterias em Guaporé, onde tomou contato com o contexto econômico regional que proporcionou a fundação do Curtume Guaporeense. João e Guilherme Rizzo, principais sócios do frigorífico Franciosi, Nardi & Cia. dedicavam-se a atividades comerciais na região colonial de Caxias do Sul, unindo-se Eugênio Nardi, que já exercia atividades no ramo frigorífico. Destacamos que tanto o frigorífico Rizzo & Cia., quanto o curtume Corbetta, Termignoni & Cia. contêm entre seus sócios indivíduos que se dedicaram às atividades comerciais. Logo, observamos a presente e essencial relação de composição entre o capital comercial e o conhecimento técnico para o desenvolvimento das agroindústrias do município de Guaporé.

Por fim, essas duas agroindústrias de caráter urbano apresentam características distintas das agroindústrias rurais. Primeiramente, observamos que as agroindústrias urbanas desenvolveram-se posteriormente às agroindústrias rurais, além de localizarem-se na sede do distrito, contribuindo diretamente para o desenvolvimento e urbanização da sede de Guaporé, todavia, mantendo como fonte de matéria-prima as pequenas propriedades coloniais das áreas rurais. Enfatizamos também que as agroindústrias urbanas rompem com a exclusividade da produção de banha e embutidos suínos, passando ao beneficiamento do couro, subproduto da atividade frigorífica, alcançando novos mercados na região centro-oeste, dedicados principalmente à fabricação de vestes, calçado, mobílias e malas.

3.5.1 – A sujeição da pequena propriedade rural pelo empreendimento agroindustrial

O desenvolvimento da produção de banha agroindustrializada incide duplamente sobre a vida e a economia do pequeno produtor colonial, pois, primeiramente, provoca a destruição da produção artesanal de banha voltada para a comercialização (a produção agroindustrial oferecia inúmeras vantagens sobre a produção artesanal na qualidade, preço e durabilidade) ao reduzi-la a uma pequena produção voltada para o abastecimento do núcleo familiar e vizinhança através de trocas não monetárias e, por fim, resume o pequeno produtor colonial a condição única de produtor e fornecedor de

matéria-prima, submetido diretamente às necessidades da agroindústria e indiretamente ao mercado consumidor distante. Porém, a modo de produção instalado nas pequenas propriedades coloniais permanece inalterado, não desenvolvendo as relações de produção típicas do capitalismo. A sujeição da pequena propriedade colonial ao capital e as relações capitalistas ocorre em outra esfera, a esfera comercial.

No contexto específico em que o capitalismo desenvolveu-se nas regiões de imigração e colonização no Rio Grande do Sul, inclusive na região colonial de Guaporé, o pequeno produtor colonial submete-se ao capital através das relações que ocorrem no âmbito do mercado – com o fornecimento de matéria-prima para a agroindústria e sua vinculação com as flutuações do mercado a partir de sua ligação com essa – e não do âmbito da produção no interior da pequena propriedade colonial – pois permanece fundada nas relações de produção dentro da unidade familiar.

Temos então um processo em que a criatura absorve o criador. Após a organização da estrutura produtiva na pequena propriedade colonial, ela passa a comercializar seu excedente na busca de adquirir capitais para seus compromissos financeiros, tanto com o Estado quanto com particulares. Essa comercialização dos excedentes produzidos nas pequenas propriedades inicia o acúmulo de capital na esfera comercial, capital que será investido na fundação das agroindústrias, iniciando o processo de agroindustrialização. Por fim, a agroindústria produz um processo de vínculo e subordinação das pequenas propriedades coloniais, núcleos produtivos que foram à semente do processo de acúmulo do capital comercial, fonte do desenvolvimento agroindustrial.

A pequena propriedade colonial acaba vinculada e subordinada à agroindústria, pois a sua capacidade de expansão, tanto no âmbito da qualidade quanto no campo da quantidade, estão diretamente ligadas à capacidade de absorção de matéria-prima pela agroindústria que, por sua vez, está subordinada a capacidade de absorção dos seus produtos nos mercados destinados. A sustentação e a expansão do núcleo colonial não estão mais única e diretamente ligadas ao trabalho e a renda interna de sua produção, mas aos interesses, capacidades e variações da agroindústria e do mercado consumidor de seus produtos, no caso, os mercados da capital do Estado, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A essência da questão encontra-se em compreender que as relações de trabalho dentro da pequena propriedade colonial permanecem baseadas em relações de produção familiar fora da dinâmica capitalista. A mão de obra baseada na unidade familiar permanecerá inalterada, seja na produção dos gêneros de subsistência, passando pelos gêneros agrícolas e artesanais mercantilizáveis ou, por fim, quando se tornou produtora de matéria-prima para o empreendimento agroindustrial. A sujeição da pequena propriedade colonial através da compra da matéria-prima pela agroindústria e pelo consumo dos produtos agroindustriais pelo mercado consumidor capitalista. Analisamos um sistema de produção fora dos moldes capitalistas sendo absorvida por um empreendimento e mercados capitalistas.

Observamos então o processo do capitalismo, através da agroindústria e do mercado, ao absorver e submeter organizações econômicas e sociais pré-existentes e fora da dinâmica capitalista de produção. Uma estrutura e organização de produção fora dos moldes capitalistas que, no entanto, passa a ser vinculada e subjugada por relações capitalistas que dela se originaram. Entretanto, essa sujeição não ocorre no âmbito da produção, pois permanece dominada pela mão de obra e relações familiares, mas no campo do comércio, uma vez que a produção passa a estar vinculada à agroindústria e ao mercado regido pelo capitalismo.

Mesmo após o vínculo e subordinação, a produção de matéria-prima nas pequenas propriedades colônias mantinha-se, apesar da sujeição ao capital agroindustrial e as oscilações do mercado, devido ao baixo custo social da produção. Uma vez que o preço de venda mostra-se suficiente para repor as condições de reprodução da força de trabalho e os gastos com o processo produtivo, a produção tendia a continuar. Nessa questão, devemos sempre considerar o baixo padrão de consumo e as condições de relativa subsistência apresentadas pelas famílias situadas nos núcleos produtivos.

Por fim, cabe ressaltar que o processo de sujeição da pequena propriedade agrícola colonial tem apenas seu início com as atividades agroindustriais da banha e dos derivados de suínos. Apresenta-se apenas como o início do processo que irá percorrer todo o século XX que passará por inúmeros gêneros agrícolas, entre eles os suínos, as plantações fumageiras e a criação de aves.

3.5.2 – Benefícios sociais e paternalismo industrial na relação entre trabalhador e agroindústria

Fundamentado no ponto de que o Brasil apresentou um processo de agroindustrialização diferenciado do ocorrido na Europa, onde os empreendimentos agroindustriais brasileiros desenvolvem-se vinculados e subordinados ao setor produtivo agrário hegemônico, a nova classe burguesa que surgia mostrava-se como portadora de um novo arranjo social, então, a partir desse ponto de interpretação, a nova burguesia agroindustrial nascente correspondia a uma classe social não-hegemônica, subordinada econômica, política e ideologicamente a elite agroexportadora.¹⁹²

No mesmo contexto, o processo de agroindustrialização desenvolvido no Rio Grande do Sul mostra-se como um caso distinto do ocorrido no restante do País, já que contou com uma base de desenvolvimento vinculada e subordinada ao acúmulo de capital na esfera comercial, com uma anêmica contribuição da esfera agrária.

Então, a indústria gaúcha, não deve seu desenvolvimento, deve seu incremento e diversificação aos empreendimentos desenvolvidos com base no acúmulo do capital no âmbito comercial da região de colonização e imigração, que detinha também a peculiaridade de ter sua exportação vinculada ao mercado interno nacional, e não ao mercado externo como da região central do país.

Exportação do Rio Grande do Sul segundo os mercados de destino.							
Período	Total	RJ	SP	BA - PE	PR - SC	Outros estados	Exportação para o exterior
1901 - 1912	74,2%	-	-	-	-	-	25,8%
1913 - 1920	66,2%	27,7%	13,0%	15,8%	3,3%	6,4%	33,8%
1921 - 1930	70,0%	32,5%	14,1%	12,3%	2,6%	8,3%	30,0%

Quadro 9 - Exportação do Rio Grande do Sul segundo os mercados de destino.

Fonte: ALMEIDA, Pedro F. C. de (1991). Exportações e indústria no Rio Grande do Sul: 1930-74. Ensaio FEE. Porto Alegre, v.12, n.2. p. 349.

Outra peculiaridade referente à indústria gaúcha encontra-se na questão da quantidade e tamanho dos empreendimentos desenvolvidos, pois, ao lado de um pequeno grupo de indústrias de grande porte, observamos um grande número de

¹⁹² CARONE, Edgard. *O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)*. São Paulo: Difel, 1977.

pequenas indústrias, dotadas de um capital restringido, com a coexistência da utilização de máquinas e tecnologia com o trabalho artesanal de seus funcionários, base bastante diversificada, com preponderância de indústrias atuantes na beneficição de matéria-prima agropecuária.¹⁹³

As características observadas, quando analisado o parque industrial gaúcho, vão de encontro às características encontradas na análise dos quatro principais empreendimentos industriais analisados no município de Guaporé, principalmente no que tange ao capital restringido, a coexistência da utilização de máquinas e tecnologia com o trabalho artesanal, a beneficição de matéria-prima agropecuária e a não-hegemônica da classe burguesa e do capital industrial.

Tais características do setor industrial gaúcho e guaporense levaram a burguesia a desenvolver um longo processo de afirmação e solidificação de sua posição, principalmente no que tange a questão da sujeição do capital ao operário e ao trabalho, bem como a reorganização da produção.

Através desse prisma, podemos delinear e analisar as condições em que ocorreram os processos de sujeição e reorganização por meio de métodos que principiaram dentro do empreendimento industrial e ultrapassaram esse ambiente, a fim de alcançar outros aspectos da vida do operário.

O processo de consolidação da indústria e da classe industrial, assim como as questões da sujeição do operário e do trabalho ao capital/empreendimento e da reorganização e racionalização da produção, tem seu princípio com a utilização da tecnologia e a instalação de máquinas no processo de produção, posto que a introdução desses fatores altera as relações tanto no âmbito econômico – aumento da força e da rapidez na repetição de serviços, elevação da qualidade e a possibilidade da obtenção da mais relativa – quanto em relação ao âmbito social – torna possível a sujeição do trabalhador garantindo o domínio e a disciplina do operário por meio da expropriação de seus conhecimentos particulares.

Os benefícios apresentados pela introdução da tecnologia e do maquinário nos frigoríficos encontravam-se, principalmente, acoplados ao melhoramento do processo de extração dos óleos da banha, ao aumentar o tempo de conserva e diminuir a decomposição do produto e assim capacitá-lo, a fim de ser exportado para os mercados mais distantes e de clima desfavorável para a conservação de produtos de origem

¹⁹³ MARÇAL, João Batista. *Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1985.

agrícola, como era o caso do Rio de Janeiro e São Paulo, além da introdução das câmaras de resfriamento para a fabricação e conserva dos embutidos suínos.

Para o curtume, as vantagens encontravam-se nos processos químicos para a curtição do couro, além do maquinário para o corte, raspagem, e secagem dos couros suínos. Os maquinários introduzidos nos empreendimentos eram movidos por motores instalados e por contar com a capacidade de 12, 15, 20 e 30 HP no caso dos frigoríficos, e até 80 HP no caso do curtume.¹⁹⁴

Do âmbito econômico, a introdução da tecnologia e do maquinário nos frigoríficos e no curtume tinha como principais preocupações o aumento da produção e a fabricação de um produto dotado de melhor qualidade e aceitação nos mercados do centro do país.

A inserção da tecnologia e a introdução do maquinário no processo produtivo fabril ocasionavam transformações no âmbito social, alterando o trabalho e a vida do operário industrial: o processo de desqualificação, de especialização e a inserção de novos atores na atividade industrial.

A introdução de máquinas na produção industrial, devido a sua força e técnica superiores ao braço humano, gera um processo de subdivisão e simplificação da tarefa executada pelo operário que, na maioria dos casos, torna-se um mero operador ou alimentador da máquina em um trabalho repetitivo e desprovido de qualquer conhecimento ou habilidade especial. Concomitante ao processo de desqualificação do operário através da inserção do maquinário e da tecnologia, observamos o aumento da produção e o desenvolvimento de novas tarefas que necessitavam de conhecimentos técnicos e especializados.¹⁹⁵ A tecnologia, o maquinário e as mudanças ocasionadas no processo de produção pela inserção desses fatores ocasionaram uma separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, mais exatamente entre as tarefas de execução e as tarefas de concepção, centralizando as tarefas mentais, técnicas, científicas e

¹⁹⁴ A partir de 1929, os empreendimentos da sede, seguido do distrito de Serafina Corrêa e posteriormente dos demais distritos, foram alimentados pela energia da usina construída na Linha Colombo, a 12 Km da sede, sendo inaugurada em 8 e 9 de junho deste ano e contando com a potencia inicial de 150 HP. Em 1955, após reformas e instalações de turbinas Vevery e equipamentos elétricos Allis-Chalmers, o potencial da usina chega a potencia máxima de 1.000 HP. GIRELLI, Giovanni. Op. cit., p.58.

¹⁹⁵ BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

administrativas nas mãos de funcionários especializados e relegando as tarefas manuais e de execução aos funcionários desprovidos de conhecimentos especializados.¹⁹⁶

O ponto principal para a compreensão desse processo encontra-se na dinâmica da qualificação especial dos técnicos e a desqualificação da grande massa de operários. Ao passo em que aumenta a divisão entre os técnicos e os operários, acentua-se a hierarquia dentro da unidade fabril, com o controle dos processos de trabalho, onde não só a tarefa e a sua distribuição são rigidamente distribuídas e definidas, mas também seu cumprimento e produtividade são amplamente controlados e fiscalizados por uma rede de técnicos especializados. Na referida reorganização do processo de produção, das tarefas de produção e dos trabalhos dos funcionários, observamos a introdução dos elementos que se encontram subordinados ao empreendimento, entretanto, funcionam como agentes reguladores, ao atuar no processo de produção e no seu controle e disciplina.

Nesse momento, forma-se uma divisão fundamental entre os funcionários da fábrica, sendo a primeira fração composta por diretores, administradores, mestres e técnicos, distinta da fração de operários de execução.¹⁹⁷ Essa divisão pode ser plenamente observada quando analisados os relatos sobre os trabalhadores empregados nos empreendimentos em análise, uma vez que esses relatos apresentam nitidamente a divisão entre os operários de execução e os técnicos, conceituados de empregados, subordinados e *technicos*:

Franciosi, Nardi & Cia.

A produção é comercializada em todo o Brasil. São vendidos 140 mil quilos de salame e 30 mil quilos de presuntos. **Tem 40 operários e 5 empregados.**¹⁹⁸

Soccol, Seganfredo & Cia.

Trabalham no frigorífico **40 operários e 3 empregados**, além dos sócios da empresa.¹⁹⁹

Rizzo & Cia.

¹⁹⁶ ERBER, Fábio S. A importância do estudo e do processo de trabalho: uma introdução. In: TRONTI, Mário. *Processo de trabalho e estratégia de classe*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

¹⁹⁷ PESAVENTO, Sandra J. *A burguesia gaúcha: dominação, do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, p.19–21.

¹⁹⁸ COSTA, Rovílio. Op. cit., p.235.

¹⁹⁹ Idem. *ibid.*, p.236.

Nesse ano, o capital social subiu a 500 contos, tendo como gerente de fábrica Alberto Morassuti, **com 4 subordinados e 40 operários.**²⁰⁰

(grifo do autor)

Dentre as tarefas que exigem um funcionário dotado de conhecimentos especializados, podemos destacar as áreas da administração e contabilidade, distribuição e controle das tarefas, manutenção dos maquinários, além das tarefas específicas dos frigoríficos como os processos de remoção do óleo, técnicas de fabricação, conservação da banha, embutidos e dos processos das químicas de curtição para a conservação do couro.

Essa divisão é encontrada também no empreendimento Curtume Guaporense de Curtume Corbetta, Termignoni & Cia, o maior empreendimento agroindustrial guaporense:

Corbetta, Termignoni & Cia.

Atualmente o curtume representa um capital de 800 contos, **ocupa 7 empregados, 11 técnicos e 60 operários.**²⁰¹

A figura 28 apresenta a sala de máquinas do Curtume Guaporense, demonstrando os fatores da inserção da tecnologia e do maquinário no processo produtivo e da transformação do funcionário em operador ou alimentador da máquina em um trabalho repetitivo e desprovido de qualquer conhecimento ou habilidade especial, assim como a divisão das tarefas entre funcionários especializados e os operários executores, pois destaca a figura do mestre, agente regulador do capital atuando no processo de controle e disciplina da produção.

A figura 29 apresenta determinado grupo de funcionários do Curtume Guaporense, delineando a divisão entre os funcionários técnicos – gerente, guarda livros e técnicos – e os operários executores, apresentada anteriormente, além de destacar a utilização da mão de obra feminina e infantil entre os operários executores.

²⁰⁰ Idem. *ibid.*, p.237.

²⁰¹ Idem. *ibid.*, p.237.

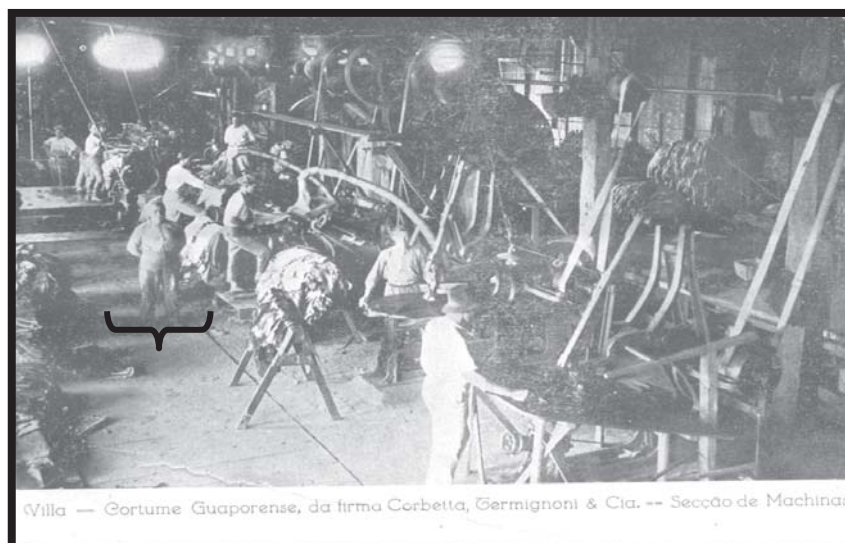


Figura 28 - Sala de máquinas do Curtume Guaporense. Destaque para a divisão entre o mestre de produção e os operários.

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé, Relatório das Intendências Municipais - 1926, Intendente Agilberto Atílio Maia.



Figura 29 - Funcionários do Curtume Guaporense. A legenda apresenta a divisão entre gerentes, guarda livros e, em especial, técnicos e operários.

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé, Relatório das Intendências Municipais - 1925, Intendente Agilberto Atílio Maia.

A nítida divisão entre os funcionários especializados e operários também está presente nos relatos da época apresentados anteriormente, onde todos os empreendimentos apresentavam uma dicotomia visível entre os funcionários do empreendimento fabril. No ano de 1925, o frigorífico Franciosi, Nardi & Cia. contava

com 40 operários e 5 empregados²⁰², Soccol, Seganfredo & Cia. contava com 40 operários e 3 empregados²⁰³, Rizzo & Cia. 4 subordinados e 40 operários²⁰⁴, e o Curtume Corbetta, Termignoni & Cia. contava com 7 empregados, 11 *technicos* e 60 operários.²⁰⁵

Na questão que tange o processo de sujeição do trabalhador pelo empreendimento, tanto da massificação de operários através da desapropriação das habilidades especiais ou conhecimentos específicos, quanto dos agentes intermediários que, mesmo a serviço do capital, encontravam-se sujeitos a esse, apresenta-se como um processo gerador de atritos entre o capital e o trabalhador.

Para harmonizar as relações entre o empreendimento e trabalhador e enfraquecer os atritos gerados pelo processo de desqualificação da mão de obra, diminuição das remunerações e sujeição do trabalhador, vemos surgir manifestações de concessão de benefícios sociais para os trabalhadores que ultrapassam a fronteira da unidade fabril: habitação, lazer, escola, créditos e assistência social.

Os benefícios sociais são, nessa medida, apresentados como um método de harmonizar as relações entre capital e trabalho, ao mesmo tempo em que tem a função de garantir a continuidade da produção, evitando toda manifestação que possa ocasionar uma diminuição ou interrupção do processo de produção.

Porém, os benefícios sociais estão aparentemente revestidos de um caráter assistencialista, que, na prática, carregam objetivos que ultrapassam a questão de harmonização entre as relações de capital e trabalho.²⁰⁶

Entre as inúmeras estratégias engendradas pelo empreendimento para submeter o trabalhador, destacamos a utilização de duas práticas assistencialistas principais: a oferta de possibilidades de habitação e a oferta de créditos no comércio para seus funcionários.

A construção das moradias e pensões próximas à unidade fabril para abrigar os funcionários funcionava como uma prática de assistência social, pois facilitava o acesso à moradia para os funcionários que, em muitos casos, provinham das áreas rurais interior do município. O mesmo ocorria com os funcionários especializados que, em sua

²⁰² COSTA, Rovílio. Op. cit., p.235.

²⁰³ Idem. *ibid.*, p.236.

²⁰⁴ Idem. *ibid.*, p.236.

²⁰⁵ Idem. *ibid.*, p.237.

²⁰⁶ PESAVENTO, Sandra J. *A burguesia gaúcha...* Op. cit., p.21-56.

grande maioria, eram procedentes da capital do Estado ou dos grandes centros urbanos onde já haviam se instalado cursos de nível superior.

A estratégia da colocação desses funcionários nas habitações e pensões das unidades fabris funcionava como práticas de atenuação dos atritos entre o capital e o trabalho, pois provia habitação para funcionários, ao tempo que submetia os funcionários a controles que extrapolavam os muros da unidade fabril “chegou a ter mais de 50 casas do curtume aqui no bairro. Vinham muitos trabalhadores de fora e eles paravam inicialmente na pensão, depois, dependendo do caso e se havia casas livres, ele era encaminhado para essas casas”.²⁰⁷

O objetivo pretendido pela construção de habitações para os funcionários do empreendimento fabril encontrava-se no estímulo da constituição de um núcleo familiar estável por parte desse funcionário, enfatizando não apenas a fundamental importância da moradia e do lar para a estabilidade do funcionário e de seu trabalho, mas também como núcleo fornecedor de mão de obra feminina e infantil necessárias nas novas tarefas agroindustriais, abocanhando toda a família para a unidade fabril.²⁰⁸

Além dos referidos fatores, ao edificar as habitações próximas aos empreendimentos fabris e alugá-las aos funcionários, do ponto de vista exclusivo do capital, o empreendimento recaptava parte do capital gasto com a remuneração dos funcionários. As habitações e seus aluguéis funcionavam como um retorno do capital gasto com remunerações dos funcionários. Destacamos também que “o aluguel não era muito caro, mas era uma maneira do curtume ganhar ainda mais dinheiro, nos manter ligado a ele e, também, de não haver a possibilidade dos funcionários exigirem a propriedade das casas”.²⁰⁹

As fotos abaixo apresentam as habitações construídas pelo Curtume Guaporense para abrigar seus funcionários, formando o Borgo, ou Bairro do Curtume, primeiro bairro do município de Guaporé. Cabe destacar a divisão entre os dois projetos de edificação das habitações, sendo que a figura 30 apresenta um exemplo das habitações destinadas aos funcionários técnicos, enquanto a figura 31 apresenta um exemplo das

²⁰⁷ Maria Tereza de Fátima De Pauli, 59 anos, reside atualmente município de Guaporé. Aposentada, trabalhou por 14 anos no Curtume Guaporense e posteriormente na Berguer S.A. na função de almoxarifado.

²⁰⁸ PESAVENTO, Sandra J. *A burguesia gaúcha...* Op. cit., p.21-56.

²⁰⁹ Maria Tereza de Fátima De Pauli, entrevista citada.

habitações destinadas aos operários de execução, novamente enfatizando a dicotomia entre as duas frações de funcionários.



Figuras 30 e 31 – Casas construídas para a moradia dos funcionários do Curtume Guaporense. Arquivo pessoal de Giovani Balbinot.

Vizinho ao empreendimento agroindustrial ou próximo as casas e bairros construídos para abrigar os funcionários fabris, podemos observar o desenvolvimento de outro sistema utilizado pelo empreendimento para submeter o trabalho e o trabalhador: os estabelecimentos comerciais.

Os estabelecimentos comerciais, de propriedade dos empreendedores agroindustriais, completa então outra prática que tornava possível a invasão do empreendimento na vida do funcionário, disciplinando-o conforme as necessidades do empreendimento fabril.

Nesses estabelecimentos comerciais, os funcionários adquiriam os gêneros necessários para o seu sustento “nesse *lojão* do curtume tinha de tudo, nós comprávamos tudo que era preciso para a casa. Desde pratos e talheres, roupas, calçados, lençóis até comida e carnes no açougue”²¹⁰, sendo que o valor desses produtos era creditado em uma caderneta. O valor dos produtos adquiridos era debitado, juntamente com o juro mensal, da remuneração recebida pelo trabalhador no final mês, pouco restava de remuneração em espécie para o funcionário no final do mês e completando o processo de integração do funcionário ao circuito da empresa “então, funcionava assim, no final do mês essa caderneta era enviada para o escritório que

²¹⁰ Jurema Bortoncello, 56 anos, reside atualmente município de Guaporé. Aposentada, trabalhou por 12 anos no Curtume Guaporense e posteriormente na Berguer S.A. na função de serviços gerais.

contabilizava tudo o que havíamos comprado e descontava direto do nosso salário”²¹¹
“no final do mês vinha o envelope com o que sobrava do salário depois dos descontos do lojão e do aluguel. Realmente sobrava muito pouco do salário”.²¹²

Essa prática foi utilizada pelos frigoríficos Rizzo & Cia. na sede do município e pelos frigoríficos e Franciosi, Nardi & Cia. em Serafina Corrêa, que construíram empreendimentos comerciais ao lado de seus empreendimentos agroindustriais. Enquanto o frigorífico Soccol, Seganfredo & Cia. no distrito de Dois Lajeados e o Curtume Guaporense contraíram seus empreendimentos comerciais ao lado das habitações destinadas aos seus funcionários.²¹³

Então, podemos observar que os benefícios sociais, no caso a habitação e os créditos no estabelecimento comercial, foram utilizados pelo empreendimento com três fins principais: primeiramente, como meio de diminuir os atritos e harmonizar as relações de sujeição do trabalho pelo capital, o segundo ponto encontrava-se em garantir a continuidade do processo de produção através da construção da ideologia do “bom patrão” e da “boa empresa” e, por fim, um meio de captar o capital gasto com a remuneração dos funcionários.

O sistema de aluguel das habitações, os estabelecimentos comerciais e seus créditos e as pensões utilizadas como moradia dos funcionários dos empreendimentos fabris funcionavam como amortecedores para atenuar potenciais conflitos existentes nas relações entre o capital e trabalho, garantindo a continuidade da produção através da formação de uma massa de funcionários comprometidos com o empreendimento fabril. Além de diminuir os atritos provenientes da sujeição do trabalho e do trabalhador, essas práticas funcionavam como ações de cunho paternalista, utilizando-se de efeitos psicológicos para garantir a devoção dos funcionários ao empreendimento e ao empreendedor que vela pelas necessidades e bem estar dos funcionários.

Do âmbito exclusivo do empreendimento, é fundamental observar que a habitação e os créditos das cadernetas lidavam com juros que, junto com os valores dos aluguéis e dos gêneros de sustento, retinham grande parte da remuneração do funcionário e, em última análise, funcionavam como uma força de recaptção do capital

²¹¹ Jurema Bortoncello, entrevista citada.

²¹² Jurema Bortoncello, entrevista citada.

²¹³ Arquivo Histórico do Município de Guaporé, Relatório das Intendências Municipais - 1925, Intendente Agilberto Atílio Maia

gasto com os funcionários. A grande maioria do capital permanecia no círculo entre o empreendedor, o empreendimento fabril e o trabalhador além, é claro, de o empreendedor fabril conquistar ideologicamente o nível de “bom patrão”. A figura 32 apresenta o frigorífico Irmãos Soccol, Seganfredo & Cia. o destaque está na casa comercial edificada ao lado do empreendimento agroindustrial e das casas edificadas para os seus funcionários oriundos de outras localidades.

Por fim, devemos ressaltar determinadas conclusões retiradas a partir das reflexões do terceiro capítulo. Diversas forças concorreram para a fundação e desenvolvimento das agroindústrias da banha e do couro no município de Guaporé. Por início, destacamos que as propriedades colônias dedicaram à produção de gêneros agrícolas diversificados, em especial, a parreira, o milho e o suíno, sendo que o vínculo entre a produção de milho e a criação suína nas propriedades coloniais forneceu a matéria-prima necessária para o desenvolvimento agroindustrial.



Figura 32 – Frigorífico Irmãos Soccol, Seganfredo & Cia. de Dois Lajeados.

A matéria-prima, quando vendida *in natura*, não possuía valor agregado nem durabilidade suficiente para vencer as grandes distâncias dos mercados consumidores. Logo, observamos um processo de beneficiamento agroindustrial dessa matéria

agregando valor e propriedades que permitissem a fabricação de um produto competitivo no comércio frente aos gastos com frete e tempo de deslocamento.

A orientação dos empreendimentos guaporenses pode ser compreendida à medida que analisamos a especialização da produção nas regiões de colonização inicial, pois a concorrência do vinho de fabricação antecedente dessas áreas levou o município de Guaporé à especialização do beneficiamento da banha e do couro, ao manter a fabricação de vinho na configuração artesanal para consumo local.

Associado a este contexto de abundante disponibilidade de matéria-prima, observamos a associação entre os comerciantes, que por meio das casas de comércio acumularam o capital necessário para a fundação do empreendimento, e o imigrante dotado de conhecimentos técnicos, que detinha os conhecimentos necessários para o beneficiamento agroindustrial da matéria-prima e administração dos empreendimentos. Por último, a construção do porto em General Osório, posterior Muçum, pois facilitou o escoamento dos produtos à medida que proporcionava uma rota direta para o mercado de Porto Alegre, mais rápida e com custos de frete inferiores aos praticados pelos transportes terrestres.

A associação das questões, referidas anteriormente, resultou na fundação de cinco grandes empreendimentos agroindustriais ligados à produção de banha e a curtição de couros que tiveram grande importância para a economia local, pois os gêneros produzidos nos empreendimentos tornaram-se os principais produtos comercializados pelo município. Os empreendimentos contribuíram, fundamentalmente, para o desenvolvimento dos distritos e da sede de Guaporé, ao fundar casas comerciais, desenvolver bairros, atrair funcionários de diversas localidades, alterar relações de trabalho nos ambientes agroindustriais e reorganizar a dinâmica da produção de matéria-prima.

Após analisarmos a fundação e o desenvolvimento das agroindústrias da banha e do couro, assim como sua importância econômica e social, cabe ingressarmos no processo de decadência apresentados por esses empreendimentos nas décadas de 1960 a 1980.

IV – A DECADÊNCIA DAS AGROINDÚSTRIAS DA BANHA E DO COURO - 1960 – 1980

Este último capítulo busca compreender os processos de decadência dos frigoríficos e do curtume ocorridos entre os anos de 1960 e 1980, encerrando a análise do primeiro ciclo de agroindustrialização do município de Guaporé. Para alcançar esse objetivo, o capítulo busca analisar e compreender os fatores que concorreram e interagiram para o declínio desses empreendimentos, destacando fatores de ordem interna, como a falta de empreendedorismo por parte das direções dos empreendimentos e as disputas entre herdeiros. E, de ordem externa, como a dificuldade com a obtenção de matéria-prima de qualidade, a introdução de óleos vegetais e de couros sintéticos e a reorientação do mercado para o consumo de novos produtos.

4.1 – A emancipação dos distritos e perda das áreas rurais

No presente momento, com o intuito de encerrar o primeiro ciclo econômico do município de Guaporé, adentramos nas questões relativas à decadência do complexo agroindustrial da banha e do couro em análise, ponderando as diversas questões que concorreram para o processo de declínio econômico.

Quando analisado os fatores que promoveram a decadência econômica do complexo agroindustrial da banha e do couro e, conseqüentemente, do município de Guaporé, podemos identificar que os distritos levaram consigo a emancipação, e, também, consideráveis porções do território municipal, assim como grande parte da estrutura produtiva baseada na pequena propriedade colonial e empreendimentos agroindustriais localizados nos distritos do interior do município “a emancipação dos distritos foi altamente prejudicial para Guaporé. Até o final da década de 70 e o início da década de 80, a economia do município era fundamentalmente baseada em produtos agrícolas”.²¹⁴

²¹⁴ Antônio Carlos Spiller, 73 anos, residente no município de Guaporé. Proprietário da Joias Spolli LTDA empresa pioneira no ramo joalheiro de Guaporé fundada em 1971 e prefeito do município de Guaporé por dois momentos (1977 - 1983 e 2004 - 2012) presenciou e participou diretamente do processo

Do âmbito das agroindústrias, iniciamos ao destacar que, dos cinco empreendimentos analisados, apenas o frigorífico Rizzo & Cia. e o Curtume Guaporense mostravam-se localizados na sede do município, enquanto os demais empreendimentos encontravam-se espalhados nos distritos do interior, mais especificamente, Soccol, Seganfredo & Cia. no 5º distrito de Dois Lajeados, Antonio Fonini & Cia. no 6º distrito de Borges de Medeiros e Franciosi, Nardi & Cia. no 8º distrito de Serafina Corrêa.

No presente momento observamos que o processo de emancipação política dos distritos afetou economicamente o município de Guaporé na medida em que levou consigo três, dos cinco principais empreendimentos agroindustriais municipais, empreendimentos localizados nesses distritos do interior devido à sua ligação com as casas comerciais distritais, além das atividades fundamentalmente vinculadas à produção de banha agroindustrializada e embutidos suínos que conduzia esses frigoríficos a estarem próximos às propriedades coloniais fornecedoras da matéria-prima suína, além do fato de sua mão de obra operária que se ilustrava como o excedente de trabalho das pequenas propriedades devido às suas características e dinâmicas de produção analisadas anteriormente.

Sob o prisma dessa dinâmica, observamos a emancipação do distrito de Dona Fifina Corrêa, ao tornar-se Serafina Corrêa pela lei estadual nº 3.932 de 22 de julho de 1960, levando consigo o empreendimento Franciosi, Nardi & Cia. além de parte do território de Borges de Medeiros, futura Vila Oeste, onde se encontrava o empreendimento Antonio Fonini & Cia., ²¹⁵Dois Lajeados, emancipa-se pela lei estadual nº8435 de 8 de dezembro de 1987, levando consigo o empreendimento Soccol, Seganfredo & Cia. ²¹⁶.

O processo de fragmentação e perda do território acabou relegando o território guaporense basicamente ao espaço de sua sede, “o resultado é que, atualmente, Guaporé conta com menos de 20% de seu território inicial, sendo que apenas 7% da população

de emancipação e fragmentação do território municipal e da reorientação da economia para os ramos joalheiro e têxtil .

²¹⁵ KARAN, Elaine Maria Consoli. Op. cit., p.117.

²¹⁶ Idem. *ibid.*, p.118.

guaporense reside nas áreas rurais contribuindo com não mais de 15% da arrecadação municipal”²¹⁷.

Não nos cabe, e nem é nosso foco, analisar dinâmicas políticas e econômicas que envolveram estes longos e fragmentados processos de emancipação dos distritos guaporenses e municípios lindeiros, mas sim analisar as consequências destas perdas territoriais para a economia guaporense à medida que desmontam a economia municipal sustentada pelo pilar das propriedades coloniais.

Do âmbito factual, o processo de emancipação iniciou com a criação do Município de Marau em 1954, desmembrado do Município de Passo Fundo, que esse diminuiu do Município de Guaporé, o então distrito de Maria, antigo distrito de Júlio de Castilhos. Seguiu-se com a emancipação do distrito de São Luis de Guaporé, então município de Casca, subtraindo de Guaporé as regiões de Evangelista e São Domingos do Sul.²¹⁸ Em 1959, emancipou-se o distrito de Muçum, levando consigo Vespasiano Corrêa, seguindo com a, já citada, emancipação do distrito de Dona Fifina Corrêa, então Serafina Corrêa, levando consigo o território de Montauri e parte de Vila Oeste²¹⁹. Por fim, Dois Lajeados emancipou-se em 1987 levando consigo as áreas distritais de São Valentim²²⁰ e Santa Bárbara²²¹ seguindo pela emancipação dos distritos de Pulador e Vila Oeste que formam o Município de União da Serra²²².

O que observamos nesse processo é que o município de Guaporé mantinha, na agropecuária desenvolvida nas mais de cinco mil propriedades herdadas do período colonial, sua principal atividade de produção de riquezas e pilar central da economia, pois, além de estar no âmbito rural as principais atividades de produção de riqueza para a maioria da população, também as principais atividades agroindustriais desenvolvidas no município dependiam fundamentalmente do trabalho e da matéria-prima rural relegando ao sítio urbano basicamente a sede administrativa municipal e pequenas atividades comerciais e artesanais “a força do município estava no seu interior rural. O

²¹⁷ Antônio Carlos Spiller, entrevista citada.

²¹⁸ THOMÉ, Lauro Nelson Fornari. Op. cit., p.116.

²¹⁹ KARAN, Elaine Maria Consoli. Op. cit., p.117.

²²⁰ GIRELLI, Giovanni. Op. cit., p.18.

²²¹ Idem. *ibid.*, p.118.

²²² KARAN, Elaine Maria Consoli. Op. cit., p.126-127.

que vemos é que a perda destas áreas obrigou o município a passar por uma reorientação econômica, voltando-se para ramos de atividades urbanas”.²²³

A fragmentação e perda territorial relegam ao município basicamente o espaço de sua sede, com aproximadamente 20% de seu território inicial. Então, temos que, com uma economia assentada basicamente sobre o âmbito rural, a fragmentação e perda territorial significam também a perda da estrutura econômica assentada sobre milhares de propriedades coloniais, representando a quebra do pilar que sustentava a estrutura produtiva guaporense e o dano de sua base econômica, sentenciando o município a um processo de decadência.²²⁴

²²³ Antônio Carlos Spiller, entrevista citada.

²²⁴ Com o declínio das agroindústrias, o município atravessa por uma reorganização econômica baseada no espaço urbano, que findará com a industrialização nos ramos joalheiro e têxtil²²⁴. Atualmente, Guaporé conta com uma população total de aproximadamente 24 mil habitantes, sendo que aproximadamente 90% desta população reside na área urbana. As principais atividades econômicas estão ligadas as indústrias da jóia e semi-jóia (206 empreendimentos) e lingerie (187 empreendimentos), seguidos pela indústria metal-mecânica (microfusão e implementos para frigoríficos) que fazem de Guaporé um pólo nacional nestes segmentos. Fonte: Levantamento municipal do IBGE de 2010.

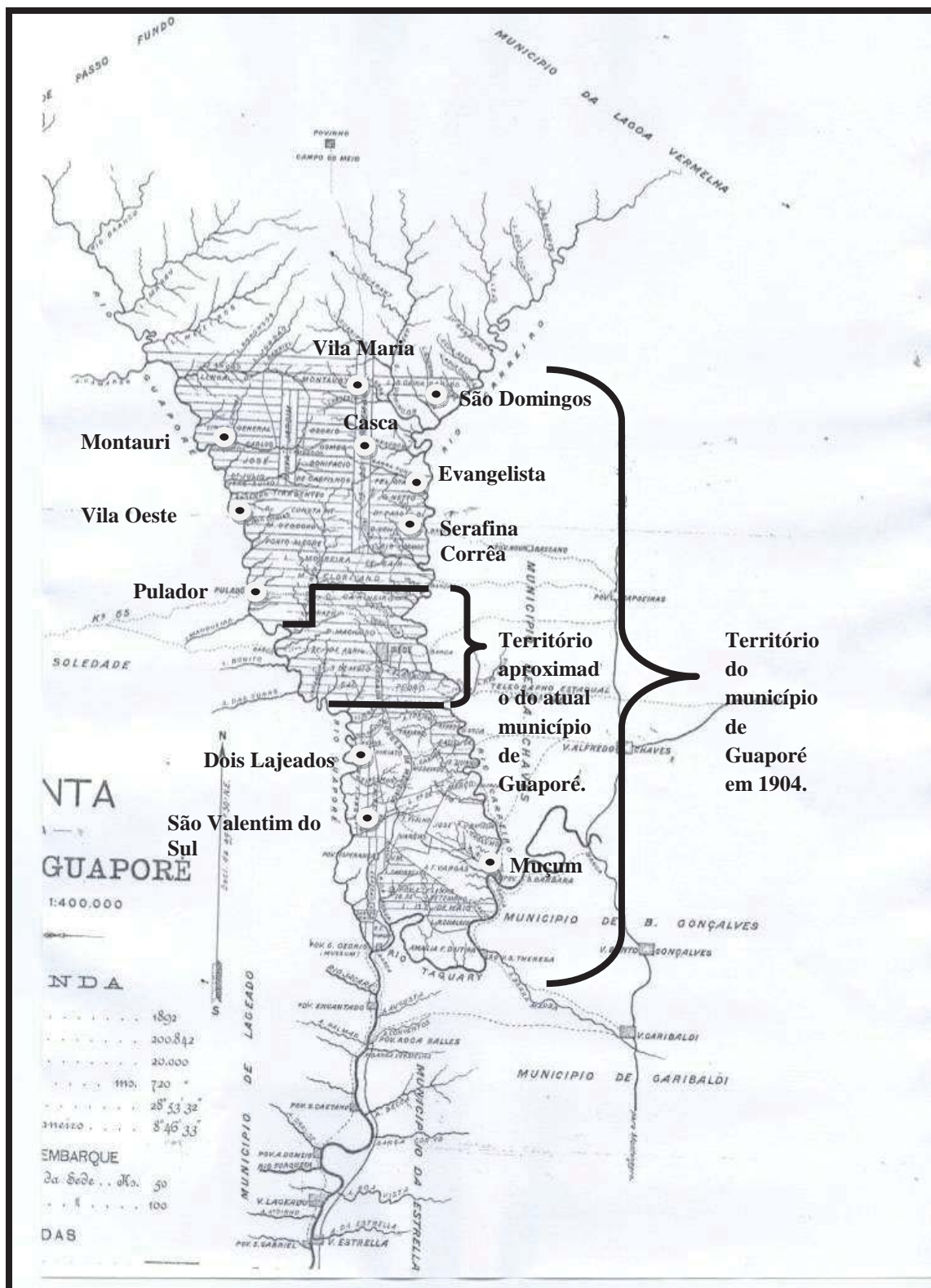


Figura 33 – Território atual do município de Guaporé.
 Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé

4.2 – A introdução dos óleos vegetais no mercado e as consequências para a agroindústria da banha

O processo de decadência dos empreendimentos Soccol, Seganfredo & Cia., Antonio Fonini & Cia. E Franciosi, Nardi & Cia., Rizzo & Cia., que compunham o complexo frigorífico do município de Guaporé, tem seu princípio no final da década de 60 e segue durante os anos que percorrem as décadas de 70 e 80. Nesse período observamos como principais fatores de declínio das agroindústrias a dinâmica gerada pelo desenvolvimento da lavoura de soja e o aumento do consumo de óleos vegetais.

A introdução da cultura de soja no Rio Grande do Sul deve ser observada de dois âmbitos, no campo da produção, ao destacar a dinâmica entre as culturas de trigo e soja, e o no âmbito do mercado consumidor com a substituição da banha pelos óleos vegetais.

Do âmbito da produção, a cultura da soja foi introduzida no Rio Grande do Sul a partir da década de 1940, ao ganhar espaço nas pequenas propriedades devido a relação entre a lavoura de soja, de milho e de trigo.

A soja ilustra-se como uma leguminosa de clima temperado sendo cultivada nos meses de verão, possibilita plantio em terras destinadas à cultura do trigo durante o inverno. Essa relação fez com que a cultura da soja beneficia-se dos incentivos disponibilizados aos produtores de trigo nos anos 50, 60 e 70²²⁵, já que essa, utilizava no verão, a mesma área, mão de obra e maquinaria do trigo cultivado no inverno, sofrendo um incremento altíssimo de produção nas décadas de 60 e 70.

Nada obstante, sua relação com o milho é ainda mais dinâmica, pois, inicialmente, era utilizado o mesmo espaço para o cultivo do milho e da soja, possibilitando o agricultor retirar duas safras do mesmo espaço “nós plantávamos as carreiras de milho com o espaço de 1m a 1,2m de distância uma da outra. Então, nós começamos a plantar a soja dentro da plantação do milho, entre uma carreira e outra”²²⁶

²²⁵ CONCEIÇÃO, Otávio Augusto. *A expansão da soja no Rio Grande do Sul: 1950 – 1975*. Porto Alegre: FEE. 1984.

²²⁶ Idulho Bergamaschi, 88 anos, reside atualmente na área urbana do município Guaporé. Antigo proprietário de 25 hectares de terra na linha 2ª desse município, dedicava-se às culturas de milho, soja e criação de suínos. Vendeu suas terras devido à sua idade avançada e a falta de mão de obra para o trabalho na propriedade.

“era feita entre duas a três capinadas entre as fileiras do milho, então aproveitávamos este espaço de terra para plantar a soja”.²²⁷

Ainda que, a dinâmica entre o milho e soja mostra-se mais complexa, pois “a soja era do tipo Santa Rosa, uma soja que vinha muito alta, chegava a mais de um metro de altura, não é como essa soja de hoje em dia, que vem baixa, por isso colocávamos ela entre as fileiras do milho já crescido para ela não tombar com o vento. Se tombava, caía, acamava como nós dizíamos, esse pé já não produzia mais nada”.²²⁸ A interação entre as culturas da soja e milho era vantajosa porque “a soja daquela época tinha um ciclo longo. Nós plantávamos o milho em setembro e iniciamos a colheita em janeiro. Já a soja, nós plantávamos em novembro e iniciávamos a colheita em abril”²²⁹ então “quando o milho estava pronto, nós passávamos e dobrávamos o pé preparando para a colheita. Nesse momento, com o pé do milho dobrado, a Santa Rosa pegava sol e explodia, se desenvolvia com toda a força. Quando terminávamos de colher o milho, a soja estava pronta”²³⁰ “a Santa Rosa era uma soja de ciclo longo de produção, por isso casava bem com o milho”.²³¹

A partir do final da década de 60, as propriedades rurais localizadas no interior do município passavam a dedicar grande parte de sua área arroteada exclusivamente para as atividades de cultivo de soja, diminuindo drasticamente a área dedicada ao cultivo do milho e incidindo diretamente no número dos rebanhos suínos coloniais, fonte de matéria-prima desses empreendimentos “as terras da nossa região aqui de Serafina Corrêa à Muçum apresentam entre 20% e 60% de declive. Essa configuração do solo gera um problema muito intenso de erosão”²³² junto com o sistema rústico de plantio que “se cortava a capoeira, queimava o mato e cultivava a terra com em torno de três safras. Depois era necessário deixar a terra descansar criando nova camada de

²²⁷ Iduilho Bergamaschi, entrevista citada.

²²⁸ Francisco Arcari, 82 anos, reside atualmente na área urbana do município Dois Lajeados. Antigo proprietário de 30 hectares de terra na Linha Emília, distrito do interior desse município, dedicava-se às culturas de milho, soja e fumo. Vendeu suas terras devido à sua idade avançada e a falta de mão de obra para o trabalho na propriedade.

²²⁹ Francisco Arcari, entrevista citada.

²³⁰ Iduilho Bergamaschi, entrevista citada.

²³¹ Francisco Arcari, entrevista citada.

²³² Silo Benvegnu, 58 anos, residente na atual linha 2º do município de Guaporé, onde é proprietário de 25 hectares de terra. Dedicava-se, atualmente, ao cultivo de mudas de árvores frutíferas cítricas, entretanto, já trabalhou com as culturas de milho, soja e criação de suínos. Com formação técnica agrônoma, atuou como consultor de diversas cooperativas na região, como a Cooperativa Dona Cândida, Cooperativa Guaporense e COSUEL, estando hoje aposentado desta atividade.

copeirão fertilizando a terra novamente. Esse sistema de duas ou três safras obrigava o agricultor a retirar o máximo possível de cada colheita. Nesse ponto vemos a introdução dos primeiros cultivos de soja”.²³³ Isso orientou os pequenos agricultores a dirigirem sua produção para o gênero que permitisse maior quantidade e maior preço, no caso, a soja, que aliada as novas “variações, mas produtivas e mais baixas, que não acamavam, principalmente a Hardee e depois BR1”²³⁴ deslocaram a produção do milho para a soja.

Para a compreensão da expansão da cultura de soja no Rio Grande do Sul, é de fundamental importância esclarecer as mudanças de hábitos alimentares nos Estados Unidos e na Europa pós-guerra, através da substituição da utilização da gordura animal pelo óleo vegetal. Aliado a essa questão, a escassez de terras destinadas à criação pecuária nos países europeus, fez com que houvesse uma intensificação no confinamento nos rebanhos leiteiro e de corte, cuja alimentação passou a ter o farelo de soja como principal ingrediente. Além desses dois fatores, observamos que a temporada de soja gaúcha coincidia com o período de entressafras norte-americano que, na época, ilustrava-se como maior produtor mundial da leguminosa, garantindo mercado e preço consideravelmente atraente para os agricultores gaúchos. Nesse sentido, “esta soja cultivada aqui na região de Guaporé era exportada principalmente para a Europa por meio de dois grandes comércios, o Baldo de Muçum e Encantado e o Bianchini de Bento Gonçalves, ambos hoje ainda muito fortes na área de soja e erva mate”.²³⁵

Do âmbito comercial, a soja ilustra-se como principal grão na fabricação de óleo vegetal, óleo que passa a ser consumindo em larga escala na década de 70, substituindo, em grande parte, a banha de origem suína “já no final dos anos sessenta, mas principalmente nos anos setenta e oitenta, o principal produto dos frigoríficos da região, a banha, começou a perder espaço no mercado”.²³⁶ A substituição está diretamente ligada aos fatores do preço, pois o óleo de soja mostrava-se mais baratos que a banha devido ao menor custo de cultivo da soja em relação a criação do suíno, e da saúde, pois a propaganda nesse período apresentava os óleos de origem vegetal como menos

²³³ Silo Benvegno, entrevista citada.

²³⁴ Silo Benvegno, entrevista citada.

²³⁵ Silo Benvegno, entrevista citada.

²³⁶ Silvino Luis Scalco, 71 anos, residente no município de Dois Lajeados. Administrador do frigorífico Soccol, Seganfredo & Cia. – Frigorífico Sulino antes deste entrar em falência e sócio da já extinta Cooperativa Guaporense.

prejudiciais à saúde do que os óleos de origem animal²³⁷, podemos observar que “houve uma campanha muito grande, a banha fazia muito mal à saúde, sendo substituída pelos óleos vegetais, principalmente o de soja. Hoje nós sabemos que, para a saúde, a banha é mais saudável que o óleo de soja”.²³⁸

O detrimento da banha pelo óleo vegetal é amplamente ilustrado quando analisado o quadro de produção de gêneros alimentícios do Rio Grande do Sul: na década de 1920 a banha e seus derivados contavam com 75,8% de participação nesse âmbito, caindo drasticamente nos anos seguintes até alcançar a marca de 25% na década de 1980, à medida que os óleos vegetais apresentam um amplo desenvolvimento, partindo de 1,2% em 1960 para alcançar 24,8% na década de 1980, virtualmente empatado com a produção de banha e derivados.

O Quadro 10 apresenta os dados relativos à participação dos principais setores no valor da produção da agroindústria de alimentos gaúcha entre os anos de 1920 até 1980, destacando os números da agroindústria da banha e derivados suínos que chegou a contar com cifras de 75% do valor total em 1920, sofrendo um processo de decadência aguda a partir da década de 1960, chegando a apenas 25% do total na exportação gaúcha de alimentos.

Enquanto isso, observamos os números relativos aos óleos vegetais que passam de 2,6% em 1950 para 24,8% em 1980, demonstrando a reorientação da produção para a cultura da soja. As atividades agroindustriais de extração de óleos no estado iniciaram na década de 60, existindo, antes desse período, apenas quatro delas no Rio Grande do Sul e todas dedicadas a extração de óleo vegetal de tungue, linhaça, amendoim e girassol.²³⁹

Participação dos Principais Setores no Valor da Produção da Agroindústria de Alimentos Gaúcha 1920-1980. (valores em %)						
Setor	1920	1940	1950	1960	1970	1980
Óleos vegetais em bruto	-	-	2,6	1,2	8,7	24,8
Beneficiamento e moagem	12,4	23,8	36,2	34,4	26,4	17,5
Conservas e refeições conservadas	1,1	1,8	1,0	2,6	1,9	4,1
Abate, conservas e banha	75,8	56,2	36,3	36,4	30,7	25,0
Preparação e conservas de pescado	-	-	1,4	1,5	2,5	2,2

²³⁷ TEDESCO, João Carlos. *Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo: evoluções e contradições nas lógicas de desenvolvimento de Passo Fundo 1950-1990*. Porto Alegre: EST Edições, 2005, p.311.

²³⁸ Silvino Luis Scalco, entrevista citada.

²³⁹ CARRION JÚNIOR, Francisco M. A economia do Rio Grande do Sul - evolução recente. In: DACANAL, JJosé Hildebrando.; GONZAGA, Sergius. Op. cit., p.416.

Leite e laticínios	0,4	2,6	2,5	2,0	3,5	4,5
Padaria e confeitaria		5,3	5,3	3,9	4,0	1,4
Massas e biscoitos	1,6	1,7	1,1	1,9	1,3	1,3
Produtos alimentares diversos	0,1	0,2	1,5	6,1	8,4	9,7
Vinhos	2,6	3,6	5,1	4,6	5,2	3,5
Cervejas e malte	4,9	3,8	3,2	1,9	2,6	2,6
Demais setores	1,1	1,0	3,8	3,5	4,8	3,5
Total da Indústria de Alimentos	64,1	57,9	54,9	48,5	39,1	31,9

Quadro 10 - Participação dos principais setores no valor da produção da indústria de alimentos gaúcha - 1920-1980.

Fonte: CARRION JÚNIOR, Francisco M. *A economia do Rio Grande do Sul - evolução recente*. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sérgio. Op. cit., p.416.

Alinhado aos problemas causados pela concorrência do óleo de soja e a decadência do consumo de banha, vislumbramos, nesse período, a busca do mercado por novos produtos de origem suína, melhor elaborados e de maior qualidade, o que acarretou uma mudança nas características da matéria-prima suína do padrão porco-banha para o padrão porco-carne. Logo, essa mudança ocasionou problemas por toda a cadeia produtiva dos gêneros suínos, tanto na esfera da propriedade colonial com a criação do rebanho quanto na esfera do frigorífico com a agroindustrialização da matéria-prima “a introdução do cultivo da soja e a fabricação de óleo ocasionaram uma mudança da banha para o óleo. Esta mudança desvalorizou muito o suíno com mais gordura, obrigando os produtores a trocar seu plantel de raças, principalmente as matrizes reprodutoras”.²⁴⁰

Com o objetivo de melhorar a produtividade da criação e aumentar a produção de carne, já que a banha, principal produto das raças nativas, começava a perder espaço para os óleos vegetais, observamos a importação de raças exóticas, sendo, no primeiro momento, as raças Duroc Jersey, Wessex Saddleback, Hampshire, Berkshire, Poland China, Large Black, Montana e Tamworth e, no segundo momento, que tem seu início no final da década de 1960, observamos a importação das raças brancas Landrace e Large White, além de alguns exemplares de Pietrain²⁴¹ “nessa situação, a atuação da Associação Brasileira de Criadores de Suínos e dos frigoríficos foi importantíssima por causa da importação de matrizes reprodutoras da raça Duroc dos EUA e da Argentina e depois, já nos anos de 1960, matrizes reprodutoras de raças brancas Landrace e Large

²⁴⁰ José Adão Baun, 72 anos, reside atualmente no município de Estrela. Presidiu a Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS) entre 2003 e 2005, além de presidir a Associação de Criadores de Suínos do RS (ACSURS). Atuou como diretor do Instituto Sul Riograndense, Secretário de Agricultura de Lajeado e atualmente ocupa o cargo de Secretário da Agricultura do município de Estrela.

²⁴¹ GIRELLI, Giovanni. Op. cit., p.99-103.

White da Europa”²⁴² “a entrada dessas raças possibilitou melhoramentos genéticos expressivos na direção da produção de carne magra, do porco “tipo banha” para o porco “tipo carne”.²⁴³

Nessa dinâmica, os suínos de cor escura, oriundos das raças portuguesas alentejana, transtagana, galega, bizarra, beiroa e macau, e assim como as chamadas raças nacionais, piau, tatu, nilo, caruncho, pereira e pirapitinga e, em sua grande maioria, canastra, principais representantes dos rebanhos suínos coloniais passaram a perder valor devido a seu foco estar na produção de banha²⁴⁴ “hoje o porco tipo carne de raça Landrace e Large White demora entre cento e cinco a noventa e oito dias pra ficar pronto pro abate”²⁴⁵ “nós mandamos para o abate o porco com em torno de cem dias e pesando cerca de 130kg, sendo que nestes 130kg aproximadamente 3kg são de banha”.²⁴⁶

Na esfera da propriedade colonial, a mudança nas características dos suínos demandava transformações e investimentos que não se mostravam possíveis à medida que o produtor não contava com nenhum incentivo ou sistema de produção integrada por parte dos frigoríficos “a questão está no fato de que a grande maioria dos produtores não era capaz de realizar essa mudança do seu plantel sem o auxílio dos frigoríficos ou de entidades ligadas à criação de suínos”²⁴⁷, na área da estrutura física de criação confinada, na nutrição dos suínos com ração, no controle de doenças e, principalmente, no melhoramento e mudança genética dos rebanhos.

Esse contexto, aliado ao preço atrativo de outros gêneros agrícolas, principalmente às culturas da soja e do trigo que alcançaram safras recordes na década de 70, desencorajava o pequeno produtor colonial a permanecer na criação dos rebanhos suínos, o que ocasionou a escassez da matéria-prima de qualidade necessária ao processo de reorientação da produção dos frigoríficos para novos produtos de maior aceitação no mercado.

²⁴² José Adão Baun, entrevista citada.

²⁴³ José Adão Baun, entrevista citada.

²⁴⁴ FAVERO, Jerônimo Antônio. FIGUEIREDO, Elsio Antônio. COSTA, Claudio Nápoles. SARALEGUI, Walter H. Larrambeberre. *Evolução da genética: do “porco tipo banha” ao “suíno light”*. In: SOUZA, J. C. P. V. B.; TALAMINI, D. J. D.; SCHEUERMANN, G. N.; SCHMIDT, G. S. (Ed.). *Sonho, desafio e tecnologia: 35 anos de contribuições da Embrapa Suínos e Aves*. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2011, p.105-136.

²⁴⁵ Alécio Agostinho Alba, entrevista citada.

²⁴⁶ Alécio Agostinho Alba, entrevista citada.

²⁴⁷ José Adão Baun, entrevista citada.

Na esfera do frigorífico, os investimentos e sistemas de produção integrada não se mostravam viáveis à medida que os empreendimentos estavam financeiramente debilitados devido à decadência do seu principal produto comercial, a banha.

Esse contexto dificultava os investimentos na modernização da infraestrutura e do processo de produção dos frigoríficos na área de higiene, devido as novas exigências de fiscalização sanitárias e de cunho ambiental, e de acúmulo de matéria-prima, pois a dificuldade de obter-se matéria-prima impelia os frigoríficos a construírem estruturas para a armazenagem dos porcos vivos, investimento extremamente custoso e impraticável para a ampla maioria dos empreendimentos analisados, fator que contribuiu para a escassez de matéria-prima, a ociosidade na capacidade de produção e os prejuízos constantes.

Entretanto, a principal questão que decretou a falência dos empreendimentos mencionados anteriormente, encontra-se no fato de que não houve habilidade por parte das administrações dos frigoríficos em reorientar sua produção da banha, gênero que estava perdendo aceitação no mercado, para novos produtos capazes de serem introduzidos e comercializados no mercado que desejava novos gêneros de origem suína “o salame, mas especialmente a banha, eram os produtos que mais apresentavam margem de contribuição para a receita da empresa” “mas o mercado queria novos produtos, como o salsichão, a mortadela, o presunto, os filés de carne. Quem ficou só na banha acabou falindo” “os frigoríficos que não tiveram a capacidade de renovar os seus produtos, acabaram entrando em processo de falência. Isso não aconteceu só aqui em Guaporé, mas em toda a região, como o Irmãos Borella S.A de Marau, Costi S.A. de Encantado”.²⁴⁸

O problema em adquirir matéria-prima de qualidade, a dificuldade em modernizar o sistema de produção e as instalações físicas dos frigoríficos aliada a crise financeira pela perda do mercado da banha, ocasionou grandes dificuldades econômicas para os frigoríficos em estudo, entretanto, a falência desses ocorreu essencialmente devido deficiência administrativa e empreendedora por parte da direção dos empreendimentos no processo de leitura do mercado e desenvolvimento de novos produtos que ocupassem a margem de contribuição antes apoiada na banha “houve uma

²⁴⁸Olvindo Bueno Chaves, 74 anos, residente no município de Guaporé. Contador do frigorífico Rizzo & Cia. – Frigorífico Guaporense antes deste entrar em falência e ter suas dependências adquiridas pela Credeal S.A. (fábrica de cadernos e materiais para escritório) e contador aposentado da Prefeitura Municipal de Guaporé.

falta de capacidade empreendedora, falta de empreendedorismo e inovação por parte destas empresas. As empresas familiares perderam o empreendedorismo dos fundadores e não conseguiram ler o mercado e adaptar as novas demandas”, pois “era de costume nós escutarmos frases do como Meu pai fazia assim ou sempre fizemos assim” “ainda hoje, dentro da COSUEL-Dália, nós vemos associados e consultores mais antigos insistindo em produtos com pouquíssima margem de contribuição e aceitação no mercado, como torresmo, por falta de capacidade empreendedora, leitura de mercado ou mesmo tradição ou saudosismo”.²⁴⁹

No momento em que o principal gênero produzido e comercializado pelos frigoríficos analisados foi excluído do mercado sem haver a substituição desse por outro gênero que contribuísse igualmente na receita, não houve mais a capacidade financeira dos empreendimentos manterem suas linhas de produção, decretando então a falência do complexo agroindustrial da banha no município de Guaporé “com o principal produto (banha) perdendo mercado anualmente, a grande maioria dos frigoríficos não teve capacidade empreendedora e financeira para reorientar a produção para novos artigos” e “acabaram sendo encampado pelas empresas que sobreviveram a essa reorientação, como os Brandalise, hoje BRF S.A.” “tem que atender o mercado. Este processo se mantém. Hoje nós estamos investindo alto em um produto chamado queijo longa vida, uma tecnologia importada da Tetra Pak, na Suíça. Esse queijo vai ter pouquíssimos conservantes, mas com uma longa durabilidade devido ao novo sistema de embalagem. Tentamos atender as novas demandas da nova geração, a geração saúde”.²⁵⁰

Em resumo, a redução do consumo de banha originada da inserção dos óleos vegetais no mercado ocasionou uma crise financeira que impossibilitou o investimento em novas tecnologias no processo de produção e o desenvolvimento de parcerias e/ou sistemas de produção integrada com a pequena propriedade colonial ocasionando a escassez da matéria-prima suína. Por fim, a incapacidade da administração desses empreendimentos em desenvolver novos produtos de maior aceitação no mercado que suprissem a espaço deixado pela banha levou os empreendimentos ao declínio e a falência. Esse contexto, aliado a inserção e expansão das grandes redes nos mercados

²⁴⁹Lidenor Giliotto, 71 anos, residente na Linha Porto Alegre no município de Serafina Corrêa. Proprietário de 50 hectares de terra, onde dedica-se a criação de gado leiteiro. Administrador do frigorífico Franciosi, Nardi& Cia. – Frigorífico Ideal antes deste entrar em falência e ser anexado pela Perdigão S.A., hoje BRF S.A.. Sócio e consultor da Cooperativa COSUEL-Dália a 24 anos.

²⁵⁰Lidenor Giliotto, entrevista citada.

nacionais – como Sadia e Perdigão, hoje fundidas na BRF S.A. - acaba por tornar a antiga e florescente agroindústria da banha guaporense em massas falidas abandonadas ou absorvidas pelas mesmas grandes redes nacionais do ramo alimentício.

4.3 – Os couros sintéticos e a administração de base familiar

O Curtume Guaporense contribuiu de forma expressiva para a produção do espaço geográfico e para a construção das relações econômicas e sociais do município de Guaporé. Contudo, a atividade coureira, apresentada anteriormente como a principal atividade econômica municipal devido à questões como a abundância de matérias-primas e a disponibilidade de mercados consumidores, entra em franca decadência nas décadas de 70 e 80 levando ao fim do empreendimento de curtição. O presente momento dedica-se a analisar, de forma processual, as principais questões ligadas ao declínio econômico do Curtume Guaporense, delineando as questões acopladas à escassez de matéria-prima, concorrência de couros sintéticos, administração familiar e questões ambientais.

O primeiro fator que leva a decadência do Curtume Guaporense encontra-se no fato da redução e encarecimento da matéria-prima, pois, com a reorientação da produção agrícola colonial guaporense e o declínio e a falência dos frigoríficos locais devido aos fatores anteriormente analisados, visualizamos um processo de escassez de peles suínas, a redução da oferta local da principal matéria-prima utilizada pelo curtume. Esse contexto obriga o empreendimento a procurar e importar matéria-prima fora do território municipal, elevando drasticamente os custos de produção, uma vez que tornavam as despesas com matéria-prima mais elevadas devido aos custos de transporte e tributação, além da elevação do preço do couro suíno devido à demanda dos curtumes localizados nos municípios de Encantado e Roca Sales.²⁵¹

No âmbito do mercado, observamos as dificuldades encontradas em relação à questão da forte concorrência que os empreendimentos de curtição de couro *in natura* encontraram a partir da década de 70 por conta da introdução dos couros vegetais em

²⁵¹ GIRELLI, Giovanni. Op. cit., p.99-103.

larga escala no mercado, principalmente os tipos atanados, soletas e napas²⁵², que, por motivo de seus menores custos de produção, foram preferidos pela indústria calçadista e têxtil na fabricação de grande parte de suas linhas, relegando o couro *in natura* a um reduzido mercado de elite, acarretando maiores dificuldades para indústria coureira,²⁵³ como um todo, e ao Curtume Guaporense, de forma específica, que já vinha sofrendo com a elevação dos custos de produção devido à questão da matéria-prima.

Aliado a esses fatores da ordem de produção e de mercado, destacamos os problemas no âmbito administrativo e gerencial, uma vez que o Curtume Guaporense apresentava características familiares, passando por dificuldades no momento da renovação de seus quadros de administração e gerenciamento, não conseguindo realizar, de forma bem sucedida, a sucessão da direção e a divisão do empreendimento entre os herdeiros, levando “uma empresa do porte que foi o Curtume Guaporense a não sobreviver duas gerações”.²⁵⁴

O problema administrativo e gerencial do Curtume Guaporense teve seu princípio no momento em que Carlos Termignoni, fundador e diretor do empreendimento, faleceu a bordo do navio Giulio Cesare, esse, regressava da Itália. “O Sr. Carlos, um homem abençoado, morreu no navio, na viagem de volta da Itália, onde tinha ido visitar familiares que havia deixado lá”.²⁵⁵ Com a morte de Carlos Termignoni, a administração do empreendimento passa para seus cinco filhos e herdeiros “Luis, Pepe, Tito, Aldo e Hélio”.²⁵⁶

Neste momento, trazemos a questão fundamental que levou a decadência do Curtume Guaporense, uma vez que está diretamente ligada aos problemas causados pela sucessão e partilha da direção do curtume pelos herdeiros de Carlos Termignoni

“nenhum dos cinco filhos do Sr. Carlos herdou o tino para os negócios do pai”.²⁵⁷

Dificuldades no âmbito da obtenção de matéria-prima de qualidade, desenvolvimento de

²⁵² CONCEIÇÃO, João. Alberto. O Couro como agente na produção do espaço geográfico em Pelotas – RS. Monografia. Pelotas: ICH-UFPel, 2008.

²⁵³ MARTINS, Caroline. *Couro: do auge à decadência*. Um estudo sobre as indústrias pelotenses de couros e peles entre 1980 e 1999. Monografia. Pelotas: NDH-ICH-UFPel, 2000.

²⁵⁴ Romeu Muller, 56 anos, reside atualmente município de Guaporé. Aposentado, trabalhou por 24 anos no Curtume Guaporense e posteriormente na Berguer S.A. na função de técnico em curtição de couro por tanino e cromo.

²⁵⁵ Romeu Muller, entrevista citada.

²⁵⁶ Romeu Muller, entrevista citada.

²⁵⁷ Nairo Gennari, 68 anos, reside atualmente município de Guaporé. Aposentado, trabalhou por 27 anos no Curtume Guaporense e posteriormente na Berguer S.A. em diversas funções administrativas, terminando como subgerente administrativo.

novos produtos de aceitação do mercado em constante mudança, dificuldade com o escoamento da produção dado a localização do empreendimento no interior do Estado e dificuldades com as questões ambientais pela característica da curtição de couro sempre houve, como relatam os funcionários “havia dificuldade com matéria-prima e com mercado, mas dificuldades sempre houveram no curtume”.²⁵⁸ Entretanto, neste momento, essas dificuldades foram obstáculos intransponíveis posto aos problemas de falta de empreendedorismo e união por parte da direção do empreendimento, temos que “o maior motivo da falência do curtume foi a má administração dos filhos do Sr. Carlos. O curtume desandou por causa da falta de capacidade dos cinco camaradas, dos filhos do Seu Carlos”.²⁵⁹

A disputa pela sucessão da direção do empreendimento delinea-se como um dos principais fatores que levaram a decadência do Curtume Guaporense, pois as disputas internas entre os herdeiros de Carlos Termignoni, em especial por Pepe e Tito, inviabilizaram o desenvolvimento de projetos que tinham como objetivo formular novos produtos de maior aceitação no mercado em constante mudança, ao aumentar assim as vendas e a receita do curtume, e permitir a manutenção e modernização do empreendimento “os filhos queriam a direção do curtume e começaram as brigas entre eles, cada um dos irmãos sabotava a área do outro, não dava atenção e interesse aos projetos, sempre querendo assumir a direção”.²⁶⁰ As disputas também inviabilizaram o desenvolvimento de fornecedores de matéria-prima de qualidade e o desenvolvimento de campanhas de marketing, ao relegar aos projetos o papel de letra morta, uma vez que para serem colocados em prática necessitavam, primeiramente, do consenso por parte da direção do empreendimento, consenso que não houve, posto que, a disputa entre os herdeiros, no intuito de tomar a direção para si, não apoiavam os projetos desenvolvidos por outros e “esse tipo de concorrência interna levou o curtume a quebra”.²⁶¹

Aliada às disputas internas por parte de alguns herdeiros, observamos também o descaso com a direção e administração do empreendimento por parte de outros que viam o curtume apenas como uma fonte inesgotável de rendas e favores para amigos, como relembram alguns ex-funcionários “o Luisito (apelido de Luis Termignoni) tinha

²⁵⁸ Osmar Girelli, 66 anos, reside atualmente município de Estância Velha. Engenheiro químico, trabalhou no Curtume Guaporense e posteriormente na Berguer S.A. por 14 anos. Atualmente é gerente de produção no Curtume Bender – Shuck S.A. em Estância Velha.

²⁵⁹ Nairo Gennari, entrevista citada.

²⁶⁰ Nairo Gennari, entrevista citada.

²⁶¹ Osmar Girelli, entrevista citada.

uma garrafa de uísque com o nome dele em cada cabaré de Porto Alegre. Eu lembro muito bem que um desses amigos dele faliu um cabaré em Porto Alegre e o Luisito trouxe ele para ser chefe de um setor comercial no curtume”²⁶², ou não desejavam adentrar nos problemas e dificuldades que a administração de um empreendimento deste porte gerava “o Aldo, que estava em Porto Alegre como representante, uma vez veio para Guaporé, cortou os cabelos no Ampélio e voltou para Porto Alegre. Nem mesmo passou no curtume”.²⁶³

Neste contexto de disputa pela direção de um lado, aliado ao descaso com a administração de outro, observamos o curtume amargar um processo de endividamento com seus funcionários, fornecedores e governo, através de impostos, além de perder grande parte de sua carta de clientes devido à incapacidade de modernização e desenvolvimento de bens com capacidade competitiva no mercado “nessa situação, por causa dessa má administração, o curtume começou a amargar prejuízos, acumular dívidas com funcionários, com matéria-prima, com maquinário comprado, com multas e com impostos pro governo. Não era mais sustentável a situação”²⁶⁴, decretando a situação de falência do Curtume Guaporense, como relembram “a principal causa da falência do curtume não foi problemas de produção ou a falta de mercado, foi as desavenças internas entre os irmãos Termignoni e a má administração deles”.²⁶⁵

Por fim, o Curtume Guaporense acabou por ser comprado pelo Grupo Berguer S.A. através de uma negociação iniciada por um ex-funcionário do Curtume, que, no momento, trabalhava para o Grupo Berguer S.A. “este camarada técnico em curtição de couro, Walter Agui, que saiu do curtume para ir trabalhar nos Berguer, falou sobre o estado do curtume aqui de Guaporé”.²⁶⁶

O Grupo Berguer S.A. já atuava no ramo de curtição de couro em Encantado, onde produzia couros para bolsas, calçados e jaquetas, além da fábrica de calçados Sulca em Caçador, Santa Catarina, porém, a anexação do Curtume Guaporense pelo grupo não envolveu compra, mas uma incorporação do Curtume Guaporense em troca desse assumir também a considerável quantia de dívidas que o empreendimento havia contraído devido a anos de administração deficiente “não houve uma compra

²⁶² Valdir Ecco, 71 anos, reside atualmente município de Guaporé. Aposentado, trabalhou por 19 anos no Curtume Guaporense e posteriormente na Berguer S.A. no setor de vendas e atendimento a clientes.

²⁶³ Nairo Gennari, entrevista citada.

²⁶⁴ Osmar Girelli, entrevista citada.

²⁶⁵ Valdir Ecco, entrevista citada.

²⁶⁶ Nairo Gennari, entrevista citada.

propriamente dita, a negociação, que na época foi feita pelo prefeito Nelson Barros, foi que o Grupo Berguer assumiu o curtume e também as dívidas que esse tinha com os funcionários, com fornecedores e principalmente com impostos”.²⁶⁷

A considerável quantidade de dívidas contraídas pelo Curtume Guaporense lançou a disposição que seus sócios temiam: a falência do empreendimento, bem como, responder legalmente a cobrança das dívidas pelos seus credores, correndo o risco de perder o empreendimento de curtição e também seus outros capitais, investimentos e propriedades que eram donos no Estado “havia o medo sério de não apenas o curtume fechar, mas os Termignoni serem presos pela quantidade de dívidas que eles e o curtume tinham”.²⁶⁸

A orientação da escolha para o Grupo Berguer S.A. ocorreu não apenas por motivos econômicos, mas por consequência à questões sociais, pois os herdeiros e atuais administradores do curtume conheciam a importância que esse apresentava na economia do município e, conseqüentemente, estavam cientes do impacto que a falência do curtume teria na arrecadação municipal e na vida dos trabalhadores vinculados direta e indiretamente ao empreendimento, ao optar por negociar o empreendimento junto a uma empresa ou grupo com experiência no ramo de couros e derivados, garantindo a continuidade do funcionamento do curtume.

Devido à importância para o município, a negociação da incorporação do Curtume Guaporense foi presidida pelo então prefeito Nelson Barros, ao celebrar a incorporação desse pelo Grupo Berguer S.A. “eu lembro que o Tito falou para o prefeito Nelson Barros e para toda a comunidade que eles tinham passado o curtume para alguém do ramo, por isso estava com a consciência limpa porque o curtume iria continuar funcionando e com todo o significado que tinha para a cidade”. Nesta incorporação, havia uma cláusula que mantinha os irmãos Termignoni ligados ao curtume, contudo, foram afastados pelas mesmas deficiências administrativas apresentadas anteriormente “no acordo com os Berguer, os cinco irmãos iriam continuar em cargos na direção do curtume, até o Hélio continuou sendo o representante em São Paulo, mas pela incompetência acabaram sendo todos afastados”.²⁶⁹

²⁶⁷ Osmar Girelli, entrevista citada.

²⁶⁸ Nairo Gennari, entrevista citada.

²⁶⁹ Osmar Girelli, entrevista citada.

Por fim, nos deparamos que a análise de ciclos econômicos, invariável, enfrenta como sua principal dificuldade, o exame e compreensão de um grande número de fatores que, interligados, são responsáveis pelo desenvolvimento de determinado complexo de produção, comercialização e consumo. A mesma dificuldade é encontrada no momento que adentramos nos estudos sobre a decadência desse complexo. Novamente, é necessário e imperativo para a compreensão, considerar uma ampla quantidade de questões. Desde os fatores anteriormente presentes no processo de desenvolvimento e que passaram por significativas alterações até fatores novos que foram acrescentados ao contexto em análise. Desta composição de fatores anteriormente presentes, fatores alterados e fatores novos, temos o contexto que determina a decadência de determinado complexo e ciclo econômico analisado.

Essa dinâmica é observada no primeiro ciclo agroindustrial do município de Guaporé, uma vez que sua decadência está ligada à fatores de âmbito interno, como a falta de empreendedorismo por parte das direções dos empreendimentos e as disputas entre herdeiros, e do âmbito externo, como a dificuldade em relação à obtenção de matéria-prima de qualidade, introdução dos óleos vegetais e dos couros sintéticos e a reorientação do mercado para o consumo de novos produtos, que, interligados, compuseram o contexto geral que decretou o declínio e falência dos empreendimentos analisados.

Quanto aos frigoríficos analisados, observamos que a drástica redução no consumo de banha, ocasionada pela opção por óleos vegetais pelos consumidores, gerou uma grave crise financeira nos empreendimentos, pois seu principal produto era privado de seu mercado. A crise financeira impossibilitou o investimento em novas tecnologias no processo de produção e o desenvolvimento de parcerias e/ou sistemas de produção integrada com a pequena propriedade, e levou o produtor a optar pela cultura da soja em detrimento da cultura do milho e da criação de suínos, ocasionando, assim, a escassez e o encarecimento da matéria-prima suína.

Em conjunto a este contexto de perda de mercado, dificuldade financeira e escassez de matéria-prima, a incapacidade administrativa e a falta de empreendedorismo por parte da direção dos frigoríficos em desenvolver novos produtos de maior aceitação no novo mercado, (preenchendo então a fundamental margem de contribuição antes ocupada da banha) decretou enfim o declínio e a falência dos empreendimentos analisados.

Então, com a expansão das grandes redes nos mercados nacionais – como Sadia e Perdigão, hoje fundidas na BRF S.A. – após um processo de modernização na produção e nos produtos apresentados, os frigoríficos do município de Guaporé tornaram-se grandes massas falidas e abandonadas ou terminavam absorvidos por estas grandes redes nacionais do ramo alimentício.

Em relação ao Curtume Guaporense, novamente um conjunto de fatores internos e externos mostraram-se responsáveis pela declínio e falência.

Com a falência dos frigoríficos e a diminuição dos rebanhos suínos, observamos a redução e o encarecimento do couro suíno, a principal matéria-prima utilizada pelo curtume. Aliado a esta dificuldade na obtenção de matéria-prima, a perda de mercado do couro natural para os couros sintéticos acarretaram problemas para o Curtume Guaporense na medida em que golpearam simultaneamente tanto a produção quanto o mercado desse empreendimento.

Contudo, a questão capital que feriu o curtume encontra-se no âmbito interno, uma vez que as disputas internas entre os cinco filhos e herdeiros do fundador Carlos Termignoni, aliada a falta de comprometimento e capacidade de administração por parte desses, impossibilitaram a manutenção da estrutura física e pessoal, a modernização das instalações produtivas, o desenvolvimento de novos produtos e administração eficaz do empreendimento nos momentos de crise. Esse contexto direcionou o Curtume Guaporense para um processo de crise e decadência, ao terminar com a incorporação pelo Grupo Berguer S.A. – que, posteriormente, enfrentou a falência por motivos semelhantes aos encontrados na trajetória do Curtume Guaporense.

Ressaltamos então diversos motivos do âmbito interno e externo que concorreram para a decadência e consequente falência dos empreendimentos analisados. Entre os anos de 1960 e 1980 observamos emancipação dos distritos municipais, o que ocasionou a perda de extensas áreas rurais e principais espaços de produção da matéria-prima beneficiada nas agroindústrias. Além disso, observamos nas propriedades coloniais a reorientação do cultivo do milho e da criação de suínos para o cultivo da soja, o que ocasionou uma redução na oferta e consequente encarecimento da matéria-prima utilizada, tanto a banha nos frigoríficos quanto a pele no curtume, levando esses empreendimentos à dificuldades financeiras e administrativas. As dificuldades foram agravadas no momento em que a banha e o couro curtido perderam mercado para os

óleos vegetais e os couros sintéticos ocasionando graves crises financeiras para as agroindústrias em análise.

Contudo, apesar do contexto de crise, podemos encontrar a principal causa de decadência dos frigoríficos e do curtume na incapacidade dos diretores e administradores dos empreendimentos em desenvolver e reorientar a produção para novos artigos capazes de serem introduzidos nos mercados em mudança e que ocupassem a margem de contribuição dos antigos produtos agora já sem aceitação. A falta de empreendedorismo aliada às disputas internas entre os herdeiros, com destaque para a deficiência e descaso com a gerência e administração, decretaram a decadência e consequente falência das agroindústrias analisadas, encerrando o primeiro ciclo econômico do município de Guaporé.

Considerações finais:

O estudo da região colonial italiana do Rio Grande do Sul nos permite não apenas compreender o processo histórico de ocupação das terras do nordeste do Estado, mas também todo o vasto e complexo desenvolvimento econômico, social e político promovido por esse processo na região e no Rio Grande do Sul.

Do âmbito italiano, a conjuntura de crise no campo rural – concentração da propriedade de terras, os elevados tributos, a concorrência no mercado nacional dos produtos agrícolas estrangeiros – relegou aos camponeses, meeiros e pequenos proprietários, a um contexto de insuficiência no acesso a terra, miséria e nenhuma perspectiva de alteração na sua situação.

Aliado ao contexto econômico e social das classes desfavorecidas, observamos que as elites políticas – igreja, indústrias, grandes proprietários rurais e dirigentes estatais e o governo italiano – tinham na emigração desses indivíduos uma válvula de escape para tensão social gerada pela insatisfação das camadas sociais. Já o emigrante que elegera essa opção observava na emigração uma saída para seu contexto de miséria e, mais do que isso, a possibilidade de alcançar a propriedade da terra, pois, ao contrário da terra natal, com estímulos promovidos pelo Estado brasileiro, esses poderiam, mais facilmente, se tornarem proprietários, melhorando então suas condições econômicas e sociais.

Os estímulos promovidos pelo estado brasileiro delineavam-se através dos programas de colonização. No Rio Grande do Sul, o programa de colonização iniciado pelo governo da Província, posteriormente continuado Estado, buscava ocupar as terras da região, que se encontravam escassamente povoadas – através do desenvolvimento de núcleos coloniais. Esses núcleos se constituíram, através de um regime agrário de pequenas propriedades trabalhadas pela mão de obra familiar, originários no desenvolvimento de lavouras de gêneros agrícolas diversificadas para o abastecimento do Estado. A organização da imigração e colonização, além de proporcionar o desenvolvimento de uma agricultura diversificada ao gerar uma zona agrícola reconhecida em todo o Estado, buscava a expansão do comércio através da venda do excedente na produção fora da colônia, estimulando as atividades agrícolas, artesanais e industriais.

Com a concretização e expansão do projeto de imigração e colonização, temos a criação da colônia de Guaporé em 1892, utilizando-as entre Campo do Meio e os rios Carreiro, Guaporé e Taquari. Além dos objetivos anteriormente citados, a fundação da colônia de Guaporé tinha por objetivo a abertura e conservação de uma via de ligação entre as regiões de Passo Fundo e os portos do Rio Taquarí, utilizando a mão de obra imigrante em troca do abatimento de porções da dívida contraída no momento da compra dos lotes colônias, promovendo também o desenvolvimento de serviços de infraestrutura nessa estrada, como pousadas e casas de pasto. Além disso, o aumento do fluxo de entrada de imigrantes, junto ao crescimento demográfico dos núcleos coloniais iniciais, ocasionaram um fluxo migratório interno em busca de novas terras em regiões lindeiras às colônias iniciais, acarretando uma ocupação desorganizada dessas terras e que, caso não houvesse um processo de demarcação e ocupação organizada e dirigida, poderiam ocasionar sérios conflitos agrários.

Com a demarcação e ocupação, a produção agrícola desenvolveu-se consideravelmente, ao abastecer não apenas as necessidades de subsistência e o mercado local, mas também sendo o excedente da produção exportada para outros mercados. O desenvolvimento da colônia pode ser observado através de sua acelerada emancipação, tornando-se município em 1904, doze anos após sua fundação.

A partir dessa conjuntura, entre os vinte anos que compreendem do início da década de 1900 até o início da década de 1920, observamos o município de Guaporé promover uma intensa transformação de suas características econômicas. Delineou-se uma a modificação de um contexto marcado fundamentalmente pelas atividades agrícolas para uma conjuntura de desenvolvimento agroindustrial, com características e peculiaridades que distinguiram o município no contexto econômico regional e estadual.

Para a compreensão dos motivos que ocasionaram essa transformação, assim como suas características, peculiaridades e consequências, optamos pelo estudo dos frigoríficos Soccol, Seganfredo & Cia., Antonio Fonini & Cia., Franciosi, Nardi & Cia., Rizzo & Cia. e o Cortume Guaporense da Firma Corbetta, Termignoni & Cia., que se apresentaram como os empreendimentos de maior relevância do primeiro ciclo agroindustrial do município de Guaporé. Através do estudo desses casos, tornou-se possível analisar e compreender as diversas questões que promoveram e orientaram este desenvolvimento agroindustrial, assim como as consequências no âmbito econômico e social. Este estudo apresentou as seguintes considerações:

- 1) Com o aumento da produção agrícola e o excedente da produção sendo exportado para outros mercados, observamos o desenvolvimento dos comerciantes e das casas de comércio que funcionavam como ponto de armazenagem, compra e venda de produtos, principalmente, de escoamento da produção devido à posse do comerciante através de um meio de transporte com o qual deslocava a produção agrícola para as colônias centrais, recebendo então parte considerável do lucro sobre a venda dos produtos agrícolas. Dessa maneira, a casa de comércio e o comerciante rompiam com restrições no acúmulo de capital imposto pela dimensão da propriedade colonial, pois através dessa dinâmica era possível o comerciante explorar um grande número de pequenas propriedades rurais, possibilitando um maior acúmulo de capital. Esse capital formou um dos núcleos do desenvolvimento agroindustrial, pois foi investido na fundação dos empreendimentos agroindustriais;
- 2) Entretanto, o desenvolvimento agroindustrial apenas é observado quando o capital comercial associa-se com o conhecimento técnico de imigrantes de características peculiares. Esse imigrante não se destinou à produção agrícola na propriedade colonial. Dotado de conhecimentos técnicos, reservou-se às atividades urbanas, em especial, às atividades agroindustriais na capital e nos centros urbanos das áreas de colonização inicial. Ao entrar em contato com o comerciante e o contexto econômico do município, observamos a formação do núcleo das agroindústrias em análise. Através da associação do capital do comerciante e do conhecimento específico do imigrante técnico, foram formadas as agroindústrias da fabricação de banha e curtimento do couro de Guaporé. Entretanto, apenas esta fusão entre capital e conhecimento não foi suficiente para explicar as características e peculiaridades do clico em análise;
- 3) A orientação dos empreendimentos analisados pode ser compreendida à medida que analisamos a especialização da produção nas regiões de colonização inicial, pois a concorrência do vinho de fabricação antecedente

destas áreas, em especial Bento Gonçalves, Garibaldi e Caxias do Sul, levou o município de Guaporé à especialização do beneficiamento da banha e do couro, e ao manter a fabricação de vinho na configuração artesanal para consumo local;

- 4) As pequenas propriedades coloniais dedicaram-se às culturas da parreira, dos grãos de trigo e de milho, além das criações de rebanhos suínos. Neste ponto, a vinculação entre a produção de milho e a criação de suínos nas propriedades coloniais propiciou o desenvolvimento de pequenos rebanhos suínos, entretanto em um grande número de pequenas propriedades, fornecendo então a matéria-prima necessária para o desenvolvimento agroindustrial. Além disso, a essa matéria-prima, em especial o milho, quando vendida *in natura*, não possuía valor agregado nem durabilidade suficiente para vencer as grandes distâncias dos mercados consumidores. Logo, observamos um processo de beneficiamento da matéria-prima produzida na área colonial, agregando valor e propriedades que permitiam a fabricação de um produto competitivo no comércio frente aos gastos com frete e tempo de deslocamento. O maior valor da banha permitia a sua exportação, cobrindo os gastos com frete e gerando lucros;
- 5) Quanto ao escoamento da produção, através do porto de Muçum e das companhias de navegação com seus vapores, gasolinas e barcaças, tornou-se possível estabelecer uma conexão consideravelmente organizada, estável e acessível com Porto Alegre, maior centro consumidor e comercial dos produtos agroindustriais de Guaporé;
- 6) No âmbito da mão de obra necessária ao desenvolvimento agroindustrial, observamos que o aumento demográfico ocorrido nos núcleos familiares, associado ao esgotamento produtivo da terra devido aos rústicos métodos de cultivo e a dificuldade de expansão da área do lote colonial devido à diminuição de oferta e o encarecimento da terra, gera nas regiões coloniais um excedente de mão de obra. O excedente de capacidade de trabalho foi

absorvido pelo desenvolvimento agroindustrial, já que os trabalhadores viam-se obrigados a assalariar-se nos empreendimentos para garantir a sua subsistência direta ou como forma de complementar os ganhos gerados nas propriedades rurais.

A associação entre capital e conhecimento, disponibilidade de matéria-prima e mão de obra e acesso aos mercados consumidores resultou na fundação de cinco grandes empreendimentos agroindustriais ligados à produção de banha e curtição de couros. Essas agroindústrias alteraram a estrutura econômica e social regional. Os gêneros produzidos nesses empreendimentos tornaram-se os principais produtos exportados e fonte de riquezas e desenvolvimento econômico.

Além do desenvolvimento urbano e rural, o processo de agroindustrialização promove alterações no âmbito social, tanto na esfera da produção de matéria-prima quanto nas relações de produção dentro do ambiente agroindustrial.

Na esfera da produção de matéria-prima, a pequena propriedade colonial, após a agroindustrialização, tornou-se vinculada e subordinada à agroindústria na medida em que a sua capacidade de expansão, tanto no âmbito da qualidade quanto no âmbito da quantidade, passaram a estar diretamente ligadas à capacidade de absorção de matéria-prima pela agroindústria que, por sua vez, estava subordinada à capacidade de absorção dos seus produtos nos mercados destinados. A sustentação e a expansão do núcleo colonial não estavam mais única e diretamente ligadas ao trabalho e a renda interna de sua produção, mas aos interesses, capacidades e variações do capital agroindustrial e do mercado externo, no caso, os mercados da capital do Estado, do Rio de Janeiro e de São Paulo. No caso analisado, o pequeno produtor colonial submete-se ao capital através das relações que ocorrem no âmbito do mercado – com o fornecimento de matéria-prima para a agroindústria e sua vinculação com a demanda do mercado - e não do âmbito da produção na pequena propriedade colonial - a mão de obra utilizada nas atividades, de cunho estritamente familiar, permaneceu inalterada e fora do sistema de produção capitalista. Essa sujeição apresenta-se apenas como o início do processo que percorreu todo o século XX, passando por inúmeros gêneros agrícolas, entre eles os suínos, as plantações fumageiras e a criação de aves.

Na esfera das relações de trabalho, observamos o processo de sujeição do trabalhador pelo capital, tanto na massificação de operários através da desapropriação das habilidades especiais ou conhecimentos específicos com a introdução da tecnologia, quanto nas políticas paternalistas que buscavam diminuir os atritos o capital e o trabalhador e vincular esse ao empreendimento agroindustrial através dos bairros industriais e das casas de comércio. As práticas paternalistas e os benefícios sociais são, nesta medida, apresentados como um método de harmonizar as relações entre capital e trabalho, ao mesmo tempo em que tem a função de garantir a continuidade da produção, evitando toda manifestação que possa ocasionar uma diminuição ou interrupção do processo de produção.

Ao finalizar a análise deste ciclo, concluímos que assim como um grande número de fatores compuseram o contexto de desenvolvimento dos empreendimentos em análise, uma quantidade igual de fatores contribuíram para o processo de decadência desses.

O declínio dos empreendimentos que formaram o primeiro ciclo agroindustrial do município de Guaporé resultou em questões ligadas ao âmbito interno e externo que, juntas, concorreram para a decadência e conclusão desse ciclo econômico. Inicialmente, entre os anos de 1960 e 1980 observamos emancipação dos distritos municipais levando o município à perda de extensas áreas rurais e principais centros de produção da matéria-prima utilizada nas agroindústrias. Além desse fator, temos também a reorientação nas propriedades coloniais do cultivo do milho e da criação de suínos para o cultivo da soja, ao ocasionar uma redução na oferta e conseqüente encarecimento da matéria-prima utilizada, tanto a banha nos frigoríficos quanto a pele no curtume, levando esses empreendimentos à dificuldades financeiras e administrativas. Aliado a esse contexto, observamos que, nas duas décadas referidas anteriormente, a banha e o couro curtido lentamente perdem mercado para os óleos de origem vegetal e para os couros sintéticos, ocasionando severas crises financeiras para as agroindústrias em análise.

Aliada a este contexto de crise, adicionamos como elemento fundamental para o processo de decadência a incapacidade dos diretores e administradores das agroindústrias de Guaporé ao desenvolver novos gêneros capazes de serem introduzidos nos mercados que apresentavam mudanças nas suas necessidades entre as décadas de 60 e 80. A incapacidade de reorientar a produção para a fabricação de gêneros que

ocupasse a margem de contribuição dos antigos produtos, que agora já não encontravam mercado consumidor, aliada à deficiência e descaso com a gerência e administração dos empreendimentos contribuiu de maneira fundamental para a decadência e natural falência das agroindústrias da banha e do couro analisadas. Destacamos que a crise nos empreendimentos ligados à fabricação de banha e curtição de couros, assim como as dificuldades na administração desses empreendimentos, em especial os conflitos e incapacidades de filhos e herdeiros dos fundadores, não foram exclusividade do município de Guaporé. Inúmeros são os casos, em especial, na região colonial, de empreendimentos agroindustriais que, após uma trajetória destacada, encontraram seu fim nesses anos.

Ressaltamos que a fragmentação territorial acarretada pela emancipação dos distritos ocasionou a perda de extensas áreas territoriais, assim como a base agrícola do município. Aliado a fragmentação territorial, a decadência dos empreendimentos agroindustriais da banha e do couro obrigou a economia de Guaporé a passar por um processo de reestruturação baseada fundamentalmente nas atividades exercidas na área urbana que compreendia a sede do município.

Atualmente, Guaporé conta com uma população total de aproximadamente 24 mil habitantes, sendo que aproximadamente 90% dessa população situam-se na área urbana. A atividade industrial apresenta-se como a principal fonte de riqueza municipal, entretanto, diferentemente do período analisado, a economia não tem como sua principal base de sustentação o trabalho agropecuário, mas sim as atividades industriais no ramo da joia e semi-joia (206 empreendimentos) e lingerie (187 empreendimentos), ambas originadas de pequenos artesanatos desenvolvidos por imigrantes instalados na sede municipal, cujo desenvolvimento é interessante candidato para futuros trabalhos de pesquisa.

Por fim, em linhas gerais procuramos analisar e compreender os motivos do desenvolvimento e declínio do primeiro ciclo agroindustrial do município de Guaporé. Entretanto, é fundamental enfatizarmos que devido a grande quantidade de fatores que compõem o contexto de um ciclo econômico, fomos obrigados a eleger determinados fatores e detrimento de outros na tentativa de construir uma fotografia geral do processo. Alguns dos aspectos eleitos e privilegiados foram trabalhados detalhadamente, enquanto outros acabaram apenas sendo citados, carecendo de uma análise mais profunda de suas causas, funcionamentos e consequências, sendo então

relegados para trabalhos posteriores. Dentre os fatores destacamos a ação das casas de comércio, a importância dos carreteiros na circulação de mercadorias, as estradas de rodagem na região entre os anos de 1960/70, a conclusão da ferrovia EF-491 conhecida como “ferrovia do trigo” dentre outros diversos fatores que contribuíram tanto para o desenvolvimento quanto para o declínio do ciclo econômico em análise.

No entanto, nos esforçamos para, dentro das possibilidades de tempo, recursos e acesso à fontes, analisar o máximo possível de fatores que compuseram esse ciclo econômico peculiar na região e no estado, na tentativa de contribuir para a compreensão da história, da identidade e da realidade econômica da região de Guaporé, além de introduzir novas questões e fatores na dinâmica econômica da região colonial e do Estado.

Referências:

ARAÚJO, Nilton Clóvis Machado de. *Origens e evolução espacial da indústria de alimentos do Rio Grande do Sul*. Acessado em 25 de julho de 2013, disponível em http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_10_araujo.pdf

Arquivo Histórico do Município de Guaporé - Relatório das Intendências Municipais; 1912 - 1925 Intendente Agilberto Maia; 1925 - 1932 Intendente Manoel Francisco Guerreiro.

BARP, Telvino José. *Centenário da Paróquia Santo Antônio de Guaporé*. Passo Fundo: Editora Bertier, 1997.

BARROS, Eliane Cruxên; DACANAL, José Hildebrando (Coord.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

BATTISTEL, Arlindo I.; COSTA, Rovílio. *Assim vivem os italianos: vida, história, cantos, comidas e estórias*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1982.

BATTISTEL, Arlindo I. *Colônia italiana: religião e costumes*. Porto Alegre: EST, 1981.

BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BERTASO, Henrique D'Avila; LIMA, Mário de Almeida (org.). *Álbum Comemorativo do 75^a Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

CARONE, Edgard. (Org.) *O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)*. São Paulo: Difel, 1977.

CONCEIÇÃO, Otávio Augusto. *A expansão da soja no Rio Grande do Sul: 1950 – 1975*. Porto Alegre: FEE. 1984.

CONRAD, Roberto. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília: INL, 1975.

CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses vá in América: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo: UPF, 2002.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, Rovílio. *Assim vivem os italianos*. Porto Alegre:EST/UCS, 1982. V.I.

- COSTA, Rovílio. *Povoadores das Colônias: Alfredo Chaves, Guaporé e Encantado*. Porto Alegre: EST Edições, 1997.
- DE BONI, Luís Antônio (Coord.). *A presença italiana no Brasil*. v. 2, Porto Alegre/Torino, EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *RS: economia & conflitos políticos na república velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- FRANZINA, Emilio. *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: Editora da UCS; Porto Alegre: Editora Movimento, 1975.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 13.ed. São Paulo: Nacional, 1975.
- GIRELLI, Giovanni. *A transformação de Guaporé: evolução urbana e memórias*. Guaporé: Editora do autor, 2003.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1980.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. *Processo de Industrialização da Zona Colonial Italiana*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.
- KARAM, Eliane Maria Consoli. *Raízes da Colonização; em destaque a colônia Guaporé e município de Dois Lajeados*. Porto Alegre: CORAGS, 1992.
- LAGEMANN, Eugênio. *A Industrialização no Rio Grande do Sul* (um estudo histórico). Porto Alegre: Globo, 1969.
- LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1937)*. Pelotas, Universidade Federal de Pelotas: Ed. Universitária, Unitrabalho, 2001.
- MAESTRI, Mário. *Os senhores da serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul : 1875 - 1914*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2000.
- MAIA FILHO, Vicente. *Domingo em Guaporé*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1985.
- MANFROI, Olívio. *A Colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. 2. ed. Porto Alegre: Est, 2001.

MARÇAL, João Batista. *Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1985.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 2ª Edição, São Paulo: Lech, 1981.

PENA, Maria Valeria Junho. *Mulheres e trabalhadoras*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa*. Porto Alegre: Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1989.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho 1880-1920*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Pecuária e indústria: formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha do século XIX*. Porto Alegre: Movimento, 1986.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980.

PETRONE, Maria Thereza. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

QUEIROZ, Suely R. Reis de. *A abolição da escravidão*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ROSSETTO, Valter. *Memória e cultura étnica: a Festália de Serafina Corrêa-RS*. Passo Fundo: UPF, 2005.

SCHEUERMANN, Gerson Neudi; SCHMIDT, Gilberto Silber. *Sonho, desafio e tecnologia: 35 anos de contribuições da Embrapa Suínos e Aves*. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2011.

SGANZERLA, Cláudia Mara. *A lei do silêncio: repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945)*. Passo Fundo: UPF, 2001.

SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. Campinas: EdiUnicamp, 1996.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento e Crise*. São Paulo: Difusão Européia, 1968.

SOUZA, Paulo Renato Costa. *Um modelo primário exportador regional: El caso de Rio Grande do Sul*. Santiago-Chile, 1973.

SMITH, Roberto. *Propriedade da terra e transição*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SOUZA, Paulo Renato Costa. *Um modelo primário exportador regional: El caso de Rio Grande do Sul*. Santiago-Chile, 1973.

TEDESCO, João Carlos. *Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural*. Passo Fundo: UPF, 2001.

TEDESCO, João Carlos. *Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo: evoluções e contradições nas lógicas de desenvolvimento de Passo Fundo : 1950-1990*. Porto Alegre: EST, 2005.

TEDESCO, João Carlos. *Colonos, carreteiros e comerciantes: a região do Alto Taquari no início do século XX*. Porto Alegre: EST, 2000.

TEDESCO, João Carlos; SANSER, Roberto. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. Passo Fundo: UPF, 2002.

THOMÉ, Lauro Nelson Fornari. *A colônia de Guaporé: passado e presente*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1967.

VANNINI, Ismael Antônio. *O sexo, o vinho e o diabo: demografia e sexualidade na colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2004.

Revistas

TEDESCO, João Carlos. *Imigração italiana, colonização e ocupação da terra no Brasil: uma análise segundo a teoria de Wakefield*. História. Debates e Tendências (Passo Fundo), Passo Fundo, v. 5, n.1, p. 62-83, 2004.

Fontes

Arquivo Histórico do Município de Guaporé.

Arquivo Histórico do Município de Muçum – Casa da Cultura Pe. Luchino Vieira.

Museu do Município de Guaporé.

Entrevistas

Alécio Agostinho, Guaporé, realizada em 13/10/2013 por Giovani Balbinot.

Alzir Milesi, Guaporé, realizada em 13/10/2013 por Giovani Balbinot.

Antônio Basso, Guaporé, realizada em 12/10/2013 por Giovani Balbinot.

Antônio Carlos Spiller, Guaporé, realizada em 08/11/2013 por Giovani Balbinot.

Flávio Pedro Bassani, Muçum, realizada em 11/12/2013 por Giovani Balbinot.

Francisco Arcari, Dois Lajeados, realizada em 25/10/2013 por Giovani Balbinot.

Iduilho Bergamaschi, Guaporé, realizada em 20/10/2013 por Giovani Balbinot.

José Adão Baun, Estrela, realizada em 25/10/2013 por Giovani Balbinot.

Jurema Bortoncello, Guaporé, realizada em 21/10/2013 por Giovani Balbinot.

Lidenor Giliotto, Serafina Corrêa, realizada em 20/10/2013 por Giovani Balbinot.

Maria Tereza de Fátima De Pauli, Guaporé, realizada em 21/10/2013 por Giovani Balbinot.

Nairo Gennari, Guaporé, realizada em 04/11/2013 por Giovani Balbinot.

Nelson Bassani, Muçum, realizada em 11/12/2013 por Giovani Balbinot.

Nestor Natalício Dalla Lasta, Muçum, realizada em 11/12/2013 por Giovani Balbinot.

Olvindo Bueno Chaves, Guaporé, realizada em 21/10/2013 por Giovani Balbinot.

Osmar Girelli, Estância Velha, realizada em 09/11/2013 por Giovani Balbinot.

Romeu Muller, Guaporé, realizada em 04/11/2013 por Giovani Balbinot.

Sérgio Chitolina, Guaporé, realizada em 12/10/2013 por Giovani Balbinot.

Silo Benvegno, Guaporé, realizada em 20/10/2013 por Giovani Balbinot.

Silvino Luis Scalco, Dois Lajeados, realizada em 25/10/2013 por Giovani Balbinot.

Valdir Ecco, Guaporé, realizada em 05/11/2013 por Giovani Balbinot.